

**BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII****PROSPECTO DEFINITIVO DA 1ª EMISSÃO DE COTAS SENIORES DA 4ª E DA 5ª SÉRIE DO
BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII ("Fundo")**

CNPJ/MF nº 11.804.504/0001-80

no montante de até

R\$ 100.000.000,00

em relação às Cotas Seniores da 4ª Série, e

R\$ 200.000.000,00

em relação às Cotas Seniores da 5ª Série

Cedente dos Direitos Creditórios e Instituição Líder**Registro CVM Cotas Seniores da 4ª Série CVM/SRE/RFD/2011/020, concedido em 31 de outubro de 2011****Registro CVM Cotas Seniores da 5ª Série CVM/SRE/RFD/2011/021, concedido em 31 de outubro de 2011****Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 4ª Série: Standard & Poor's: brAAA (sf)****Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 5ª Série: Standard & Poor's: brAAA (sf)****Classificação ANBIMA: FIDC Crédito Consignado****Código ISIN Cotas Seniores da 4ª Série nº BRCSG0CTF079****Código ISIN Cotas Seniores da 5ª Série nº BRCSG0CTF087****Valor Unitário das Cotas Seniores da 4ª Série: R\$1.000,00 (mil reais)****Valor Unitário das Cotas Seniores da 5ª Série: R\$1.000,00 (mil reais)****Quantidade máxima de Cotas Seniores da 4ª Série: 100.000 (cem mil)****Quantidade máxima de Cotas Seniores da 5ª Série: 200.000 (duzentas mil)**

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito originados e detidos pelo **BANCO BMG S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.107, inscrita no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74 ("**Cedente**" ou "**Banco BMG**"), em razão da concessão de créditos consignados, nos termos legislação aplicável e do regulamento do Fundo ("**Direitos Creditórios**" e "**Regulamento**", respectivamente).

As Cotas Seniores da 4ª Série e da 5ª Série serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado ("**Oferta**"), por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("**CETIP**"), que será conduzida pelo Banco BMG, na qualidade de instituição responsável pela Oferta. As Cotas Seniores serão registradas para negociação, no mercado secundário, na CETIP. A remuneração pretendida das Cotas Seniores da 4ª Série corresponde à variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. A remuneração pretendida das Cotas Seniores da 5ª Série corresponde a 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP. O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada, nos termos da regulamentação aplicável, a administrar fundos de investimento em direitos creditórios, com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00 ("**Instituição Administradora**"). A Instituição Administradora contratou a Integral Investimentos S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 06.576.569/0001-86, para realizar a gestão da carteira de investimentos do Fundo ("**Gestora**").

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento foram aprovados por ato único da Instituição Administradora, datado de 31 de março de 2010, sendo o Regulamento registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 1º de abril de 2010, sob nº 238.947. A emissão das Cotas Seniores da 4ª Série e da 5ª Série foi deliberada pela Instituição Administradora em 11 de outubro de 2011. A Oferta das Cotas Seniores da 4ª Série foi registrada na CVM em 31 de outubro de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/020, e a Oferta das Cotas Seniores da 5ª Série foi registrada na CVM em 31 de outubro de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/021, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alteradas. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e posteriores alterações, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A quantidade de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 15.000 Cotas Seniores da 4ª Série e de até 30.000 Cotas Seniores da 5ª Série, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertadas ("**Cotas do Lote Suplementar**"), sem considerar as Cotas do Lote Adicional, conforme abaixo definido, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, e poderá ser exercida pela Instituição Líder a seu exclusivo critério.

Sem prejuízo da opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar, a quantidade total de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Instituição Administradora, acrescida em até 20.000 Cotas Seniores da 4ª Série e em até 40.000 Cotas Seniores da 5ª Série, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, acima referidas, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("**Cotas do Lote Adicional**").

O investimento no Fundo representa riscos para o investidor. Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais os descritos na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita na seção "Política de Investimento" deste Prospecto, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de compliance da Administradora e da Gestora, separada da área de gestão. As áreas de gerenciamento de risco da Administradora e da Gestora utilizam modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. Ainda que a Gestora e a Administradora mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante do Fundo ou do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 35 a 44 deste Prospecto.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Cotistas do Fundo.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora e ao Banco BMG.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas."

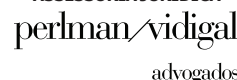
Somente Investidores Autorizados, conforme definidos no Regulamento e neste Prospecto, podem adquirir cotas do Fundo.

LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NAS PÁGINAS 1 E 2 DESTES PROSPECTOS.



"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços."

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**ESTRUTURADOR****CUSTODIANTE****AUDITORIA****GESTORA****ASSESSORIA JURÍDICA**

AVISOS – ANBIMA

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

A carteira de ativos deste Fundo pode possuir prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota do Fundo se comparada à de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Não há garantias de que a alíquota aplicável, quando do resgate das Cotas do Fundo, será a menor dentre as previstas pela legislação vigente. Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Para informações adicionais sobre a tributação aplicável aos Cotistas e ao Fundo, vide Seção “Regras de Tributação do Fundo” deste Prospecto.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 35 a 44.

Não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora e da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida à Instituição Administradora, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda de patrimônio líquido do Fundo e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série serão registradas à negociação no Módulo de Fundos – SF da CETIP S.A. – Mercados Organizados.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	7
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES E DO AUDITOR	17
DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA ..	19
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS	20
Informações relativas ao Fundo.....	24
Fluxograma da Securitização.....	25
Público Alvo	26
CONDIÇÕES DA OFERTA	27
A Oferta	27
Registro da Oferta.....	27
Quantidade de Cotas Seniores da 4ª Série.....	27
Quantidade de Cotas Seniores da 5ª Série.....	27
Preço de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série	27
Preço de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série	27
Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série	28
Cronograma de Etapas da Oferta	29
Melhores Esforços	29
Início e encerramento da distribuição	29
Divulgação de anúncios relacionados à Oferta.....	30
Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação	30
Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta	30
Devolução e reembolso aos investidores.....	31
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série.....	31
Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 4ª Série	32
Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 5ª Série	33
Negociação das Cotas.....	33
Possibilidade de Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios	33
Demonstrativo do Custo da Oferta	34
FATORES DE RISCO	35
Riscos de Mercado	35
Flutuação de Preços dos Ativos	35
Descasamento de Taxas	36
Riscos de Crédito.....	36
Ausência de Garantias.....	36
Risco de Concentração em Títulos Públicos.....	36
Fatores Macroeconômicos	36
Desligamento do Devedor.....	37
Morte do Devedor	37
Decisão Judicial Desfavorável.....	37
Cobrança Judicial e Extrajudicial	37
Critérios Adotados pelo Cedente para Concessão dos Empréstimos	37
Risco Proveniente do Uso de Derivativos	38
Oscilações no Patrimônio do Fundo	38
Risco de Liquidez	38
Fundo Fechado e Mercado Secundário	38
Direitos Creditórios.....	38
Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo.....	39
Risco de Descontinuidade	39
Recebimento Antecipado de Valores	39
Risco do Cedente	39
Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios.....	39
Risco de Fungibilidade - Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente	40

Efeitos da Política Econômica do Governo	40
Riscos Específicos	40
Riscos Operacionais.....	40
Outros Riscos.....	41
Atuação do Cedente como Instituição Líder	41
Rompimento dos Convênios.....	42
Intervenção ou Liquidação do Custodiante.....	42
Risco de Concentração.....	42
Alteração do Regulamento.....	42
Risco de Concorrência	42
Restrições de Natureza Legal ou Regulatória	43
Risco de Pagamento Antecipado.....	43
Ausência de Notificação aos Devedores	43
Emissão de Novas Cotas.....	43
Fraude na Obtenção de Empréstimo.....	44
Auditoria por Amostragem.....	44
Vícios Questionáveis.....	44
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	45
BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA	47
OBJETO	47
FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	47
PRAZO DE DURAÇÃO	47
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	47
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	48
Aplicação em Direitos Creditórios	48
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios.....	48
Condições de Cessão.....	49
Limites de Concentração	50
Operações em Mercados de Derivativos	52
Requisitos de Diversificação.....	52
Direitos Creditórios Elegíveis	52
Demais Informações sobre a Política de Investimento.....	53
CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO	53
ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	53
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	54
GERENCIAMENTO DE RISCOS	55
COTAS DO FUNDO	55
Características Gerais	55
Relação Mínima	56
Distribuições Anteriores	56
Novas Distribuições.....	56
Negociação das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série.....	57
Classificação de Risco da Cotas Seniores da 4ª Série.....	57
Classificação de Risco da Cotas Seniores da 5ª Série.....	57
Atualização do Valor das Cotas.....	57
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	58
Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série	58
Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série	59
Outras Informações Sobre as Amortizações e o Resgate das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série	59
Amortização Compulsória.....	60
RESERVAS E ÍNDICES	60
Reserva de Pagamento.....	60
Reserva de Liquidez	61
Reserva de Despesas e Encargos	61
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	61

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos	62
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	63
Competência.....	63
Procedimento de Convocação	64
Nomeação de Representante dos Cotistas.....	65
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	65
Deliberações Especiais	66
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral	67
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	67
Eventos de Avaliação.....	67
Eventos de Liquidação Antecipada	70
Procedimentos de Liquidação Antecipada	71
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	73
Despesas e Encargos do Fundo	73
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	74
Informações Obrigatórias e Periódicas.....	74
Publicações	75
Atendimento aos Cotistas.....	76
DIREITOS CREDITÓRIOS	77
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	79
Natureza e Processo de Origem.....	79
Documentos da Operação	79
Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos	79
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS DEVEDORES PELO BANCO BMG.....	79
COBRANÇA DOS DIREITOS.....	80
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Decorrentes de Empréstimos Concedidos a	
Devedores, Inclusive Inadimplentes	80
PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG.....	81
Níveis de Concentração dos Direitos Creditórios.....	81
Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos à Carteira do Banco BMG.....	81
Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos	83
PRAZOS DE VENCIMENTO, VOLUME FINANCEIRO, PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO E TAXA DE JUROS	
DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	84
DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE ADICIONAL DE	
RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA	85
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO	86
CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	87
ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	87
Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder	
Executivo da União.....	87
Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder	
Executivo de Estados e Municípios Conveniados	88
Militares das Forças Armadas	89
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	91
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	93
Histórico e Atividades.....	93
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora.....	93
Remuneração da Instituição Administradora.....	95
Substituição e Renúncia da Instituição Administradora	95
Contratação de Terceiros	96
GESTORA	96
Histórico e Atividades.....	96
Responsabilidades	97
Substituição da Gestora	98

CUSTODIANTE, CONTROLADOR E ESCRITURADOR DE COTAS	98
Histórico e Atividades.....	98
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.....	99
Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento	99
Remuneração do Custodiante.....	99
Responsabilidades	99
Substituição do Custodiante.....	100
FIEL DEPOSITÁRIO E AGENTE DE COBRANÇA.....	101
Substituição do Fiel Depositário e Agente de Cobrança.....	101
INSTITUIÇÃO LÍDER.....	101
AUDITOR.....	101
Remuneração do Auditor.....	102
Responsabilidades	102
Substituição do Auditor.....	102
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	102
Remuneração da Agência Classificadora de Risco	102
Responsabilidades.....	102
Substituição da Agência Classificadora de Risco	103
TAXAS.....	103
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....	105
CONTRATO DE CUSTÓDIA.....	107
CONTRATO DE CESSÃO	107
CONTRATO DE GESTÃO	108
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	108
CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS ENTRE AS PARTES.....	109
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	111
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO.....	113
IOF/Títulos	113
Imposto de Renda.....	113
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO	113
IOF/Títulos	113
Imposto de Renda.....	113
Cotistas Residentes no Brasil	114
Cotistas Residentes no Exterior.....	114
IOF/Câmbio.....	115
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE	117
HISTÓRICO.....	119
NEGÓCIOS DO BANCO BMG	120
ESTRATÉGIA	122
VANTAGENS COMPETITIVAS.....	123
EXPERIÊNCIAS PRÉVIAS DO BANCO BMG EM SECURITIZAÇÃO	125
ANEXOS	127
ANEXO I.....	129
ANEXO II	211
ANEXO III.....	243
ANEXO IV	315
ANEXO V.....	321
ANEXO VI.....	337

GLOSSÁRIO

Para os fins deste Prospecto adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente documento:

“Agência Classificadora de Risco”	Standard & Poor’s, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série.
“Agente de Cobrança”	Agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos, função que será inicialmente exercida pelo Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança.
“Alocação Mínima”	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido a ser mantido em Direitos Creditórios.
“Amortização Compulsória”	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (a) à Relação Mínima e/ou (b) à Alocação Mínima.
“ANBIMA”	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
“Assembleia Geral”	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
“Ativos Financeiros”	Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou derivativos e operações compromissadas.
“Aviso de Desenquadramento”	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Cedente na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento.
“Banco BMG”	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74.

“Bradesco”	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12.
“Cedente”	Banco BMG.
“Classe Mezanino”	Cotas Subordinadas Mezanino.
“Classe Junior”	Cotas Subordinadas Junior.
“CMN”	Conselho Monetário Nacional.
“CNPJ”	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
“COFINS”	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
“Condições de Cessão”	Condições para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a serem verificadas pelo Cedente, conforme estabelecido na cláusula 11 do Regulamento.
“Consignantes”	<p>a) Prefeituras municipais de (i) São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, (iii) Belo Horizonte, (iv) Fortaleza, (v) Belém, (vi) Porto Alegre e (vii) São Luís;</p> <p>b) Governos dos Estados de (i) Santa Catarina, (ii) Paraná, (iii) Minas Gerais, (iv) Rio de Janeiro, (v) Goiás, (vi) Mato Grosso, (vii) Tocantins, (viii) Amazonas, (ix) Amapá, (x) Rondônia, (xi) Maranhão, (xii) Paraíba, (xiii) Pernambuco e (xiv) Bahia;</p> <p>c) Ente público contratante de Servidores Federais Cíveis;</p> <p>d) Ente público contratante de Servidores Federais Militares (Forças Armadas);</p> <p>e) Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;</p> <p>e</p>

f) Rioprevidência - Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

“Contrato de Cessão”

Contrato celebrado entre o Fundo e o Cedente no qual estão estabelecidas as condições de cessão dos Direitos Creditórios.

“Contrato de Custódia”

Contrato firmado entre a Instituição Administradora e o Custodiante, que contém descrição dos serviços de custódia e controladoria a serem prestados pelo Custodiante ao Fundo. O serviço de custódia qualificada consiste na liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda, administração e informação de eventos associados aos ativos compreendendo, ainda, a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros - swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias e o serviço de controladoria consiste na execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como na execução dos procedimentos contábeis, de acordo com as legislações e as normas vigentes.

“Contrato de Distribuição”

Contrato de Distribuição celebrado entre o Fundo, a Instituição Administradora e a Instituição Líder.

“Contrato de Gestão”

Contrato de prestação de serviços de gestão de carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e a Gestora.

“Convênio de Cobrança”

Convênio celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência anuência do Custodiante, no qual, entre outras, estão

	estabelecidas as condições da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos quais os Devedores estejam inadimplentes, a serem exercidas pelo Cedente na função de Agente de Cobrança.
“COSIF”	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil, o qual tem por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro e também a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.
“Cotas”	Em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
“Cotas Seniores”	As Cotas que não se subordinam às demais Cotas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
“Cotas Seniores da 4ª Série”	As Cotas Seniores da 4ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Cotas Seniores da 5ª Série”	As Cotas Seniores da 5ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Cotas Subordinadas”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
“Cotas Subordinadas Mezanino”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos

	efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Junior.
“Cotas Subordinadas Junior”	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
“Cotistas”	Tanto o titular de Cotas Seniores como o titular de Cotas Subordinadas, sem distinção.
“Cotistas Dissidentes”	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembleia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo.
“Cotistas Seniores”	Cotistas detentores de Cotas Seniores.
“Critérios de Elegibilidade”	Critérios para seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificados pelo Custodiante, estabelecidos na cláusula 10 do Regulamento.
“CSLL”	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
“Custodiante”	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 00.066.670/0001-00.
“CVM”	Comissão de Valores Mobiliários.
“CETIP”	CETIP S.A. – Mercados Organizados, sociedade administradora de mercados de balcão organizados.
“Data de Amortização”	Data de amortização das Cotas, conforme condições previstas no Suplemento da respectiva Série e no Regulamento.
“Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série”	Data da primeira subscrição e integralização das Cotas Seniores da 4ª Série.

“Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série”	Data da primeira subscrição e integralização das Cotas Seniores da 5ª Série.
“Data de Verificação”	Data de apuração obrigatória dos Limites de Concentração e demais índices do Fundo, que sempre será o último Dia Útil de cada mês.
“Devedor” ou “Devedores”	Qualquer pessoa, servidor público ou pensionista, que recebe pagamentos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, que também seja devedor do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Cedente e parcialmente ou integralmente cedidos ao Fundo.
“Dia Útil”	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional.
“Direitos Creditórios”	Direitos de crédito oriundos dos contratos de empréstimo, com consignação em folha de pagamento ou remuneração, celebrados entre o Cedente e os Devedores.
“Direitos Creditórios Cedidos”	Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo Cedente.
“Disponibilidades”	Recursos em caixa ou ativos de liquidez diária.
“Documentos Comprobatórios”	Conforme disposto nos itens 8.3 “i”, 8.3.1 e 14.9.3 do Regulamento e na cláusula 4 do Contrato de Cessão, que segue como anexo II ao presente Prospecto, em especial em seu item 4.1.1, são os seguintes documentos: (a) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (b) autorização impressa para desconto em folha; e (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de pensionista ou servidor

	<p>público, bem como a existência de margem consignável, ou seja, os documentos necessários para comprovação da existência e veracidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, figurando como requisito para aquisição de tais créditos.</p>
“Emissão”	<p>A presente 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série do Fundo.</p>
“Eventos de Avaliação”	<p>Eventos definidos no Regulamento do Fundo cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a fim de deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.</p>
“Eventos de Liquidação Antecipada”	<p>Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.</p>
“FBPP”	<p>Família Bandeirante Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Matias Cardoso, nº 63, salas 305 a 308, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.</p>
“Fundo”	<p>BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII.</p>
“Gestora”	<p>Integral Investimentos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 8.662, de 21 de fevereiro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 06.576.569/0001-86, responsável pela gestão da carteira do Fundo.</p>

“INSS”	Instituto Nacional do Seguro Social.
“Instituição Administradora”	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede social na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob no 00.066.670/0001-00.
“Instituição Líder”	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrição no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74.
“Instituições Autorizadas”	São as instituições (a) pertencentes ao mesmo grupo econômico dos administradores dos fundos de investimento cujas cotas podem ser adquiridas pelo Fundo, nos termos da subseção “Limites de Concentração” deste Prospecto, ou (b) que atuam como contraparte nas operações com instrumentos derivativos que podem ser contratadas pelo Fundo, conforme disposto na subseção “Operações em Mercados de Derivativos” deste Prospecto, quais sejam (i) Banco do Brasil S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., (iv) Banco Santander (Brasil) S.A.; (v) Banco Safra S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; ou (viii) outras instituições que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco.
“Investidores Autorizados”	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
“IOF”	Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

“IRPJ”	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
“Limites de Concentração”	Limites mínimos e máximos de concentração por Consignante que devem ser observados pelo Fundo para aquisição de Direitos Creditórios, definidos no Anexo II do Regulamento.
“Montante Mínimo”	A Oferta poderá ser concluída desde que haja colocação de um montante mínimo equivalente a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Cotas Seniores da 4ª e a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em relação às Cotas Seniores da 5ª Série.
“Oferta”	A presente oferta das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série da 1ª Emissão do Fundo.
“Patrimônio Líquido”	Patrimônio líquido do Fundo, correspondente ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes a despesas, encargos e provisões referidas no Regulamento.
“Partes Relacionadas”	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (a) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (b) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (c) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (d) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
“Prospecto”	O presente prospecto de distribuição da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série do Fundo.
“Regulamento”	Regulamento do Fundo.
“Regime de Administração Especial Temporária”	Regime especial para administração de instituições financeiras, decretado pelo Banco Central do Brasil na forma regulada pelo Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

“Relação Mínima”	Relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).
“Reserva de Despesas e Encargos”	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
“Reserva de Liquidez”	Soma equivalente a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido (ou porcentagem maior, se assim for definido pela Instituição Administradora), que deverá ser mantida em Disponibilidades.
“Reserva de Pagamento”	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
“Série” ou “Séries”	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.
“Suplemento”	Documento que contém as características de cada emissão de Cotas Subordinadas Mezanino e de cada Série de Cotas Seniores que venham a ser emitida pelo Fundo.
“Taxa de Administração”	Taxa devida à Instituição Administradora nos termos previstos neste Prospecto.
“Taxa DI”	Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP.
“Termo de Cessão”	Documento, cujo modelo consta como Anexo I ao Contrato de Cessão, que formaliza a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.
“Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento”	Termo que deve ser assinado pelo condômino do Fundo por ocasião da subscrição de Cotas, por meio do qual o futuro Cotista declara (a) sua adesão aos termos do Regulamento; (b) recebimento do Prospecto; e (c) total ciência dos riscos que envolvem o investimento no Fundo.
“Taxa DI”	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER, DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES E DO AUDITOR

Instituição Líder, Cedente e Agente de Cobrança	<p>Banco BMG S.A. Avenida Álvares Cabral, nº 1707 Belo Horizonte - MG At.: Sr. Jose Eustáquio Torres / Sr. Jacques Rodarte Telefone: (31) 3290-3322 Fax: (31) 3290-3166 www.bancobmg.com.br Correio eletrônico: jet@bancobmg.com.br / jacques.rodarte@bancobmg.com.br</p>
Instituição Administradora	<p>BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Cidade de Deus, Prédio Prata, s/nº 4º andar, Vila Yara Osasco – SP At.: Sr. Fabiano Bottignon Kosaka Telefone: (11) 3684-9431 www.bemdtvm.com.br Correio eletrônico: 4010.kosaka@bradesco.com.br</p>
Gestora	<p>Integral Investimentos S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar São Paulo – SP At.: Sr. Bruno Amadei Junior / Sr. Marcelo Giraudon Telefone: (11) 3103-9999 Fax: (11) 3103-9992 www.integralinvest.com.br Correio eletrônico: brunoajr@integralinvest.com.br / marcelo@integralinvest.com.br</p>
Custodiante e Escriturador das Cotas	<p>Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara Osasco– SP At.: Sr. Fabiano Bottignon Kosaka Telefone: (11) 3684-9431 www.bradescocustodia.com.br Correio eletrônico: 4010.kosaka@bradesco.com.br</p>
Consultor Legal	<p>Perlman Vidigal Advogados Rua Bela Cintra, nº 904, 2º andar São Paulo - SP At.: Sr. Rubens Vidigal Neto Telefone: (11) 3093-8333 Fax: (11) 3093-8330 www.perlmandivigal.com.br Correio eletrônico: rubens@perlmanvidigal.com.br</p>

Auditor	KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 São Paulo - SP At.: Sr. Pedro Zago Telefone: (11) 3067-3000 Fax: (11) 3079-3752 www.kpmg.com.br Correio eletrônico: pzago@kpmg.com.br
Entidade Reguladora	Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares - Centro Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br
Mercado de Negociação Primária e Secundária	CETIP S.A. – Mercados Organizados Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

A Instituição Líder, por meio de seu diretor responsável, Sr. Ricardo Gelbaum, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declara que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e que (b) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, do Fundo, os riscos relacionados ao Fundo e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

A Instituição Administradora, por meio do seu diretor responsável, Sr. André Bernardino da Cruz Filho, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03, considerando que determinados documentos e informações foram disponibilizados à Instituição Administradora pela Gestora, Custodiante e/ou pela instituição intermediária da distribuição de cotas do Fundo, declara que: (a) este Prospecto de distribuição pública de Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série do Fundo (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes sobre a Oferta das Cotas, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

Versões assinadas das declarações acima referidas podem ser encontradas no Anexo VI deste Prospecto.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série do Fundo pela Instituição Líder. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.

Emissor das Cotas	BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII
Forma de Constituição	Condomínio fechado.
Instituição Líder	Banco BMG S.A.
Gestora	Integral Investimentos S.A.
Regime de Distribuição	Instrução CVM nº 400/03, com melhores esforços.
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco BMG S.A.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito oriundos dos contratos de empréstimo, com consignação em folha de pagamento ou remuneração, celebrados entre o Cedente e os Devedores.
Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da 4ª Série	Emissão de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Volume de Emissão e Valor Unitário de Cotas Seniores da 5ª Série	Emissão de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Montante Mínimo da Oferta de Cotas Seniores da 4ª Série	Caso o Montante Mínimo de 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 4ª Série não seja colocado pela Instituição Líder no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição

da Oferta, a Instituição Líder poderá requerer a prorrogação do prazo da Oferta junto à CVM ou cancelá-la, com a consequente devolução aos respectivos investidores dos valores eventualmente pagos a título de integralização de Cotas.

Montante Mínimo da Oferta de Cotas Seniores da 5ª Série

Caso o Montante Mínimo de 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 5ª Série não seja colocado pela Instituição Líder no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de publicação do anúncio de início da distribuição da Oferta, a Instituição Líder poderá requerer a prorrogação do prazo da Oferta junto à CVM ou cancelá-la, com a consequente devolução aos respectivos investidores dos valores eventualmente pagos a título de integralização de Cotas.

Valor Mínimo de Aplicação em Cotas Seniores

R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cotas do Lote Adicional

A quantidade de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Instituição Administradora, acrescida em até 20.000 (vinte mil) Cotas Seniores da 4ª Série e em até 40.000 (quarenta mil) Cotas Seniores da 5ª Série, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03.

Cotas do Lote Suplementar

A quantidade de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 4ª Série e de até 30.000 (trinta mil) Cotas Seniores da 5ª Série, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Adicional, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM nº 400/03, que poderá ser exercida pela Instituição Líder, a seu exclusivo critério.

Emissão de Cotas Subordinadas	Emissão de Cotas Subordinadas suficientes à manutenção do enquadramento da Relação Mínima. As Cotas Subordinadas não serão objeto da presente Oferta.
Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 4ª Série	Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 4ª Série, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.
Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 5ª Série	Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 5ª Série, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI.
Amortizações das Cotas Seniores da 4ª Série	A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série” nas páginas 58 e 59 deste Prospecto.
Amortizações das Cotas Seniores da 5ª Série	A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série” na página 59 deste Prospecto.
Amortização Compulsória	A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Mezanino, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Relação Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima. Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação da Gestora, pela realização da Amortização Compulsória, o

valor referente a tal amortização será definido de forma que seja suficiente para enquadrar o Fundo nos índices e limites previstos no Regulamento. Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional aos seus respectivos investimentos no Fundo.

Prazo de Duração do Fundo

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar de 2 de junho de 2010, data em que ocorreu a primeira integralização de Cotas, encerrando suas atividades, portanto, em 2 de junho de 2030. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.

Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série

As Cotas Seniores da 4ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série

As Cotas Seniores da 5ª Série somente serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Publicações

Todas as publicações mencionadas neste Prospecto e no Regulamento serão realizadas no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Destinação dos Recursos

Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios oriundos de créditos consignados do Banco BMG a Devedores.

Mercado onde as Cotas Seniores serão negociadas

As Cotas Seniores são negociadas na CETIP.

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 4ª Série

brAAA (sf)

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 5ª Série	brAAA (sf)
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Auditor	KPMG Auditores Independentes
Público Alvo	Investidores Autorizados, conforme definidos neste Prospecto.
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e/ou (c) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas.

O Fundo pode ainda (a) realizar operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional e dos títulos de emissão do Banco Central do Brasil e (b) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série, deve ler cuidadosamente a subseção “Política de Investimento”, na página 48 deste Prospecto.

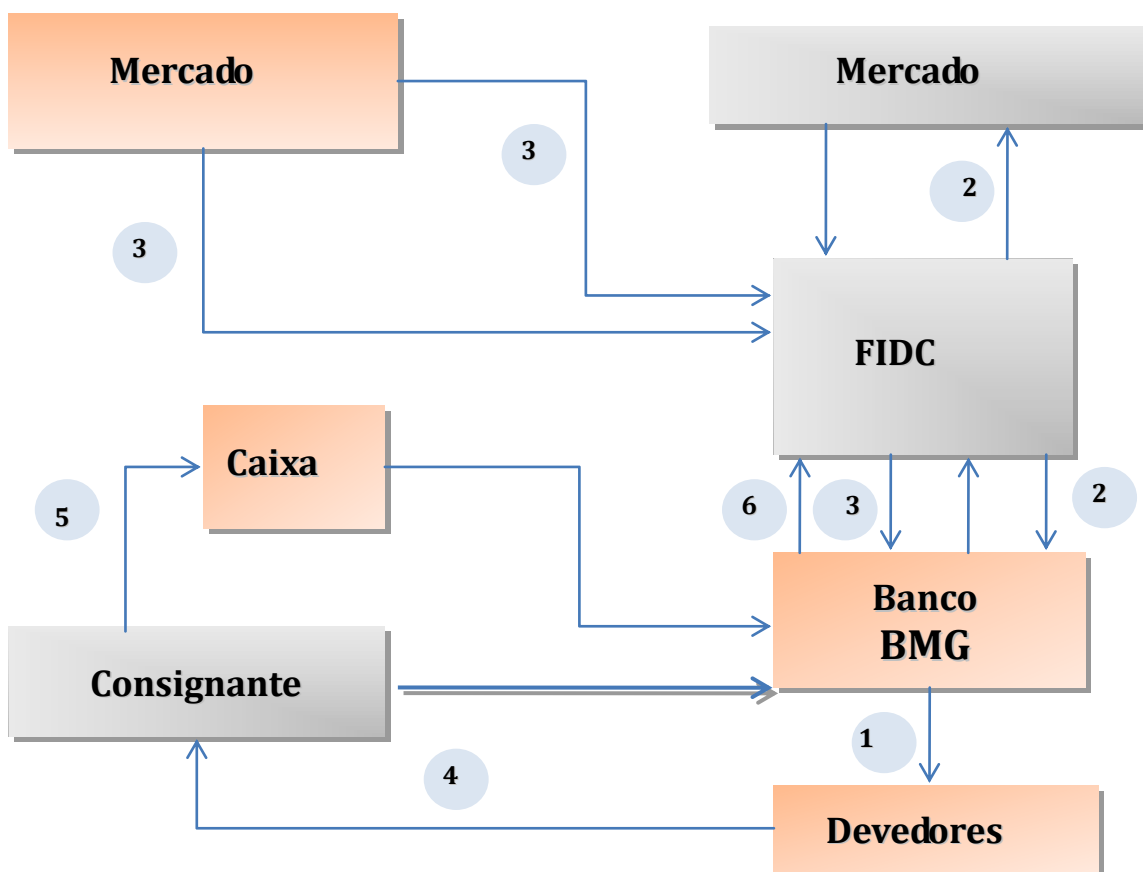
O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação ou na última data de resgate, conforme Suplemento, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas, conforme disposto na subseção “Amortização das Cotas” na página 58 deste Prospecto.

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar de 2 de junho de 2010, data em que ocorreu a primeira integralização de Cotas, encerrando suas atividades, portanto, em 2 de junho de 2030, O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora.

O Fundo conta com diversos mecanismos para análise e manutenção de sua performance ao longo de seu prazo de duração, tais como reservas e índices. Maiores informações sobre tais mecanismos podem ser obtidas na subseção “Reservas e Índices” na página 60 deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está submetida a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, nas páginas 35 a 44 deste Prospecto, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Fluxograma da Securitização



1. O Banco BMG concede empréstimos a Devedores, constituindo Direitos Creditórios.

2. O Fundo capta recursos por meio da emissão e subsequente subscrição e integralização, por investidores, de suas Cotas. As Cotas Seniores são destinadas exclusivamente a Investidores Autorizados, sendo colocadas publicamente pelo Banco BMG.

3. O Fundo adquire, em caráter definitivo, Direitos Creditórios e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima. O preço de cessão dos Direitos Creditórios é definido conforme descrito na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão” deste Prospecto.

4. Os Consignantes descontam da folha de pagamento dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas no período.

5. Os valores descontados são repassados ao Agente de Cobrança por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Agente de Cobrança pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias.

6. O Agente de Cobrança repassa ao Fundo os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

Público Alvo

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Autorizados os investidores qualificados assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, que considera como investidores qualificados:

- a) instituições financeiras;
- b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Autorizados outros investidores eventualmente autorizados pela regulamentação aplicável a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

O Fundo visa a atingir Investidores Autorizados, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

CONDIÇÕES DA OFERTA

A Oferta

As Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, conforme alterada. A Oferta será conduzida pela Instituição Líder.

Registro da Oferta

A Oferta das Cotas Seniores da 4ª Série foi registrada na CVM em 31 de outubro de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/020, e a Oferta das Cotas Seniores da 5ª Série foi registrada na CVM em 31 de outubro de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/021, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, e da Instrução CVM nº 400/03, conforme alteradas.

Quantidade de Cotas Seniores da 4ª Série

A Oferta compreende o total de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 4ª Série e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 4ª Série.

Quantidade de Cotas Seniores da 5ª Série

A Oferta compreende o total de no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 5ª Série e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 5ª Série.

Preço de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 4ª Série foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por cota, na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 4ª Série, totalizando o montante de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 4ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta - Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª Série” abaixo.

Preço de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 5ª Série foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por cota, na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 5ª Série, totalizando o montante de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 5ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta - Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 5ª Série” abaixo.

Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série

A Instituição Líder colocará publicamente junto aos Investidores Autorizados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços, (a) de 10.000 (dez mil) a 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 4ª Série, no valor total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 4ª Série; e (b) de 10.000 (dez mil) a 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 5ª Série, no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial das Cotas da 5ª Série.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- a) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série somente terão início após (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (iii) a publicação do Anúncio de Início;
- b) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série no âmbito da Oferta, à Instituição Líder, a qualquer momento durante o prazo de colocação; a subscrição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- c) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado, por meio da CETIP, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- d) a colocação visará exclusivamente a Investidores Autorizados;
- e) a integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;
- f) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série será de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, mediante autorização da CVM;
- g) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série; e
- h) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo a Instituição Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

Nº.	Evento	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	13/10/2011
2.	Disponibilização do Prospecto no <i>site</i> da Instituição Administradora e da Instituição Líder	13/10/2011
3.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	31/10/2011
4.	Publicação do Anúncio de Início	04/11/2011
5.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	04/05/2012

**Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Instituição Líder.*

Melhores Esforços

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, sem garantia firme.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série somente terão início após:

- a) o registro da Oferta na CVM;
- b) a publicação do Anúncio de Início; e
- c) a divulgação deste Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série deverá ser efetuada inicialmente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, podendo o referido prazo ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, mediante autorização da CVM. A Oferta da 4ª e 5ª Série será encerrada com a colocação da totalidade das Cotas Seniores da respectiva Série, ou por decisão da Instituição Líder, com o cancelamento do eventual saldo não colocado.

Caso o Montante Mínimo de Cotas Seniores da 4ª Série, de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o Montante Mínimo de Cotas Seniores da 5ª Série, de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), não sejam colocados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias acima referido, ou, caso haja prorrogação, dentro dos 180 (cento e oitenta) dias adicionais, a Oferta de Cotas Seniores da respectiva Série será cancelada, com a consequente devolução aos investidores dos valores eventualmente já pagos a título de integralização das Cotas, nos termos previstos na subseção

“Devolução e reembolso aos investidores”, abaixo. Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Frise-se que a Instituição Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão publicados no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente (a) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta; ou (b) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03, em seus artigos 25 a 28. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso nos mesmos jornais utilizados para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Distribuição. Neste caso, o Fundo deverá dar

conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série subscritas: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta.

Caso a Oferta não seja finalizada por qualquer motivo, inclusive por conta da não colocação do Montante Mínimo dentro prazo da Oferta, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando porém estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Para as restituições referidas acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série devem contatar a Instituição Líder e tomar as providências por ela definidas.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota Sênior da 4ª e 5ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série, o investidor (a) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Líder; e (b) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (i) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento.

As Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série será efetuada por meio e

de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, cabendo à Instituição Líder assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série.

As Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série será colocada publicamente pela Instituição Líder sob o regime de melhores esforços.

A colocação das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série será realizada exclusivamente pela Instituição Líder.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 4ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas da 4ª Série, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)^{\frac{1}{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{252}} \right]$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Sênior da 4ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Sênior da 4ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

IPCA = Variação percentual mensal do IPCA/IBGE, referente ao mês vigente; ou no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANDIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial.

dum = número de dias úteis do mês vigente.

TAXA = taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Rentabilidade Prevista das Cotas Seniores da 5ª Série

Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

FatorCap_t = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem “t”, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\} \times \frac{S}{100}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo “t”; e

S = sobretaxa, sendo igual a 115 (cento e quinze).

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série serão admitidas à negociação no –Módulo de Fundos - SF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação de Investidor Autorizado do investidor que estiver adquirindo tais Cotas Seniores.

Possibilidade de Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios

O pagamento de Direitos Creditórios com atraso pode levar à incidência de juros de mora e das multas pactuadas no empréstimo. É possível, por conta disso, que o Fundo venha a receber, por determinado Direito Creditório, valor maior que o contabilizado. Essa é a única hipótese de acréscimo aos valores originalmente devidos. O atraso no recebimento de recursos poderá afetar negativamente a liquidez do Fundo, podendo, inclusive, dificultar o pagamento das obrigações correntes ou mesmo das amortizações. Por outro lado, o recebimento de referidos acréscimos poderá elevar a rentabilidade do Fundo.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor contábil de tal crédito no Fundo. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a prioridade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Além disso, caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos, no momento em que foi realizada a cessão, não se enquadrava às Condições de Cessão, identificadas na subseção “Condições de Cessão” deste Prospecto, a cessão de tal Direito Creditório será prontamente resolvida, devendo o Cedente pagar ao Fundo o valor do Direito Creditório respectivo, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

Na hipótese de vencimento antecipado do Fundo, a recompra poderá, eventualmente, ser realizada por valor inferior ao contábil dos Direitos Creditórios, o que poderia gerar prejuízo para os Cotistas. Nas demais hipóteses, de acordo com a atual estrutura contratual do Fundo, a recompra ou a remoção será realizada, no mínimo, pelo valor contábil dos Direitos Creditórios recomprados, removidos ou substituídos, não havendo, portanto, risco de impacto na rentabilidade do Fundo.

Não obstante, sucessivas recompras ou remoções de Direitos Creditórios podem impactar o Fundo, aumentando sua liquidez, uma vez que antecipam o cronograma de recebimento de recursos dos Direitos Creditórios. Em caso de inexistência de volume de Direitos Creditórios passíveis de aquisição para fazer frente ao excesso de liquidez do Fundo, poderá haver desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, levando à convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada. Não ocorreu e nem há previsão de que venha a ocorrer a permuta de Direitos Creditórios entre o Fundo e o Cedente.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 4ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,08%
Agência Classificadora de Risco	18.000,00	0,02%
Assessores legais	25.000,00	0,03%
CETIP	10.081,80	0,01%
ANBIMA	10.000,00	0,01%
Impressões, publicações e material publicitário	25.000,00	0,03%
Total	171.451,80	0,17%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	171.451,80
Número mínimo de Cotas Seniores da 4ª Série	10.000
Número máximo de Cotas Seniores da 4ª Série	100.000
Custo da Oferta por Cota Sênior da 4ª Série	1,714518
Custo percentual unitário de Cota Sênior da 4ª Série	0,17%

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 5ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,04%
Agência Classificadora de Risco	18.000,00	0,01%
Assessores legais	25.000,00	0,01%
CETIP	10.081,80	0,01%
ANBIMA	10.000,00	0,01%
Impressões, publicações e material publicitário	25.000,00	0,01%
Total	171.451,80	0,09%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	171.451,80
Número mínimo de Cotas Seniores da 5ª Série	10.000
Número máximo de Cotas Seniores da 5ª Série	200.000
Custo da Oferta por Cota Sênior da 5ª Série	0,857259
Custo percentual unitário de Cota Sênior da 5ª Série	0,09%

FATORES DE RISCO

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

Riscos de Mercado

Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que compõem a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores ou para as Cotas Subordinadas Mezanino podem ter como parâmetro outras taxas, como a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (a) aumento substancial de tais taxas; e/ou (b) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Riscos de Crédito

Ausência de Garantias

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Cedente ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, a Gestora, o Cedente ou o Custodiante prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Risco de Concentração em Títulos Públicos

É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Banco Central do Brasil, em percentual de até 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrar seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para a distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, por exemplo. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

Desligamento do Devedor

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descontados pelo respectivo Consignante dos vencimentos dos Devedores. O desconto não será possível caso o Devedor se desligue de seu cargo, função ou emprego. Nessas hipóteses, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, o Agente de Cobrança deverá incorrer em procedimentos de cobrança judicial ou extrajudicial, que são mais onerosos e demorados quando comparados aos de consignação em folha de pagamento. Essa dificuldade de cobrança dos Direitos Creditórios poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, visto que os custos da cobrança judicial são de responsabilidade do Fundo, conforme o Convênio de Cobrança.

Morte do Devedor

A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

Decisão Judicial Desfavorável

A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Nesses casos, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Cobrança Judicial e Extrajudicial

No caso de os Devedores não cumprirem suas obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

CrITÉRIOS Adotados pelo Cedente para Concessão dos Empréstimos

De acordo com a legislação aplicável, a concessão de crédito consignado será feita a critério da instituição financeira mutuante, sendo os valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições legais pertinentes. A existência de diferentes critérios adotados na concessão dos empréstimos pelo Cedente aos mutuários, sem que haja um parâmetro pré-estabelecido, representa um risco adicional para o Fundo, podendo impactar negativamente no seu resultado.

Risco Proveniente do Uso de Derivativos

Oscilações no Patrimônio do Fundo

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou, ainda, operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos seus Cotistas, bem como à necessidade de aporte adicional de recursos por parte dos Cotistas na hipótese de variação negativa do Patrimônio Líquido.

Risco de Liquidez

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino só poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. O mercado secundário de Cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Adicionalmente, em razão de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado os Cotistas não terão liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (a) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais; ou (b) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perdas se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais praticadas pela maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso se faça necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda patrimonial ao Fundo.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (c) ao resgate de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco de Descontinuidade

Recebimento Antecipado de Valores

A amortização das Cotas dar-se-á na forma estabelecida no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como a Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores de forma antecipada, o que eventualmente pode frustrar a expectativa inicial do investidor. Ademais, ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, pode não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (a) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Risco do Cedente

Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios

O Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos do Regulamento do Fundo, inclusive em volume suficiente para alcançar a remuneração das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o Suplemento de cada Série, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

Risco de Fungibilidade - Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente

O Cedente foi contratado para realizar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo que os recursos serão depositados no Cedente e transferidos para o Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis do respectivo recebimento. Esse mecanismo traz ao Fundo o risco de fungibilidade, traduzido na possibilidade de os recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos se confundirem com o patrimônio do Agente de Cobrança ou com eventuais recursos de terceiros que também transitem pelo Agente de Cobrança. Especialmente na hipótese de intervenção ou liquidação do Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Efeitos da Política Econômica do Governo

O Fundo, seus ativos, e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal, que intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os ativos financeiros do Fundo, bem como a originação e o pagamento dos Direitos Creditórios e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (a) alterações na inflação; (b) alterações nas taxas de juros; (c) alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao crédito consignado; (d) alterações na política fiscal; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Riscos Específicos

Riscos Operacionais

Repasse do Consignante

Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Devedores, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Interrupção da Prestação de Serviços de Agente de Cobrança

O Cedente foi contratado, nos termos do Convênio de Cobrança, para efetuar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos. Caso, por qualquer motivo, o Cedente deixe de prestar esses serviços, tanto a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, como o repasse dos respectivos montantes ao Fundo ficariam prejudicados enquanto não fosse contratado novo agente de cobrança. Não obstante, mesmo com a contratação de um novo agente de cobrança, nada garante que a sistemática de cobrança adotada seja tão eficiente quanto a consignação em folha. Além disso, poderá haver aumento de custos do Fundo com contratação desse serviço. Quaisquer desses fatos poderiam afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Falhas do Agente de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria à queda da rentabilidade do Fundo, ou até à perda patrimonial.

Guarda da Documentação

O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Cedente poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e *performance* dos créditos cedidos, o que poderá comprometer a administração e o gerenciamento de riscos adequados da carteira de Direitos Creditórios Cedidos.

Falhas no Sistema do Consignante

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao Agente de Cobrança são processados por sistema interno de controle do Consignante, não tendo o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Consignante poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Devedores, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

Outros Riscos

Atuação do Cedente como Instituição Líder

A Instituição Líder tem determinados deveres intrínsecos à atividade de distribuição das Cotas da 4ª e da 5ª Série, decorrentes da regulamentação aplicável e do Contrato de Distribuição, que incluem o dever de assegurar a precisão, a conformidade e a suficiência das informações, inclusive aquelas referentes aos riscos envolvidos no investimento, fornecidas ao mercado, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ao mesmo tempo, o Cedente tem interesse na colocação das Cotas, já que o volume de Direitos Creditórios a ser adquirido pelo Fundo é relacionado, entre outros, ao montante de recursos efetivamente captado pelo Fundo por meio da Oferta. Assim, por serem ambas as funções, de Instituição Líder e de Cedente, exercidas pelo Banco BMG, pode haver um conflito de interesses, em detrimento do melhor interesse dos investidores.

Rompimento dos Convênios

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre os Consignantes e a FBPP, em se tratando de empréstimos concedidos a Devedores vinculados a órgãos federais, ou entre o Cedente e os demais Consignantes, em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Devedores. O Cedente e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos como, por exemplo, alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em folha de pagamento for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou a totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de Concorrência

O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, o que levou ao correspondente aumento de instituições que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Cedente, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para esse produto. Se isso ocorrer, poderia haver migração da clientela do Cedente para instituições concorrentes, o que poderia levar à liquidação antecipada de parte dos contratos de empréstimo já existente, e/ou à redução do

número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Cedente. A redução da clientela poderia resultar em quantidade insuficiente de Direitos Creditórios elegíveis para a manutenção da Alocação Mínima do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada. Além disso, também em virtude da concorrência, é possível que o Fundo tenha de reduzir as taxas cobradas nos empréstimos com consignação em folha. Se essa redução for significativa, a rentabilidade do Fundo seria afetada negativamente.

Restrições de Natureza Legal ou Regulatória

Eventuais restrições de natureza legal ou regulatória podem afetar adversamente a validade da constituição e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, o comportamento dos Direitos Creditórios Cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

Risco de Pagamento Antecipado

Os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser absorvida pelo Cedente. Caso o Cedente não honre sua obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Ausência de Notificação aos Devedores

De início, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo não será informada aos Devedores por meio de notificação. Na hipótese de o Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento do Fundo, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

Fraude na Obtenção de Empréstimo

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha utilizado meio fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros. Ocorrida essa hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Devedores lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago na aquisição dos Direitos Creditórios fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

Auditoria por Amostragem

O Custodiante realizará a verificação da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Vícios Questionáveis

Os Direitos Creditórios Cedidos são originados de contratos celebrados entre o Cedente e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 393, de 22 de junho de 2003, pela Instrução CVM nº 435, de 5 de julho de 2006, pela Instrução CVM nº 442, de 8 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 458, de 16 de agosto de 2007, pela Instrução CVM nº 484, de 21 de julho de 2010, pela Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, e pela Instrução CVM nº 498, de 13 de junho de 2011.

O Fundo é classificado pela ANBIMA como FIDC Crédito Consignado.

OBJETO

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, oriundos de operações de crédito consignado do Cedente a Devedores, nos termos da Política de Investimento descrita neste Prospecto.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação ou na última data de resgate de Cotas, conforme os Suplementos, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar de 2 de junho de 2010, data em que ocorreu a primeira integralização de Cotas, encerrando suas atividades, portanto, em 2 de junho de 2030. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série terão prazos de duração de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série e da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série, respectivamente, conforme previsto nos respectivos Suplementos que seguem anexos a este Prospecto.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos do Cedente a Devedores, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em

folha de pagamento ou, no caso de Direitos Creditórios cujo Consignante seja o Rioprevidência – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, por meio de desconto em folha de benefícios previdenciários. Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, após o pagamento dos encargos, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro as taxas e índices previstos nos respectivos Suplementos. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Aplicação em Direitos Creditórios

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Cedente a Devedores, de acordo com os limites de concentração por Consignante indicados na subseção “Limites de Concentração” abaixo.

CrITÉRIOS de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- a) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de concessão de empréstimo, com taxas de juros prefixadas, celebrados entre o Cedente e os Devedores;
- b) os Direitos Creditórios devem ser devidos por Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- c) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo;
- d) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais);
- e) os Direitos Creditórios tenham por Devedor pessoa com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; e
- f) a aquisição dos Direitos Creditórios não faça com que o Fundo se desenquadre em relação ao Limite de Concentração, identificado abaixo na subseção “Limites de Concentração”.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente.

Condições de Cessão

Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade acima, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às seguintes condições de cessão:

- a) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza;
- b) os Direitos Creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem representar 1 (uma) ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- c) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha de pagamento do Devedor e repassada ao Cedente;
- d) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos originados pelo Cedente, de acordo com as políticas de cadastro e concessão de crédito por ele adotadas;
- e) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos que não contenham qualquer parcela inadimplida pelo Devedor;
- f) os Direitos Creditórios devem ter sido celebrados com mutuários que estejam integralmente adimplentes em relação às suas obrigações com o Cedente e o Fundo;
- g) os Direitos Creditórios não podem ser devidos por mutuários que sejam credores de Consignantes que estejam inadimplentes para com o Fundo em relação a repasses de descontos em folha de pagamento relativos a pagamentos de parcelas de Direitos Creditórios em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- h) o contrato de empréstimo que deu origem aos Direitos Creditórios deve ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (setenta e dois) meses;
- i) o pagamento das parcelas do contrato de empréstimo que deram origem aos Direitos Creditórios, em se tratando de empréstimo concedido a Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- j) o Consignante deve ter convênio com o Cedente para realização do desconto de folha de pagamento ou de benefícios que esteja operacional por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses;

- k) os Direitos Creditórios devem ser constituídos de acordo com as formalidades exigidas pelas normas em vigor;
- l) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de empréstimo que tenham valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais); e
- m) os Direitos Creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados com Devedores com idade superior a 60 (sessenta) anos na data da respectiva cessão não devem ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do total de Direitos Creditórios que serão cedidos em determinada data.

As condições de cessão acima descritas não consubstanciam critérios de elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

Limites de Concentração

A concentração de Direitos Creditórios por Consignante observará o quadro abaixo. O percentual mínimo deverá ser observado em relação à carteira de Direitos Creditórios Cedidos. Já o percentual máximo deverá ser observado em relação ao Patrimônio Líquido.

Consignante	Percentual mínimo	Percentual máximo
Servidores Federais Civis	25%	50%
Servidores Federais Militares (Forças Armadas)	5%	10%
Servidores Estaduais:		
Governo do Estado de Santa Catarina	0%	5%
Governo do Estado do Paraná	0%	5%
Governo do Estado de Minas Gerais	0%	10%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	0%	10%*
Governo do Estado de Goiás	0%	5%
Governo do Estado de Mato Grosso	0%	5%
Governo do Estado de Tocantins	0%	5%
Governo do Estado do Amazonas	0%	5%
Governo do Estado do Amapá	0%	5%
Governo do Estado de Rondônia	0%	5%
Governo do Estado do Maranhão	0%	5%
Governo do Estado da Paraíba	0%	5%
Governo do Estado de Pernambuco	0%	5%
Governo do Estado da Bahia	0%	5%
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	0%	5%
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência	0%	5%*

Servidores Municipais:		
Prefeitura de São Paulo	0%	10%
Prefeitura do Rio de Janeiro	0%	5%*
Prefeitura de Belo Horizonte	0%	5%
Prefeitura de Fortaleza	0%	5%
Prefeitura de Belém	0%	5%
Prefeitura de Porto Alegre	0%	5%
Prefeitura de São Luís	0%	5%

** Os Direitos Creditórios cujos Consignantes sejam o Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência, conjuntamente considerados, não poderão ser superiores a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.*

Os Limites de Concentração serão apurados mensalmente, no último Dia Útil de cada mês.

As parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser mantido em moeda corrente nacional e/ou aplicado em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (a) e (b) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (a) e (b) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas.

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu Patrimônio Líquido, constituindo assim a Reserva de Liquidez. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento. Além disso, nos períodos que antecederem a cada amortização de Cotas programada, o Fundo deverá, conforme orientação da Gestora, interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e constituir a Reserva de Pagamento. A Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento encontram-se descritas na subseção “Reservas e Índices” abaixo.

Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo pode:

- a) realizar operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional e dos títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- b) realizar operações em mercados de derivativos.

Operações em Mercados de Derivativos

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e conforme orientação da Gestora, somente poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite destas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos somente poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob a modalidade “com garantia”; e/ou (b) diretamente na BM&FBovespa, sob a modalidade “com garantia”, desde que comunicada à Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo à Agência Classificadora de Risco.

Para efeito das operações referidas acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Requisitos de Diversificação

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos nas subseções “Critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios” e “Condições de Cessão” acima.

Direitos Creditórios Elegíveis

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, exclusiva e cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade mencionados da subseção “Critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios” acima.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente estabelecido pelo Custodiante.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

É vedado ao Fundo realizar operações de (a) *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; e (b) operações de renda variável.

A Gestora do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, nos termos do artigo 22 e seguintes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A Gestora exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante do Fundo, no melhor interesse dos Cotistas e de acordo com seus deveres fiduciários, envidando seus melhores esforços para votar favoravelmente às deliberações em entenda sejam benéficas ou agreguem valor para os Cotistas. O inteiro teor da política de exercício do direito de voto da Gestora encontra-se disponível para consulta no seguinte *site*: www.integralinvest.com.br.

A GESTORA DESTE FUNDO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES E OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA GESTORA EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES OS DIREITOS DE VOTO.

CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO

A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão dos Direitos Creditórios será o menor entre os seguintes valores: (a) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de juros ponderada dos contratos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos; e (b) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por taxa equivalente a 22% (vinte e dois por cento) ao ano.

ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- c) reenquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- d) na amortização de Cotas Subordinadas Mezanino;
- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e
- f) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- a) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- b) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- c) na amortização das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- d) no pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco; e
- e) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas. O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A integralização, a amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito - DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será o mencionado no Suplemento respectivo. Se o resgate for efetivado em dia que não seja Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Cotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo. Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 25.8 do Regulamento, caso em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da liquidação do Fundo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais os descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita na seção “Política de Investimento” deste Prospecto, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* da Administradora e da Gestora, separada da área de gestão. As áreas de gerenciamento de risco da Administradora e da Gestora utilizam modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações nas Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série apresentam riscos para os Cotistas.

Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus Cotistas.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

O Fundo possui Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas são as que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Dentro das Cotas Subordinadas existem duas classes, a Classe Mezanino e a Classe Junior. As Cotas Subordinadas Mezanino são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Junior. As Cotas Subordinadas Junior são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do respectivo prazo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

Relação Mínima

A Relação Mínima admitida é de 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento). A Relação Mínima deve ser apurada pelo Custodiante todo Dia Útil, informada mensalmente à Instituição Administradora e, anualmente, aos Cotistas.

Na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora. O Cedente deverá responder o aviso de desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a, em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Relação Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Distribuições Anteriores

As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª Emissão foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As Cotas Seniores da 2ª e 3ª Série foram objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM nº 400/03. As Cotas Subordinadas Mezanino II da 1ª Emissão e as Cotas Subordinadas Junior do Fundo não foram objeto de oferta pública.

Novas Distribuições

Fica a critério da Instituição Administradora, conforme orientação da Gestora, a deliberação relativa a novas distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes à quantidade, prazo e classe de Cotas, desde que:

- a) seja observada a proporção mínima de 17% (dezessete por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido;

- b) seja mantida a Relação Mínima;
- c) a Classe Junior continue representando no mínimo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- d) as classificações de risco das Cotas em circulação, se houver, sejam mantidas.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

Negociação das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série

As Cotas Seniores de 4ª e 5ª Série serão negociadas no Módulo de Fundos – SF da CETIP.

Classificação de Risco da Cotas Seniores da 4ª Série

As Cotas Seniores da 4ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco brAAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência Classificadora de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAAA (sf) significa que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Classificação de Risco da Cotas Seniores da 5ª Série

As Cotas Seniores da 5ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco brAAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência Classificadora de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAAA (sf) significa que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Atualização do Valor das Cotas

As Cotas, independentemente da classe ou série, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte à primeira subscrição de Cotas.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- a) todo Dia Útil, após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Série de Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração indicada no respectivo Suplemento da Série de Cotas Seniores e incidente sobre o valor da Série no Dia Útil imediatamente anterior;
- b) também todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descrita para cada Série, será incorporado ao valor das Cotas Subordinadas Mezanino a remuneração definida no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor das referidas Cotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior; e
- c) ainda todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Junior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo entre os Cotistas das diferentes classes existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo especificada:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Sênior da 4ª Série na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 4ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Amortização “t”;

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da Série, conforme definido no Suplemento da 4ª Série; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial da 4ª Série, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.

As Cotas Seniores da 4ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 4ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Amortização e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série

A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas de acordo com a fórmula abaixo especificada:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Sênior da 5ª Série na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 5ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da 5ª Série, conforme definido no Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial da 5ª Série, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.

As Cotas Seniores da 5ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 5ª Série, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Outras Informações Sobre as Amortizações e o Resgate das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série

As amortizações das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série ocorrerão mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) do mês, ou se o dia 15 (quinze) não for Dia Útil, no primeiro Dia Útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido acrescida do respectivo rendimento para cada Cota.

As Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, pelo seu respectivo valor contábil.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas ou resgatadas por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

Amortização Compulsória

A Instituição Administradora poderá realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (a) à Relação Mínima; e/ou (b) à Alocação Mínima.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação da Gestora, pela realização da Amortização Compulsória, o valor referente a tal amortização será definido de forma que seja suficiente para enquadrar o Fundo nos índices e limites previstos no Regulamento.

RESERVAS E ÍNDICES

Reserva de Pagamento

A Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- a) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- b) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações.

Os procedimentos descritos nesta subseção não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

Reserva de Liquidez

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

As Disponibilidades abrangem recursos em caixa ou ativos de liquidez diária.

Reserva de Despesas e Encargos

A Gestora deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizadas na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

A Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item acima, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Gestora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para as despesas ou encargos do período em questão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os demais títulos, valores mobiliários e Ativos Financeiros de renda fixa terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de precificação do Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, observado o disposto na legislação e regulamentação pertinentes.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;
- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios Cedidos na carteira do Fundo até as respectivas datas de vencimento; e
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados.

Na hipótese de se verificar a existência de mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com direitos creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

As Cotas de cada classe ou Série do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (a) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou (b) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na subseção “Atualização do Valor das Cotas”, acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino será o menor dos seguintes valores: (a) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item anterior, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino; ou (b) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na subseção “Atualização do Valor das Cotas”, acima.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Junior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, pelo número total de Cotas Subordinadas Junior.

Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Competência

É da competência privativa da Assembleia Geral:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- b) alterar o Regulamento;
- c) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- d) deliberar sobre a substituição da Gestora;
- e) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- f) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- g) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento;
- h) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;

- i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- j) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- k) deliberar acerca da substituição da taxa utilizada para definir a remuneração das Cotas, no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- l) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e outros ativos da carteira do Fundo; e
- m) deliberar e homologar a substituição do Custodiante e do Agente de Cobrança.

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

Procedimento de Convocação

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, do qual deve constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, ou ainda por meio de correio eletrônico, com a devida confirmação de recebimento.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de (i) publicação do primeiro anúncio; ou (ii) do envio da carta com aviso de recebimento aos Cotistas; ou (iii) da data do envio da convocação por meio de correio eletrônico. Sendo considerada válida a data de referência do envio da última remessa ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, ou de correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação do anúncio ou envio de carta referente ou de correio eletrônico referente à primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede. No entanto, quando se efetuar em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas aos Cotistas ou o correio eletrônico devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Cotistas.

Nomeação de Representante dos Cotistas

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- b) não ser titular de Cotas Subordinadas; e
- c) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, no Cedente, na Gestora, no Custodiante ou em suas respectivas Partes Relacionadas.

Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados pela Assembleia Geral não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

A cada Cota corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral ou, conforme seja o caso, em votação em separado dos titulares de Cotas de determinada classe.

As deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes.

As deliberações relativas às matérias relacionadas (a) à alteração do Regulamento; (b) à elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; (c) à incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo; (d) à alteração dos termos e

condições do Contrato de Cessão; (e) à decisão se determinado Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação Antecipada; (f) à decisão se determinado Evento de Liquidação Antecipada deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo; e (g) à aprovação de procedimentos a serem adotados no resgate das cotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e outros ativos do Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Deliberações Especiais

Estão subordinadas à aprovação prévia, em primeira convocação, de titulares de mais da metade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Junior, em circulação e, em segunda convocação, de titulares de mais da metade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Junior presentes em Assembléia Geral, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a alterações de disposições do Regulamento sobre:

- a) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos Creditórios;
- b) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- c) amortização e/ou resgate das Cotas;
- d) direito de voto de cada classe;
- e) inclusão ou exclusão de Evento de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
- f) cobrança de taxas;
- g) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino;
- h) alteração da Relação Mínima;
- i) substituição do Custodiante;
- j) nova emissão de novas Cotas; e
- k) alteração dos prazos das emissões de Cotas.

As deliberações relativas à substituição da Instituição Administradora ou da Gestora estão sujeitas à aprovação de titulares de 70% (setenta por cento) do total de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas emitidas, tanto em primeira quanto em segunda convocação.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Instituição Administradora, a Gestora e seus empregados.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- a) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- b) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- c) exemplar do Regulamento do Fundo, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração. Neste caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Regulamento, em vigor na própria data de resgate. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme o Regulamento.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de qualquer Série e das Cotas Subordinadas Mezanino por um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- b) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;

- c) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- d) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- e) inobservância pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Cobrança não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- f) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- g) inobservância dos Limites de Concentração por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- h) inobservância, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima;
- i) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- j) rescisão do Contrato de Custódia;
- k) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino que estejam em circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- l) renúncia do Custodiante;
- m) inobservância dos limites previstos para a Reserva de Pagamento, da Reserva de Despesas e Encargos e da Reserva de Liquidez por mais de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- n) caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o percentual do volume de Direitos Creditórios Cedidos cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos antecipadamente seja superior, no mês, a 20% (vinte por cento) do saldo da carteira de Direitos Creditórios calculado em relação ao mês anterior;

- o) ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas à inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos: (i) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 6 (seis) dias e 60 (sessenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 15% (quinze por cento); (ii) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 61 (sessenta e um) dias e 90 (noventa) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 10% (dez por cento); (iii) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 6% (seis por cento); e (iv) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso superior a 181 (cento e oitenta e um) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 4% (quatro por cento);
- p) caso o “Índice de Basiléia” do Cedente fique abaixo de 11% (onze por cento), conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do CMN, informados mensalmente à Instituição Administradora;
- q) modificação do controle acionário do Cedente;
- r) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento;
- s) realização de qualquer cessão ao Fundo em desacordo com o estabelecido no Contrato de Cessão; e
- t) quaisquer outros eventos que possam, na opinião da Instituição Administradora, impactar negativamente no desempenho do Fundo e de suas Cotas que tenham sido objeto de distribuição pública.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, o Fundo suspenderá imediatamente o pagamento de amortização de Cotas Subordinadas. Concomitantemente, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

Caso a Assembleia Geral de que trata o item acima delibere que dado Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implantação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- a) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade especificados neste Prospecto e no Regulamento do Fundo por período superior a 120 (cento e vinte) dias;
- b) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (i) ao Cedente; e/ou (ii) ao Agente de Cobrança; e/ou (iii) à Instituição Administradora; e/ou (iv) ao Custodiante; e/ou (v) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- c) não pagamento total ou parcial da amortização de qualquer Série ou Classe Mezanino, na respectiva Data de Amortização;
- d) na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo referente à substituição da taxa utilizada para calcular a rentabilidade de qualquer Cota, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- e) resilição ou rescisão do Contrato de Cessão .

Sem prejuízo do parágrafo acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (a) convocará Assembleia Geral para tratar dos procedimentos para liquidação do Fundo; e (b) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Não sendo instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral por falta de quorum, a Instituição Administradora deverá dar início aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo de acordo com o disposto no Regulamento.

Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, os Cotistas Dissidentes, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral. O resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do Dia Útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a Assembleia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, as Cotas serão resgatadas observados os seguintes procedimentos:

- a) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- b) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores;
- c) as Cotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores; e
- d) as Cotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores e de todas as Cotas Subordinadas Mezanino, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva do eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas Mezanino.

Ainda em vista do procedimento de resgate de Cotas mencionado nos itens acima e da totalidade de recursos disponíveis do Fundo, a Data de Amortização e o prazo para resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme previstos nos respectivos Suplementos, poderão ser afetados, especialmente se Cotas de mais de uma Série estiverem em circulação. Nesse contexto, os titulares de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino poderão ter as suas Cotas resgatadas posteriormente ao prazo previsto nos respectivos suplementos

Caso em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da liquidação do Fundo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, fora do ambiente da CETIP.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada cotista na ocasião, bem como a prioridade entre as classes de Cotas.

Antes da entrega de Direitos Creditórios Cedidos aos Cotistas, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembleia Geral, a ser convocada no 121º (centésimo vigésimo primeiro) dia contado do início da liquidação do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação, sempre se respeitando a prioridade de recebimento entre as Cotas de diferentes classes.

Na hipótese de a Assembleia Geral referida no item anterior não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas, fica facultado à Instituição Administradora dar os Direitos Creditórios Cedidos em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada em função do valor total das Cotas Seniores em circulação, tendo como referência para definição do valor das Cotas Seniores a data em que foi decidida a liquidação do Fundo.

Eventuais Direitos Creditórios Cedidos remanescentes não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores deverão ser entregues aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, mediante a constituição de um condomínio, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo.

Após tal procedimento, se ainda existir saldo remanescente, este será distribuído aos titulares de Cotas Subordinadas Junior, na proporção de sua participação no remanescente do Patrimônio Líquido.

Observados tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas, se for o caso: (a) para que elejam um administrador para referidos condomínios de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; (b) informando a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no parágrafo acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maioria das Cotas da respectiva classe em circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias a partir da constituição dos condomínios referidos acima, dentro do qual os administradores dos condomínios indicarão à Instituição Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Cedidos e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

A Gestora deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizadas na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

A Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito acima, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Gestora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para as despesas ou encargos do período em questão.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto em demais normas aplicáveis e no Regulamento, notadamente o disposto abaixo.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor ou administrador indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (a) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) a mudança ou a substituição do Custodiante; (c) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (d) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor contratado pela Instituição Administradora para tal fim, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo encerra-se em 31 de março de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os prazos de (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Cotas, incluindo informações sobre exercícios anteriores e o histórico de performance do Fundo, poderão ser obtidas junto ao Cedente e Instituição Líder e à Instituição Administradora, em suas respectivas sedes, nos endereços abaixo informados. Para consulta ou obtenção de cópia deste Prospecto e do Regulamento, os Cotistas poderão dirigir-se à Instituição Administradora, ao Cedente e Instituição Líder, à CVM ou à CETIP, em suas respectivas sedes, ou acessar seus respectivos sítios eletrônicos.

Cedente e Instituição Líder

Banco BMG S.A.

Avenida Álvares Cabral, nº 1.107, Belo Horizonte – MG

Sítio eletrônico: www.bancobmg.com.br/RI (acessar “Informações Financeiras” – “Prospectos” – “Prospecto FIDC VIII – 4ª e 5ª série”)

Instituição Administradora

BEM Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Osasco – SP

Sítio

eletrônico:

<https://wwwss.shopinvest.com.br/infofundos/ConsultaInformativo.do?site=CUST&codigoFundo=520&codigoTipoDocumento=10&nomeFundo=BMG FIDC - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII>

Entidade Reguladora

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ

Sítio eletrônico: www.cvm.gov.br/ (acessar “Fundo de Investimento” – no primeiro campo, preencher “BMG FIDC – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII” – “Continuar” – “BMG FIDC – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII” – “Documentos Eventuais” – “Tipo de Documento” – “Prospecto Distribuição” – “Exemplar do Prospecto”)

Mercados de Negociação Primária e Secundária

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, São Paulo - SP

Sítio eletrônico: www.cetip.com.br (acessar “Comunicados e Documentos” – “Prospectos” – no campo “Categoria do Documento”, selecionar “Cotas de Fundos Fechados ” – no campo “Busca”, inserir “BMG” – no campo “Ano”, selecionar “2012” – “Buscar” – “BMG FIDC – Créditos Consignados VIII – (4ª e 5ª séries)”)

Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas para a sede do Cedente e Instituição Líder, no endereço acima.

DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Natureza e Processo de Origem

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de créditos consignados concedidos pelo Cedente a Devedores.

Documentos da Operação

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo a Devedores, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos de garantia.

Liquidação ou Amortização Antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos

Os Devedores têm a faculdade legal de realizar a liquidação ou amortização antecipada dos empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que, na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido ao valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido ao valor presente pela taxa de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser absorvida pelo Cedente.

Além da liquidação ou amortização antecipada realizadas a critério do Devedor, nos termos acima referidos, os Direitos Creditórios podem ser declarados antecipadamente vencidos em determinadas hipóteses, que incluem o inadimplemento por parte do Devedor. Nesse caso, o Devedor ficará obrigado a realizar, de imediato, o pagamento da totalidade do saldo devedor do mútuo a ele concedido, acrescido dos encargos financeiros aplicáveis e das penalidades pactuadas. Declarado o vencimento antecipado da dívida, é possível que o valor devido pelo Devedor ao Fundo seja inferior ao valor esperado, vez que os juros remuneratórios serão calculados proporcionalmente ao tempo transcorrido entre a concessão do mútuo e a data de vencimento antecipado da operação. Além disso, o Fundo poderá incorrer em eventuais despesas de cobrança do Devedor inadimplente, referidas na seção “Cobrança dos Direitos”, abaixo. Tais fatos poderão afetar o fluxo esperado de recursos pelo Fundo, bem como a regularidade dos pagamentos realizados aos cotistas.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS DEVEDORES PELO BANCO BMG

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo a Devedores. Os Devedores são necessariamente vinculados, direta ou indiretamente, como empregados ou pensionistas, a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios), ou às Forças Armadas, que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento ou de benefício. Na

concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:

- a) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Devedor se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Devedor que pode ser comprometido com desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados; assim, o Devedor deve apresentar documentos que comprovem sua condição de servidor público ou pensionista vinculado a algum dos Consignantes e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
- b) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;
- c) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 6 (seis) meses, e de no máximo 72 (setenta e dois) meses; e
- d) em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da FBPP.

COBRANÇA DOS DIREITOS

Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Decorrentes de Empréstimos Concedidos a Devedores, Inclusive Inadimplentes

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, oriundos de mútuos concedidos pelo Banco BMG a Devedores, será feita pelo Cedente, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- a) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- b) os valores descontados são repassados ao Cedente por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Cedente pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
- c) o Cedente, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Devedores (i) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos, e (ii) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

- d) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Cedente questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- e) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- f) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos recebidos pelo Cedente são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados de tal recebimento.

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- a) caso o Devedor tomador do empréstimo tenha se desligado do Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- b) se a causa da inadimplência é a morte do Devedor, busca-se cobrar do espólio; e
- c) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses de ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Devedor.

PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO BMG

Níveis de Concentração dos Direitos Creditórios

Não há concentração de Devedores na carteira de créditos consignados do Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de operações de empréstimo com o Cedente representa parcela inferior a 0,01% (um centésimo por cento) do total. Da mesma forma, a carteira de créditos consignados do Cedente é bastante pulverizada. O valor médio (a) devido por cada Devedor é de cerca de R\$3.531,00 (três mil, quinhentos e trinta e um reais); e (b) de cada crédito consignado é de cerca de R\$3.117,00 (três mil, cento e dezessete reais).

Inadimplementos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos à Carteira do Banco BMG

Em cumprimento ao disposto no item 2.6 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03, seguem abaixo informações relativas a inadimplementos e perdas referentes à carteira de crédito do Banco BMG, especificamente no que diz respeito a empréstimos consignados pelos Consignantes:

Mês / Safra	Atrasos (%)		
	Mais de 60 dias	Mais de 90 dias	Mais de 180 dias
jun-2008	3,26%	3,18%	3,03%
jul-2008	2,63%	2,60%	2,37%
ago-2008	3,28%	3,19%	3,02%
set-2008	2,81%	2,72%	2,61%
out-2008	3,02%	2,96%	2,76%
nov-2008	2,95%	2,87%	2,65%
dez-2008	2,96%	2,87%	2,62%
jan-2009	3,30%	3,24%	3,02%
fev-2009	3,31%	3,21%	2,92%
mar-2009	3,38%	3,34%	3,15%
abr-2009	2,88%	2,79%	2,44%
mai-2009	2,74%	2,64%	2,29%
jun-2009	2,34%	2,24%	2,09%
jul-2009	3,55%	3,22%	2,97%
ago-2009	3,15%	2,98%	2,73%
set-2009	3,42%	3,31%	2,82%
out-2009	2,42%	2,21%	1,94%
nov-2009	2,13%	1,89%	1,52%
dez-2009	2,76%	2,33%	1,86%
jan-2010	2,63%	2,42%	1,80%
fev-2010	3,78%	3,42%	2,69%
mar-2010	3,12%	2,55%	1,88%
abr-2010	2,33%	2,02%	1,68%
mai-2010	2,68%	2,44%	1,31%
jun-2010	2,56%	1,94%	1,10%
jul-2010	2,62%	2,23%	1,16%
ago-2010	1,64%	1,10%	0,49%
set-2010	2,75%	1,97%	0,28%
out-2010	2,36%	1,65%	0,01%
nov-2010	3,27%	2,23%	0,09%
dez-2010	2,09%	1,13%	0,00%
jan-2011	0,89%	0,06%	0,00%
fev-2011	0,19%	0,00%	0,00%
mar-2011	0,00%	0,00%	0,00%
abr-2011	0,00%	0,00%	0,00%
mai-2011	0,00%	0,00%	0,00%

A metodologia utilizada foi a de “Safr de Originação”, sendo:

Atraso – Acima de 60 dias = Divisão entre (i) saldo devedor dos contratos de uma safra no mês em que atingiram 60 dias de atraso; e (ii) valor financiado da mesma safra.

Atraso – Acima de 90 dias = Divisão entre (i) saldo devedor dos contratos de uma safra no mês em que atingiram 90 dias de atraso; e (ii) valor financiado da mesma safra.

Atraso – Acima de 180 dias = Divisão entre (i) saldo devedor dos contratos de uma safra no mês em que atingiram 180 dias de atraso; e (ii) valor financiado da mesma safra.

A Instituição Administradora, a Gestora e a Instituição Intermediária não possuem informações a respeito de pré-pagamentos relativos à carteira de créditos consignados do Banco BMG, a despeito de terem realizado esforços razoáveis com o intuito de obtê-las. De todo modo, no que diz respeito especificamente aos Direitos Creditórios Cedidos, que integram a carteira do Fundo, tais informações encontram-se disponíveis abaixo.

Inadimplementos, Perdas e Pré-Pagamento Relativos aos Direitos Creditórios Cedidos

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no item 2.8 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03, a Gestora, tendo por base os relatórios do Custodiante, forneceu informações relativas a inadimplementos, perdas e pré-pagamentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo entre junho de 2010 e julho de 2011, constantes da tabela abaixo:

Mês	Carteira de Direitos Creditórios	Vencimento de Direitos Creditórios	Pagamentos antecipados	% de Pagamentos Antecipados	Vencidos e não Pagos			
					Entre 6 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Acima de 180 dias
jun/10	258.285.265	0	9.988.631	3,87%	0	0	0	0
jul/10	348.157.422	3.662.347	16.464.658	4,73%	43.096	0	0	0
ago/10	351.854.160	5.599.348	22.143.247	6,29%	311.589	0	0	0
set/10	361.063.191	6.210.379	15.197.319	4,21%	213.848	21.781	0	0
out/10	364.645.205	6.784.658	16.073.820	4,41%	300.222	36.425	19.032	0
nov/10	434.321.001	6.893.035	17.449.520	4,02%	364.738	77.086	56.720	0
dez/10	468.459.308	8.049.408	17.467.554	3,73%	474.566	109.764	115.382	80
jan/11	481.069.141	12.772.882	20.795.900	4,32%	981.734	132.723	180.707	13.670
fev/11	496.496.517	13.572.125	16.700.870	3,36%	1.118.931	164.412	231.023	42.045
mar/11	504.758.014	16.166.414	14.629.745	2,90%	1.719.149	296.425	305.307	83.965
abr/11	602.526.036	16.948.549	16.326.363	2,71%	1.675.159	366.543	463.498	145.714
mai/11	773.245.344	20.060.226	12.995.082	1,68%	2.150.140	464.266	659.601	214.603
jun/11	794.392.766	25.188.790	15.262.550	1,92%	2.247.174	544.987	899.294	303.580
jul/11	876.826.956	27.444.216	12.442.492	1,42%	2.772.852	610.325	1.087.964	469.949

Sendo:

Mês = mês de referência;

Carteira de Direitos Creditórios = valor da posição de Direitos Creditórios na carteira do Fundo;

Vencimentos de Direitos Creditórios = somatória do volume dos vencimentos dos Direitos Creditórios programados para o mês;

Pagamentos antecipados = somatória do volume de pagamentos antecipados de Direitos Creditórios no mês;

Recompra de Direitos Creditórios = somatória do volume de recompra, pelo Cedente, de Direitos Creditórios no mês;

Vencidos e não pagos entre 6 e 60 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 6 e 60 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos entre 61 e 90 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 61 e 90 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos entre 91 e 180 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, entre 91 e 180 dias na carteira do Fundo;

Vencidos e não pagos acima de 180 dias = volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, acima de 180 dias na carteira do Fundo.

Os inadimplimentos, perdas e pré-pagamentos das operações de crédito que geraram os Direitos Creditórios Cedidos podem impactar de forma adversa o Fundo, na medida em que (a) o inadimplimento e a perda não são objeto de coobrigação do Cedente; e (b) o Cedente pode não honrar sua obrigação de ressarcir o Fundo de eventual diferença positiva existente entre (i) o valor que o Fundo iria receber caso a liquidação do empréstimo fosse realizada no prazo acordado entre o Devedor e o Cedente; e (ii) o valor efetivamente pago pelo Devedor mediante a liquidação antecipada da operação de empréstimo. Para maiores informações sobre os riscos relacionados a tais impactos, veja o capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme o manual de cálculo e registro de PDD do Custodiante, elaborado em convergência com as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

PRAZOS DE VENCIMENTO, VOLUME FINANCEIRO, PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO E TAXA DE JUROS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Nos termos do Regulamento, os contratos de créditos consignados que dão origem aos Direitos Creditórios, passíveis de cessão ao Fundo, terão amortização mensal e devem ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (setenta e dois) meses.

De acordo com informações fornecidas pelo Cedente em outubro de 2011, os juros incidentes sobre o crédito concedido a Devedores, nos termos dos contratos celebrados, são compostos e pré-fixados, aplicando-se a tabela *Price*, e variam de no mínimo 1,5% a.m. (um inteiro e cinco décimos por cento ao mês) a 3,2% a.m. (três inteiros e dois décimos por cento ao mês).

DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA

Os Direitos Creditórios Cedidos não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, tendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos de sua titularidade serão de inteira responsabilidade do Fundo e, consequentemente, de seus Cotistas, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento dessas despesas.

O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu Patrimônio Líquido. A parcela que exceder este limite deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos mencionados neste Prospecto e previstos no Regulamento ou na referida Assembleia Geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (a) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo acima; e (b) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma prevista no Regulamento.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Além disso, o Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor contábil de tal crédito no Fundo. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a prioridade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Créditos integrantes da carteira do Fundo.

Na hipótese de, em caso de recompra de Direitos Creditórios, o Fundo receber o valor contábil dos Direitos Creditórios recomprados, não haverá impacto na rentabilidade do Fundo. Caso venha a receber valor inferior ao contábil pelos Direitos Creditórios, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

Conforme “Nota Para a Imprensa” divulgada pelo Banco Central do Brasil em 28 de junho de 2011, relacionada à Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro, o crédito bancário manteve a trajetória observada desde o início do ano, registrando, em maio, desempenho equilibrado tanto entre as carteiras referenciadas em recursos livres e direcionados, quanto entre os segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, permanecendo relativamente estável a distribuição entre bancos públicos, privados e estrangeiros. Essa evolução verificou-se em contexto de elevação moderada das taxas de juros, dos *spreads* bancários e da inadimplência, observando-se estabilidade nos prazos médios das carteiras.

Nesse cenário, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro alcançou R\$1.804 bilhões em maio, assinalando crescimentos de 1,6% no mês, 5,8% no ano e 20,4% em doze meses. Com esse resultado, a relação crédito/PIB aumentou para 46,9%, ante 46,6% em abril e 44,3% em maio de 2010.

Os empréstimos com recursos livres corresponderam a 65,4% do total da carteira de crédito do sistema financeiro, atingindo saldo de R\$1.180 bilhões, com expansões de 1,6% no mês, 5,7% no ano e 18,1% em doze meses. Verificou-se incremento de 1,7% nas carteiras de pessoas físicas, saldo de R\$592,8 bilhões, mantendo-se o destaque para o crédito pessoal e os financiamentos para aquisição de veículos. As operações para pessoas jurídicas alcançaram R\$586,7 bilhões, com acréscimo mensal de 1,4%, resultante das elevações respectivas de 1% e de 5,7% nos empréstimos com recursos domésticos e nos financiamentos lastreados em recursos externos. Assinale-se, nesse último segmento, o desempenho das operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC), com evoluções de 8,2% no mês, 25,5% no ano e 23,7% em doze meses.

O crédito direcionado totalizou R\$624,9 bilhões, avançando 1,6% no mês, 6% no ano e 25,1% em relação a maio de 2010. Os financiamentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, representados por operações diretas e repasses por meio de instituições financeiras, atingiram saldo de R\$368,2 bilhões, com elevações de 1% no mês e 21,2% em doze meses. Os desembolsos somaram R\$33,7 bilhões nos primeiros quatro meses do ano, registrando retração de 5% em relação a igual período de 2010, com reduções de 12% no segmento de comércio e serviços, 2% na infraestrutura, 1% na indústria e 16% na atividade agropecuária. Os financiamentos habitacionais com recursos direcionados alcançaram R\$151,8 bilhões, com expansões de 3,5% no mês, 15,5% no ano e 48,2% em doze meses.

O crédito consignado, ao seu turno, continuou a apresentar forte crescimento nos primeiros meses de 2011. Neste ano, de acordo com dados do Banco Central, o segmento corresponde a 59,4% da participação no crédito pessoal, com saldo total de R\$146,833 bilhões em maio, acréscimo de 1,7% ante abril, que teve R\$144,332 bilhões, e 6,1% no ano.

As linhas com desconto direcionado a funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS representam 85,5% do total e em maio apresentaram expansão no saldo de 1,6%, de R\$ 123,619 bilhões em abril para R\$ 125,620 bilhões. O aumento, segundo especialistas, está relacionado ao endividamento dos servidores por conta da falta de reajuste de salários, inflação em alta e maior disponibilidade de recursos pelos bancos, que enxergam a modalidade como de baixo risco, principalmente em um cenário de elevação da inadimplência entre os consumidores.

A baixa taxa de juros é proporcionada pelas garantias do empréstimo, consequência do desconto direto em folha de pagamento e segurança de manutenção do emprego. O reduzido valor da parcela ao mês impulsiona as tomadas de crédito, que totalizaram R\$6,628 bilhões em concessões em maio de 2011, elevação de 13,6% em relação ao mês anterior e de 12,1% no ano. A taxa de juros ao ano chegou a 28,2%.

CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Devedores dos Direitos Creditórios são pessoas físicas que recebem pagamentos dos Consignantes, e que tenham celebrado contrato de mútuo com o Banco BMG. Dessa forma, todos os mutuários estão sujeitos à política de cadastro e concessão de crédito do Cedente.

Não há concentração significativa de Devedores na carteira de créditos consignados do Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de operações de empréstimo com o Cedente representa parcela inferior a 0,01% (um centésimo por cento) do total dos Direitos de Crédito Elegíveis. Adicionalmente, o Fundo deve observar a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade, que estabelecem, entre outros aspectos, que as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar R\$20.000,00, bem como os Limites de Concentração, os quais inviabilizam a concentração da carteira em Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Devedor, ou por alguns poucos Devedores.

ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da União

O parágrafo único do artigo 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da Administração, e na forma definida em regulamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto pelo artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008. Nele, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da Administração. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, pode-se citar: (a) contribuição para a Previdência Social; (b) pensão alimentícia judicial; (c) imposto sobre rendimento do trabalho; (d) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (e) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não pode exceder a 30% (trinta por cento) da respectiva remuneração, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas

Não é permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de 30% (trinta por cento), quando a sua soma com as compulsórias exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% (setenta por cento) venha a ser superado, as consignações facultativas são suspensas, de forma a proporcionar o devido reenquadramento. A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos vencimentos do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo de Estados e Municípios Conveniados

No presente Prospecto foram descritos os principais aspectos da regulamentação aplicável aos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

Contudo, é importante mencionar a existência de legislação específica tratando de empréstimo com desconto em folha própria de Estados e Municípios. A maior parte de tal legislação, de forma análoga, também prevê: (a) limites para os descontos em folha em razão de operações de empréstimo; e (b) possibilidade de concessão de autorizações revogáveis pelo devedor apenas com a concordância do mutuante. Como exemplo, podemos citar a legislação do Município de São Paulo e dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Militares das Forças Armadas

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, permite o desconto de empréstimos em folha de pagamento desses servidores públicos desde que não haja comprometimento de mais de 70% (setenta por cento) de seu soldo.

Em referida regulamentação, não há diferença de limites para os descontos autorizados e obrigatórios, de forma que, teoricamente, os empréstimos com desconto em folha poderiam comprometer toda a margem consignável, qual seja, 70% (setenta por cento) do soldo dos militares. Fica mantida, por outro lado, a prioridade dos descontos obrigatórios em relação aos autorizados, sendo que estes, em caso de o limite acima referido ser superado, serão suspensos em primeiro lugar.

Embora a Medida Provisória nº 2.215-10/01 disponha em linhas gerais sobre o desconto em folha de pagamento para todos os militares federais, tanto os descontos por estes autorizados como os autorizados por aposentados e beneficiários de pensão militar são regulamentados especificamente por cada Força Armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), por normativos próprios.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRESTADORES DE SERVIÇOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Histórico e Atividades

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

A Instituição Administradora é atualmente controlada pelo Bradesco, que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social, e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Instituição Administradora, observado o estabelecido no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, deverá administrar o Fundo, cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (b) na aquisição dos Direitos Creditórios, do estabelecido no Contrato de Cessão; e (c) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Cotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações da Instituição Administradora encontram-se detalhados no Regulamento.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos bens e direitos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações da Gestora.

Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que a Instituição Administradora está sujeita, a Instituição Administradora obriga-se a:

- a) observar as obrigações estabelecidas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01;
- b) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o Regulamento do Fundo, seus anexos e aditamentos e os Suplementos em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- c) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- d) informar os cotistas titulares de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;

- e) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Cedente, do Agente de Cobrança, do Custodiante ou de qualquer sociedade controlada, controladora ou sob controle comum das pessoas referidas anteriormente, tomar as medidas cabíveis para o direcionamento do fluxo de recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta de titularidade do Fundo em outras instituições;
- f) monitorar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, em conformidade com o contrato celebrado com o Custodiante; e
- g) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos seguintes índices e critérios e disponibilizar tais informações ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) Dia Útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
 - i) índices de performance (percentual de atrasos dos Direitos Creditórios Cedidos nos seguintes intervalos de tempo: de 1 (um) a 30 (trinta) dias, de 31 (trinta e um) a 120 (cento e vinte) dias, de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias e superiores a 180 (cento e oitenta) dias), conforme calculados e informados pela Gestora;
 - ii) Relação Mínima;
 - iii) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pela Gestora;
 - iv) demonstrativos de concentração relativos aos Consignantes, elaborados com base nas informações fornecidas pelo Cedente e disponibilizados na forma de relatório pelo Custodiante; e
 - v) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior e com a indicação dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, conforme calculado e disponibilizado pelo Custodiante na forma de relatório em sua página na rede mundial de computadores.

É vedado à Instituição Administradora:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou se coobrigar sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações a que fazem referência os itens (a) a (c) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É permitida a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional e dos títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de derivativos mencionadas neste Prospecto.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- a) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Cedidos e os outros ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- b) emitir qualquer classe de Cotas ou Série em desacordo com o Regulamento.

Remuneração da Instituição Administradora

Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, mensalmente, a título de Taxa de Administração, o maior dos seguintes valores: (i) 0,5% a.a. (cinco décimos percentuais ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo; ou (ii) R\$10.000,00 (dez mil reais). Mais informações sobre a remuneração da Instituição Administradora encontram-se na subseção “Taxas” abaixo.

Substituição e Renúncia da Instituição Administradora

A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em no máximo 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

Na hipótese de deliberação da Assembleia Geral pela substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (a) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Instituição Administradora; bem como (b) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora ou do Agente de Cobrança, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (a) nomeação de representante de Cotistas; e (b) deliberação acerca de: (i) substituição da Instituição Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo, ou do Agente de Cobrança, ou (ii) liquidação antecipada do Fundo.

Contratação de Terceiros

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou administrador designado, contratar serviços de:

- a) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos que possam integrar a carteira do Fundo;
- b) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- c) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

GESTORA

Histórico e Atividades

Para realização da gestão dos ativos da carteira do Fundo, foi contratada a Integral Investimentos S.A.

A Integral Investimentos é uma sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 8662, de 21 de fevereiro 15, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1744 – cj 12, inscrita no CNPJ sob nº 06.576.569/0001.86.

Concentrando-se na união dos interesses de investidores e tomadores de recursos, a Integral Investimentos oferece uma plataforma integrada e especializada em projetos de crédito estruturado e securitização, destacando-se no desenvolvimento de alternativas de captação de recursos, estruturação de produtos de investimentos relacionados ao crédito estruturado e securitização, distribuição de valores mobiliários e gestão de fundos de investimentos.

A Integral Investimentos tem por escopo desenvolver soluções para tomadores de crédito que atuam nos segmentos financeiro, corporativo, imobiliário e público, criando e gerindo produtos relacionados a créditos oriundos destes setores.

O total de recursos administrados pela Integral Investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios em 21 de outubro de 2011 totalizava aproximadamente R\$3.006 milhões, conforme divulgado pela ANBIMA em seu Ranking de Gestão de Fundos de Investimento.

Responsabilidades

Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo Regulamento, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- a) selecionar, escolher e adquirir, em nome do Fundo, Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para integrarem a carteira do Fundo, definindo os respectivos preços e condições, podendo inclusive realizar operações nos mercados de derivativos, obedecidos os limites previstos na política de investimento do Fundo, bem como na regulamentação aplicável, dentro dos parâmetros de mercado para os Ativos Financeiros;
- b) observar e respeitar a Política de Investimentos do Fundo, conforme estabelecida no Regulamento;
- c) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade de administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando às normas de conduta, vedações e obrigações previstas na regulamentação vigente;
- d) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos;
- e) fornecer à Instituição Administradora e às autoridades fiscalizadoras, quando for o caso, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira do Fundo; e
- f) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Instituição Administradora defenda os interesses do Fundo diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora.

Substituição da Gestora

As disposições relativas à substituição da Instituição Administradora descritas neste Prospecto e no Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora.

CUSTODIANTE, CONTROLADOR E ESCRITURADOR DE COTAS

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, a Instituição Administradora contratou o Bradesco.

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia - Bradesco Custódia, é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o Ranking ANBIMA de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico. Está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e auto-reguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados “[GoodPriv@cy](#)”, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do citado código.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2008, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Nessa área são mantidos diversos sistemas, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios. O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira da operação.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo de investimento.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas cotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos cotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional. Este serviço compreende o registro da titularidade das cotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Custódia” abaixo.

Responsabilidades

O Custodiante foi contratado para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras

que sejam descritas neste Prospecto, no Regulamento do Fundo e na legislação aplicável, ou pactuadas em demais documentos:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;
- b) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- f) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- g) observar para que somente ordens emitidas pela Instituição Administradora, sob a orientação da Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item (a), acima, será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, dos Direitos Creditórios. As irregularidades apontadas nessa auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Não obstante realize tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

Substituição do Custodiante

Desde que aprovado pela Assembleia Geral, a Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

FIEL DEPOSITÁRIO E AGENTE DE COBRANÇA

O fiel depositário e Agente de Cobrança será o próprio Banco BMG. Informações sobre o fiel depositário e Agente de Cobranças encontram-se no item “Informações Relativas ao Cedente” abaixo.

Como fiel depositário, o Banco BMG será responsável pela guarda de todos os Documentos Comprobatórios, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, até que todos os direitos e obrigações relacionados com os Direitos Creditórios estejam prescritos. O Banco BMG não terá direito a qualquer remuneração pela prestação deste serviço.

O Banco BMG se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pela Instituição Administradora e/ou pelo Custodiante.

Descrição detalhada dos procedimentos de cobrança adotados pelo Banco BMG como Agente de Cobrança pode ser encontrada no item “Cobrança de Direitos” deste Prospecto.

Substituição do Fiel Depositário e Agente de Cobrança

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a prestação dos serviços de cobrança e guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

INSTITUIÇÃO LÍDER

A Instituição Líder será o próprio Banco BMG. Informações sobre a Instituição Líder encontram-se no item “Informações Relativas ao Banco Cedente” abaixo.

A Instituição Líder realizará a distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição e observadas as disposições da Instrução CVM nº 400/03.

Informações adicionais sobre a função da Instituição Líder se encontram no item “Sumário dos Contratos Relevantes” - “Contrato de Distribuição” abaixo.

AUDITOR

A empresa de auditoria contratada é a KPMG Auditores Independentes.

Poderão ser contratadas outras empresas de auditoria independente para realizar a revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e a análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora, não sendo necessária a convocação de Assembleia Geral, para tanto.

Contudo, a substituição do Auditor, a qualquer tempo, somente poderá ocorrer mediante deliberação da Assembleia Geral.

Remuneração do Auditor

Pelos serviços prestados ao Fundo, o Auditor terá direito a receber remuneração anual, paga diretamente pelo Fundo, no montante de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Responsabilidades

O Auditor será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora, sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação vigente ou pelo Regulamento.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série a Standard & Poor's.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração pelos serviços prestados, paga diretamente pelo Fundo, no montante anual de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Responsabilidades

A Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação de risco tão-somente, das Cotas Seniores.

É atribuído à Agência Classificadora de risco o monitoramento constante das Cotas Seniores e a elaboração e divulgação de relatório de classificação de risco trimestral.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação referente às Cotas Subordinadas.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para a classificação de risco das Cotas Seniores, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

TAXAS

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, mensalmente, a título de Taxa de Administração, o maior dos seguintes valores: (a) 0,5% a.a. (cinco décimos percentuais ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo; ou (b) R\$10.000,00 (dez mil reais). A taxa acima será paga à Instituição Administradora até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao fechamento do mês anterior, sendo calculada e provisionada todo Dia Útil, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa Administração} = \frac{0,0050 \times \text{Patrimônio D-1}}{252}$$

Para fins do disposto na fórmula acima, “D-1” significa o Dia Útil imediatamente anterior à data do provisionamento.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas na seção “Despesas e Encargos do Fundo”, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima referida.

Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CUSTÓDIA

O Contrato de Custódia celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e o Cedente, tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Pelo serviço de custódia qualificada, a remuneração devida ao Custodiante pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, nos termos do Contrato de Custódia, é equivalente a 0,16% a.a. (dezesesseis centésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido.

Pelo serviço de controladoria, o Fundo, representado pela Instituição Administradora, pagará à Custodiante mensalmente a taxa de 0,015% a.a. (quinze milésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

As remunerações descritas acima serão calculadas diariamente, em Dias Úteis, sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos). Os valores das remunerações do Custodiante serão reajustados anualmente pelo IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

As remunerações do Custodiante serão pagas mensalmente, no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito nas contas correntes de titulares dos Fundos, conforme constante no Anexo VI do Contrato de Custódia.

O Contrato de Custódia permanecerá em vigor até a liquidação do Fundo.

CONTRATO DE CESSÃO

O Contrato de Cessão é celebrado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e o Cedente dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, com interveniência e anuência do Custodiante. O Contrato de Cessão estabelece as regras e condições referentes a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Por meio da celebração dos Termos de Cessão, os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo em caráter definitivo. Os Termos de Cessão contêm, entre outras informações, a identificação dos Direitos Creditórios objeto da cessão, bem como os termos e condições a que tal cessão se subordina. Após sua celebração, os Termos de Cessão são considerados parte integrante do Contrato de Cessão.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Termos de Cessão devem ser levados a registro em Registro de Títulos e Documentos, pela Instituição Administradora, em até 20 (vinte) dias a contar de sua celebração.

A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão será o menor entre os seguintes valores: (a) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de juros ponderada dos contratos que deram origem aos Direitos Creditórios Cedidos; e (b) o valor de face dos Direitos Creditórios objeto da cessão trazido a valor presente por taxa equivalente a 22% (vinte e dois por cento) ao ano.

O preço de cessão, acima mencionado, será pago ao Cedente em moeda corrente nacional mediante crédito em conta reserva bancária de sua titularidade, a ser por ele indicada, por meio de transferência eletrônica disponível - TED, conforme os seguintes prazos: (a) no próprio dia do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, desde que tal recebimento ocorra até às 16 (dezesseis) horas; ou (b) no primeiro Dia Útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo Cedente do termo de cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, caso tal recebimento ocorra após as 16 (dezesseis) horas.

O Contrato de Cessão aqui referido faz parte deste Prospecto como seu Anexo II.

CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão é um instrumento firmado entre o Fundo, representado pela Instituição Administradora, e a Gestora, estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo.

Pela prestação dos serviços de gestão de carteira do Fundo, a Gestora receberá a remuneração de 0,41% a.a. (quarenta e um centésimos por cento ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo. A remuneração da Gestora será suportada pelo Fundo, sendo deduzida da Taxa de Administração.

A remuneração da Gestora será paga à Gestora mensalmente, no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Contrato de Distribuição é um instrumento firmado entre a Instituição Administradora e o Banco BMG, por meio do qual a Instituição Administradora contratou o Banco BMG como instituição líder da distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação.

A Instituição Líder fará jus a uma remuneração única, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), a ser paga na data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta.

Serão de responsabilidade exclusiva do Banco BMG todos os custos e despesas razoavelmente incorridos na distribuição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série, dentre os quais se incluem a publicação de aviso ao mercado, anúncios de início e encerramento de distribuição das Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série, assim como os legalmente exigidos ou que sejam recomendáveis, impressão de material mercadológico, inclusive Prospecto, em número suficiente para a divulgação da Oferta, ou de qualquer material publicitário, se houver, que se faça necessário ao bom desempenho da operação.

Cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores para consulta ou cópia na sede da Instituição Administradora.

CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS ENTRE AS PARTES

O Banco BMG, além de originar e ceder créditos ao Fundo, foi contratado pela Instituição Administradora como Instituição Líder da distribuição de Cotas Seniores da 4ª e 5ª Série e pelo Custodiante como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios. O risco relativo ao potencial conflito de interesses decorrente da atuação do Banco BMG como Cedente e Instituição Líder encontra-se descrito no fator de risco “Atuação do Cedente como Instituição Líder” na subseção “Outros Riscos” da seção “Fatores de Risco” do presente Prospecto.

A Instituição Administradora é atualmente controlada pelo Bradesco, custodiante do Fundo, que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social.

Exceto pelo fato de que a Gestora atua como gestora em outros fundos de investimento em direitos creditórios, originados e cedidos pelo Banco BMG, não há quaisquer relações contratuais relevantes entre o Banco BMG e a Gestora.

Não há outros conflitos de interesses ou outras relações societárias ou contratuais relevantes entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, a saber o Banco BMG, a Instituição Administradora, a Gestora ou o Custodiante.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas.

Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação de Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Cotas, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base (a) a residência dos Cotistas no Brasil ou no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a cessão ou alienação de Cotas; (ii) o resgate de Cotas; e (iii) a amortização de Cotas.

Cotistas Residentes no Brasil:

Cessão ou Alienação de Cotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda nos termos da legislação atualmente em vigor. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Resgate das Cotas

Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito. A carteira será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (a) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (b) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (c) 17,50% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (d) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate e/ou liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento). Todavia, não há garantia de que o Fundo receberá tratamento tributário de longo prazo.

Amortização de Cotas

No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Cotas, definidas em função do prazo do investimento do Cotista respectivo.

Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, de 23 de dezembro de 2004, conforme alterada, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de (a) residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, sendo, poranto, considerado paraíso fiscal; ou (b) não residirem em país ou jurisdição considerados paraíso fiscal.

Cotistas Residentes no Exterior - Não Residentes em Paraíso Fiscal

- a) Cessão ou Alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.
- b) Resgate das Cotas: Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

Amortização de Cotas

No caso de amortização de Cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

Cotistas Residentes no Exterior - Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas residentes no exterior, em local considerado como paraíso fiscal, ou aqueles que não ingressaram recursos por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689/04 não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas (a) em negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado serão tributados pelo Imposto de Renda às alíquotas aplicáveis; ou (b) em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado, exclusivamente por Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável a operações de câmbio para ingresso de recursos para aplicação nos mercados financeiro e de capitais é, em regra, de 6% (seis por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser reduzida ou majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CEDENTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

HISTÓRICO

O Banco BMG, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, constitui o braço financeiro do Grupo BMG. O Grupo BMG possui investimentos nos setores imobiliário, agrícola, serviços e alimentos industrializados, entre outras atividades industriais, bem como na área financeira, representada pelo Banco BMG e suas subsidiárias, o qual é hoje o principal foco do Grupo BMG, sendo administrado de forma independente em relação a todos os outros negócios.

Sua vocação para atuação na área financeira tem origem na fundação do Banco de Crédito Predial, em 1930, na cidade mineira de Belo Horizonte, pela família Guimarães. Em 1936, com seu nome alterado para Banco de Minas Gerais, deu início à diversificação de suas atividades, por meio da participação ou criação de empresas de alto potencial de desenvolvimento. A instituição foi vendida em 1973, não obstante, a família Guimarães permaneceu ativa na indústria financeira por meio de uma empresa de arrendamento mercantil, uma instituição dedicada à poupança e concessão de empréstimos, uma corretora de valores mobiliários, e uma empresa de financiamento ao consumidor. Em março de 1985, essa empresa de financiamento ao consumidor, então chamada BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, adquiriu 61,83% do capital de um banco comercial denominado Brasilinvest Banco Comercial S.A., o qual passou a chamar-se BMG Banco Comercial S.A. Em dezembro de 1988, a BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento tornou-se um banco múltiplo e, em abril de 1989, sua denominação foi alterada para Banco BMG S.A. Em julho de 1991, o BMG aumentou sua participação no BMG Banco Comercial S.A. para 99,65% das ações ordinárias e 98,73% das ações preferenciais deste. Em 1993, o BMG Banco Comercial S.A. foi incorporado pelo Banco BMG.

Até 14 de março de 1994, o Banco BMG era registrado na CVM como uma companhia aberta, com ações negociadas nas bolsas de valores brasileiras. Em outubro de 1993, os acionistas aprovaram o fechamento de capital do Banco BMG e, conforme determina a lei brasileira, a família Guimarães efetuou uma oferta a todos os acionistas minoritários para aquisição das ações do Banco BMG com a base no valor contábil apurado em 30 de janeiro de 1994, indexado pela Taxa de Referência (TR). A oferta foi concluída em fevereiro de 1996.

Até 1993, o Banco BMG e a empresa de arrendamento mercantil, BMG Leasing, eram instituições separadas com gestão compartilhada. Em agosto daquele ano, o Banco BMG adquiriu de membros da família Guimarães, 99,94% das ações ordinárias da BMG Leasing. As atividades do Banco BMG foram ainda consolidadas em fevereiro de 1994, com a aquisição pelo Banco BMG de 95,66% (elevado para 96,96% no segundo semestre de 1994) do capital total da BMG Corretora, uma corretora de valores mobiliários, e em fevereiro de 1995, com a aquisição pelo Banco BMG de 99% das quotas da BMG Factoring. Ambas as companhias tinham a titularidade e o controle exercidos por membros da família Guimarães. A BMG Factoring deixou de pertencer ao BMG em 1º de abril de 2009.

Até meados dos anos 90, o negócio principal do Banco BMG era focado no financiamento no atacado e varejo relacionado à indústria do transporte. Juntamente com suas subsidiárias, as quais eram administradas e operadas de forma integrada com o banco, o Banco BMG oferecia serviços de arrendamento mercantil e arrendamento, principalmente para empresas operando na indústria do transporte, e oferecia empréstimos e arrendamentos a pessoas físicas, para a aquisição de

veículos novos e usados. Devido à dinâmica desfavorável do mercado no segmento de financiamento de veículos no atacado e varejo, e após a crise econômica e financeira da Ásia em 1997, e a crise da moeda ocorrida na Rússia em 1998, o Banco BMG decidiu reduzir de modo significativo sua exposição neste negócio. Em 1999, o banco passou a concentrar seu foco na concessão de créditos consignados a funcionários do setor público. Em 2011, o banco adquiriu o Banco GE, GE Promotora, Banco Schahin, Schahin Corretora e Cifra Financeira, e com isso, o BMG pretende ganhar presença no crédito consignado e aumentar sua participação em outros segmentos do crédito pessoal, assim como fortalecer ainda mais a sua rede de distribuição.

NEGÓCIOS DO BANCO BMG

O Banco BMG é conhecido por ter grande participação no crédito ao consumidor. Seu negócio principal consiste em oferecer empréstimos com reembolso descontado automaticamente da folha de pagamento (créditos consignados), para funcionários de entidades do setor público no Brasil, incluindo entidades dos governos federal, estadual e municipal, e para aposentados e pensionistas do INSS. O Banco BMG também oferece empréstimos comerciais a empresas de pequeno e médio porte, basicamente fornecedores e prestadores de serviços ao setor público brasileiro. Anteriormente a dezembro de 2008, o Banco BMG oferecia créditos consignados a funcionários de empresas privadas no Brasil, financiamento de veículos e arrendamento mercantil. Apesar de o Banco BMG não mais originar tais empréstimos, eles continuam a fazer parte da atual carteira de crédito.

O Banco BMG foi um dos primeiros bancos a oferecer no Brasil créditos consignados para funcionários dos setores público, privado e aposentados e pensionistas do INSS. Considerando o limitado acesso do consumidor brasileiro ao crédito, historicamente, o segmento de crédito consignado cresceu para atender à necessidade de fontes alternativas de financiamento ao consumidor. Os consumidores têm utilizado o crédito consignado em substituição às mais tradicionais e caras linhas de crédito, tais como cheque especial e financiamento via cartão de crédito. As parcelas dos créditos consignados são descontadas diretamente dos pagamentos recebidos por funcionários ou aposentados e pensionistas, conforme autorização de débito irrevogável concedida nos termos da lei brasileira. A inadimplência observada nos créditos consignados do Banco BMG tem sido relativamente baixa, uma vez que a exposição do crédito é basicamente transferida dos consumidores a sua entidade pagadora (empregadores, órgãos públicos ou previdência social).

Nos últimos sete anos, para administrar o crescimento da carteira de crédito do Banco BMG, o banco tem efetuado a cessão de empréstimos, ou cessão de créditos, para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios, ou FIDC. Na maior parte destes acordos de cessão de crédito, o Banco BMG se compromete a recomprar dos cessionários as parcelas inadimplentes, ou o montante total, de quaisquer empréstimos cedidos e não pagos. As cessões de crédito permitem ao Banco BMG transformar o valor dos empréstimos cedidos em caixa, concentrando os fundos na originação de novos empréstimos. As cessões de crédito possuem um papel importante na estratégia de captação do banco proporcionando liquidez, além de um considerável impacto na demonstração de resultado.

O Banco BMG também financia fornecedores de grandes empresas, por meio de operações estruturadas e taxas competitivas, pois este segmento de mercado apresenta baixo risco de inadimplência.

Com as aquisições do Banco GE, GE Promotora, Banco Schahin, Schahin Corretora e Cifra Financeira, o BMG pretende consolidar sua liderança no crédito consignado e aumentar sua participação em outros segmentos do crédito pessoal, assim como fortalecer ainda mais a sua rede de distribuição. Essas aquisições ainda não estão compostas no Conglomerado Financeiro findo em 30 de junho de 2011.

De acordo com o Relatório da Administração do Banco BMG relativo ao primeiro semestre de 2011¹, o Banco BMG manteve o seu foco no crédito consignado, responsável pela geração de R\$3,308 bilhões de operações, representando 65% dos créditos originados no período (R\$5,060 bilhões). As demais operações compreenderam desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado. Estas outras modalidades geraram ao longo do primeiro semestre de 2011 o volume de R\$1,751 bilhão.

A carteira total de operações de crédito e de arrendamento mercantil apresentou um saldo em 30 de junho de 2011 de R\$24,497 bilhões, correspondente a uma expansão de 11,6% em relação ao mesmo período de 2010.

Como destaque, a carteira própria de operações de crédito apresentou um crescimento de 19,2% em relação ao primeiro semestre de 2010 e saldo em 30 de junho de 2011 de R\$9,200 bilhões. Tal movimento corrobora com a estratégia da administração em reter mais carteira no balanço para assim fazer frente às mudanças regulatórias propostas para 2012. Prova disso é o Banco BMG realizou neste primeiro semestre de 2011 um volume de cessão de créditos equivalente a 57% das cessões feitas no mesmo período de 2010, deixando assim de antecipar um montante significativo de resultado e aumentando o saldo de sua carteira que será acruado no decorrer de sua maturidade.

Apesar do crescimento da carteira, o Banco BMG conseguiu evitar que o índice de inadimplência também crescesse, encerrando o exercício com um índice de inadimplência de 1,9% contra 2,3% no mesmo período em 2010.

O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2011 atingiu o valor de R\$2,139 bilhões. O Lucro Líquido do semestre totalizou R\$21,7 milhões. O Patrimônio de Referência do Banco BMG correspondeu a 13,4% dos ativos ponderados pelo risco (Acordo da Basiléia), sendo 9,5% nível I e 3,9% nível II.

Nesta data, o saldo dos recursos captados totalizou R\$24,977 bilhões, sendo: 24,8% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas, incluindo depósitos apazo com garantias especiais (DPGE); 3,2% através de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios líquidos de cotas subordinadas detidas pelo

¹ Disponível em <<http://www.mzweb.com.br/bmg/web/arquivos/DemonstraçõesFinanceiras2T11.pdf>>.

Banco; 61,5% via cessões de créditos realizadas em parcerias celebradas com outros bancos e 9,9% através de captações externas.

O Banco BMG manteve centralizado, com aperfeiçoamento, todo o processo de gerenciamento de risco em uma única diretoria especializada, com uma visão global e integrada dos diversos riscos a que está exposta a organização.

ESTRATÉGIA

A estratégia do Banco BMG é focar no crescimento da carteira de créditos consignados, mantendo sua posição de mercado neste segmento, aumento na eficiência das operações e melhoria do desempenho financeiro. Os principais componentes de nossa estratégia são apresentados abaixo.

Focar em produtos e mercados de créditos consignados no setor público: O Banco BMG acredita na existência de oportunidades significativas para alavancar sua posição de mercado no segmento de concessão de créditos consignados, objetivando o crescimento da base de clientes do banco e a expansão dos produtos e serviços oferecidos neste segmento. Além desta estratégia, o banco pretende:

- fortalecer os relacionamentos existentes com os mais bem sucedidos correspondentes bancários;
- estabelecer acordos com novas entidades do setor público para a concessão de empréstimos a seus funcionários;
- fortalecer os relacionamentos existentes com entidades do setor público e o INSS para aumentar a penetração dos créditos consignados;
- continuar seu pioneirismo no desenvolvimento de novos produtos relacionados a créditos consignados; e
- estabelecer parcerias com outras instituições financeiras para o desenvolvimento de novos produtos relacionados a créditos consignados.

Manter qualidade dos ativos e captação adequada: O sucesso contínuo do negócio e a capacidade de aproveitar o aumento das oportunidades dependem da capacidade do Banco BMG de manter a qualidade de seus ativos e uma captação adequada. O Banco BMG pretende continuar a expandir sua carteira de crédito com as atuais garantias, procedimentos e diretrizes de avaliação de risco de crédito, que têm sido as principais razões para o histórico relativamente baixo de prejuízos com empréstimos. Como parte da estratégia de captação do Banco BMG, e para dar suporte à expansão da carteira de crédito, o Banco BMG continuará efetuando a cessão de empréstimos, para várias outras instituições financeiras e para FIDC. Em particular, o banco firmou acordos de cessão de crédito com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco.

Continuar a diversificar as fontes de captação: O Banco BMG continuará a diversificar suas fontes de captação por meio do acesso a mercados de capitais internacionais, com a utilização de financiamentos de médio e longo prazo, bem como cessões de crédito para outras instituições financeiras e FIDC. O Banco BMG pretende utilizar os proventos da emissão de notas para proporcionar fundos adicionais ao balanço, para dar suporte ao crescimento contínuo do negócio de crédito ao consumidor e para aumentar o montante de capital de referência.

Manter e melhorar o índice de eficiência: O Banco BMG pretende manter uma estrutura corporativa simples e enxuta. A rede escalável de correspondentes bancários permite ao Banco BMG aumentar o negócio de concessão de empréstimos sem investimentos significativos em instalações, sistemas ou recursos humanos adicionais. Por meio da utilização de novos sistemas de software, incluindo a plataforma BMG Consig, o Banco BMG tem conseguido facilitar e agilizar o processo de interação e comunicação entre o banco e a rede de vendas. O Banco BMG pretende continuar focado na manutenção de baixos índices de despesas, melhorando a eficiência das operações por meio do uso de tecnologia, ao mesmo tempo em que se beneficia de ganhos operacionais resultantes de economias de escala.

VANTAGENS COMPETITIVAS

O Banco BMG acredita ter as seguintes vantagens competitivas:

Presença destacada nos principais mercados em que atua: O Banco BMG é um forte *player* no mercado brasileiro de crédito ao consumidor, que inclui crédito pessoal, financiamento via cartão de crédito e financiamento via loja.

Fundamentos na indústria e produtos: O crescimento do setor bancário brasileiro, e do mercado de crédito ao consumidor em especial, é uma tendência, considerando-se os baixos níveis de penetração do crédito no Brasil e a histórica falta de acesso da população brasileira a serviços e produtos bancários. O financiamento por meio do crédito consignado é um dos segmentos com crescimento mais rápido do mercado de crédito ao consumidor, sendo com frequência uma das mais atraentes fontes de financiamento para funcionários do setor público e aposentados e pensionistas do INSS. Como tal, o Banco BMG acredita que este segmento deverá continuar a crescer de modo estável e, como um dos primeiros bancos a focar neste segmento, contando com experiência considerável e canais de distribuição de amplitude nacional, acredita também estar bem posicionado para continuar a beneficiar-se de tal crescimento.

Sólida plataforma de originação: A originação do crédito consignado do Banco BMG é principalmente efetuada por uma rede de equipes de vendas composta por prestadores de serviço terceirizados, principalmente correspondentes bancários com relacionamentos de longo prazo com o Banco BMG. Cada um dos correspondentes bancários do Banco BMG recebe o apoio de uma equipe de agentes, proporcionando uma forte rede de vendas nas principais cidades brasileiras. A rede de vendas centraliza seu foco em aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor público com as quais o Banco BMG possui acordos para a oferta de créditos consignados. A estrutura desta rede de vendas proporciona ao Banco BMG não apenas flexibilidade, mas também o alinhamento dos interesses do banco àqueles dos correspondentes bancários. O Banco BMG não opera uma rede de agências de varejo porque sua rede de vendas proporciona uma ampla cobertura de vendas no Brasil, o que possivelmente melhora sua relação custo/eficiência, permitindo ao Banco BMG alcançar uma parcela da população brasileira que não pode ser acessada por meio do sistema bancário tradicional.

Perfil de risco conservador: O Banco BMG acredita que os créditos consignados possuem um menor risco de inadimplência do crédito em relação aos empréstimos concedidos a consumidores sem o mecanismo de desconto em folha de pagamento. Porque os pagamentos dos créditos consignados são descontados diretamente dos pagamentos recebidos por funcionários ou aposentados e pensionistas, conforme permitido pela lei brasileira, a experiência de inadimplência dos bancos nesta modalidade de empréstimo tem sido relativamente reduzida, uma vez que a exposição ao crédito é essencialmente transferida dos consumidores para seus empregadores ou para o INSS. Atualmente, os maiores empregadores, dos quais o Banco BMG aceita descontos em folha de pagamento como suporte a financiamentos bancários, são principalmente empresas do governo brasileiro, incluindo empresas do governo federal. Nos termos da lei brasileira, as empresas dos governos federal, estadual e municipal são obrigadas a priorizar o pagamento de salários e encargos sociais, a partir dos quais são feitos os descontos para pagamento dos créditos consignados oferecidos pelo Banco BMG, em detrimento de montantes devidos a seus credores sem direito de preferência ou garantia.

Eficiência nas Operações: O Banco BMG acredita na importância de manter uma boa relação custo/eficiência. A eficiência reflete a cultura de consciência de custo do banco, os esforços históricos e permanentes para a redução de custos, e o benefício de possuir uma plataforma de origem terceirizada e escalável por meio de correspondentes bancários.

Plataforma tecnológica própria e única: O Banco BMG possui sistemas de *software* que são atualizados continuamente e aumentam a capacidade do banco de administrar grandes volumes de origem de empréstimos e de centralizar sistemas de informação gerencial, incluindo sistemas administrativos, contábeis, de gestão de clientes, preparação de orçamentos, e controle. Em particular, o Banco BMG possui uma plataforma própria de interface - BMG Consig – que permite aos funcionários de empresas públicas tomadores de créditos consignados e seus empregadores, requerer, aprovar ou administrar créditos consignados pela Internet, intranet ou por meio de software de computador pessoal. Devido à sofisticação dos sistemas de software, o Banco BMG investe valores significativos em sua manutenção e atualização. O processo do crédito consignado é inteiramente automatizado, da origem da transação até a concessão do empréstimo.

Cultura empreendedora e capacidade para se ajustar a mudanças nas condições de mercado: O Banco BMG acredita que a cultura empreendedora do banco é uma de suas principais vantagens competitivas. O Banco BMG foi uma das primeiras instituições financeiras a oferecer créditos consignados para funcionários do setor público em 1999, e aposentados e pensionistas do INSS em 2004. Em 2003, o Banco BMG foi um dos primeiros bancos a estruturar e estabelecer um programa de securitização por meio de FIDC e, em 2004, foi um dos primeiros bancos a firmar grandes acordos de cessão de crédito com outras instituições financeiras.

Além disso, uma administração focada permitiu ao banco permanecer flexível e ajustar-se rapidamente às mudanças nas condições de mercado. A estratégia de foco nos créditos consignados como produto principal constitui-se uma vantagem competitiva importante, na medida em que proporciona ao Banco BMG a capacidade de antecipar os movimentos do mercado, identificar oportunidades, desenvolver novos produtos e ajustar rapidamente a estratégia do banco para tirar proveito de oportunidades de mercado ou reduzir a exposição a condições desfavoráveis.

EXPERIÊNCIAS PRÉVIAS DO BANCO BMG EM SECURITIZAÇÃO

O Banco BMG possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como Cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios, decorrentes de operações de crédito consignado e veículos, quais sejam:

- a) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Consignado – Privado I;
- b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS I;
- c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS II;
- d) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados INSS IV;
- e) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados V;
- f) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VI;
- g) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VII; e
- h) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO E SUPLEMENTOS
- ANEXO II** - CONTRATO DE CESSÃO
- ANEXO III** - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
- ANEXO IV** - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO
- ANEXO V** - ATA DA DELIBERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DE 11 DE OUTUBRO DE 2011
- ANEXO VI** - DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

• REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO E SUPLEMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO
BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS
CONSIGNADOS VIII
CNPJ Nº 11.804.504/0001-80**

Data, hora e local: Em 1º de fevereiro de 2012, às 14:00 horas, no município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, sem número, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara.

Convocação: Assembleia geral convocada em 17 de janeiro de 2012 pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, sem número, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o nº 00.066.670/0001-00 (“Instituição Administradora”), na qualidade de instituição administradora do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, inscrito no CNPJ sob o nº 11.804.504/0001-80 (“Fundo”), mediante envio de correio eletrônico aos cotistas do Fundo (“Cotistas”).

Presença: Cotistas presentes de acordo com a lista de presença de Cotistas anexa (Anexo I), bem como representante da Instituição Administradora.

Composição da Mesa: Presidente: José Ary de Camargo Salles Neto; Secretário: Luis Philippe dos Santos Forato.

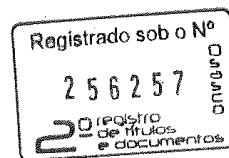
Ordem do Dia: Deliberar sobre a alteração dos itens 9.4 e 9.6 e inclusão do item 9.9 do regulamento do Fundo (“Regulamento”), de modo a refletir as alterações realizadas no prospecto da oferta das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª série do Fundo (“Oferta”) e atender as exigências realizadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº1194/2011 e no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº1287/2011, no âmbito da concessão de registro da Oferta.

DELIBERAÇÕES: os Cotistas presentes aprovam, em segunda convocação:

- a) A exclusão do termo “*exclusivamente*” no item 9.4 do Regulamento, que passa a vigorar com a redação abaixo:

“9.4 O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser mantido em moeda corrente nacional e/ou aplicado em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e/ou



A handwritten signature in black ink, appearing to be "José Ary de Camargo Salles Neto".

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Luis Philippe dos Santos Forato".

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Luis Philippe dos Santos Forato".

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Luis Philippe dos Santos Forato".

iii) *cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (i) e (ii) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas.*"

- b) A inclusão do item 9.9 no Regulamento do Fundo, que passará a vigorar conforme redação abaixo:

9.9 *O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser aplicado exclusivamente nos ativos previstos nos itens 9.4 e 9.6 e seus respectivos incisos.*

Em virtude das deliberações acima, os Cotistas consolidam o Regulamento, que segue anexo à presente ata (Anexo II).

A alteração proposta nesta assembleia é decorrência de exigência formulada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para sanar suposta inconsistência na redação do Regulamento. Nesse contexto, a Instituição Administradora declara aos Cotistas que a política de investimento do Fundo não está sendo modificada por meio da presente deliberação. Assim, além do investimento preponderante em direitos creditórios, permanece a possibilidade de o Fundo investir ou aplicar seus recursos excedentes exclusivamente nos ativos indicados nos itens 9.4 e 9.6 do Regulamento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, após lavrada de forma sumária, a ata foi aprovada pelos presentes, nos termos relatados acima.

Osasco, 1º de fevereiro de 2012.

170.186 - José Ary de Camargo Salles Neto

127098 - Palmundo de Souza Filho

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

José Ary de Camargo Salles Neto
Presidente

Luis Philipe dos Santos Forato
Secretário



REGULAMENTO DO BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII

O “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada será regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

1. OBJETO

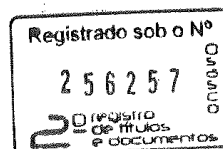
1.1 O BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, doravante designado “Fundo”, tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no Regulamento.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos ou em caso de liquidação antecipada do Fundo.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar da primeira integralização de Cotas, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. As Cotas Subordinadas Mezanino e as Séries terão a duração especificada nos respectivos Suplementos.



4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

4.1 O Fundo é administrado pela Instituição Administradora.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos bens e direitos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações da Gestora.

5.2 Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que a Instituição Administradora está sujeita, a Instituição Administradora obriga-se a:

- i) observar as obrigações estabelecidas no artigo 34 da Instrução CVM nº 356/01;
- ii) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o presente Regulamento, seus anexos e aditamentos e os Suplementos em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- iii) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- iv) informar os cotistas titulares de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- v) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, ou ainda de regimes similares, do Cedente, do Agente de Cobrança, do Custodiante ou de qualquer sociedade controlada, controladora ou sob controle comum das pessoas referidas

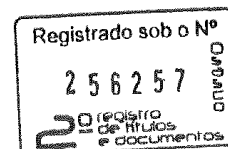


anteriormente, tomar as medidas cabíveis para o direcionamento do fluxo de recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta de titularidade do Fundo em outras instituições;

- vi) monitorar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, em conformidade com o contrato celebrado com o Custodiante; e
- vii) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos seguintes índices e critérios e disponibilizar tais informações ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco até o 10º (décimo) Dia Útil do mês seguinte às Datas de Verificação:
 - a) índices de performance (percentual de atrasos dos Direitos Creditórios Cedidos nos seguintes intervalos de tempo: de 1 (um) a 30 (trinta) dias, de 31 (trinta e um) a 120 (cento e vinte) dias, de 121 (cento e vinte e um) a 180 (cento e oitenta) dias e superiores a 180 (cento e oitenta) dias), conforme calculados e informados pela Gestora;
 - b) Relação Mínima;
 - c) Reserva de Liquidez, conforme calculada e informada pela Gestora;
 - d) demonstrativos de concentração relativos aos Consignantes, elaborados com base nas informações fornecidas pelo Cedente e disponibilizados na forma de relatório pelo Custodiante; e
 - e) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior e com a indicação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, conforme calculado e disponibilizado pelo Custodiante na forma de relatório em sua página na rede mundial de computadores.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;



- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

5.3.1 As vedações a que fazem referência os itens “i” a “iii” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

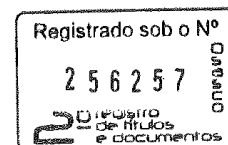
5.4 É permitida a utilização dos títulos de emissão do Tesouro Nacional e dos títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o item 9.6.1 deste Regulamento.

5.5 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 356/01:

- i) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Cedidos e os outros ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- ii) emitir qualquer classe de Cotas ou Série em desacordo com este Regulamento.

6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo, mensalmente, a título de Taxa de Administração, o maior dos seguintes valores: (i) 0,5% a.a. (cinco décimos percentuais ao ano) incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo ou (ii) R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



6.1.1 A remuneração acima será paga à Instituição Administradora até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao fechamento do mês anterior, sendo calculada e provisionada todo Dia Útil, conforme a seguinte fórmula:

$$Taxa Administração = \frac{0,0050}{252} \times \text{Patrimônio D-1}$$

6.1.2 Para fins do disposto na fórmula acima, “D-1” significa o Dia Útil imediatamente anterior à data do provisionamento.

6.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas na cláusula 21 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

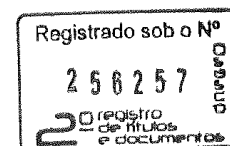
6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.4 Não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

7. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 A Instituição Administradora pode renunciar à administração do Fundo por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em no máximo 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo.

7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.



7.2 Os Cotistas reunidos em Assembléia Geral também poderão deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de sua substituição.

7.2.1 Na hipótese de deliberação da Assembléia Geral pela substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias, sob pena de liquidação antecipada do Fundo.

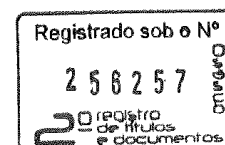
7.3 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

7.4 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

7.5 No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Instituição Administradora ou do Agente de Cobrança, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de Cotistas e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Instituição Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo, ou do Agente de Cobrança, ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou administrador designado, contratar serviços de:

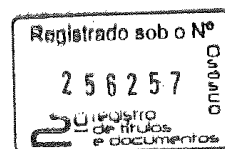


- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos que possam integrar a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

8.2 A Gestora foi contratada, nos termos do item 8.1 (ii) acima, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo e terá amplos e gerais poderes para gerir os Direitos Creditórios Cedidos, Ativos Financeiros e valores mobiliários constantes da carteira do Fundo.

8.2.1 Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor e pelo presente Regulamento, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- i) selecionar, escolher e adquirir, em nome do Fundo, Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para integrarem a carteira do Fundo, definindo os respectivos preços e condições, podendo inclusive realizar operações nos mercados de derivativos, obedecidos os limites previstos na política de investimento do Fundo, bem como na regulamentação aplicável, dentro dos parâmetros de mercado para os Ativos Financeiros;
- ii) observar e respeitar a política de investimentos do Fundo, conforme estabelecida neste Regulamento;
- iii) observar as disposições da regulamentação aplicável com relação à sua atividade de administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando às normas de conduta, vedações e obrigações previstas na regulamentação vigente;
- iv) tomar suas decisões de gestão em consonância com as normas técnicas e administrativas adequadas às operações no mercado de capitais e no mercado financeiro, observando os princípios de boa técnica de investimentos;

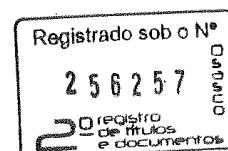


- v) fornecer à Instituição Administradora e às autoridades fiscalizadoras, quando for o caso, na esfera de sua competência, informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira do Fundo; e
- vii) às suas expensas, assumir a defesa ou, quando não for possível, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, subsídios para que a Instituição Administradora defenda os interesses do Fundo diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora.

8.2.2 As disposições relativas à substituição da Instituição Administradora descritas na cláusula 7 deste Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição da Gestora.

8.3 O Custodiante foi contratado para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, ou pactuadas em demais documentos:

- i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações financeiras;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia



preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;

- vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- vii) observar para que somente ordens emitidas pela Instituição Administradora, sob a orientação da Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

8.3.1 A verificação da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios referida no item 8.3 (i) acima será realizada pelo Custodiante por meio de auditoria periódica, no mínimo trimestral, por amostragem, dos Direitos Creditórios. As irregularidades apontadas nessa auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Não obstante realize tal auditoria, o Custodiante não é responsável pela veracidade dos documentos comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios, sendo, no entanto, responsável pela pronta informação caso venha a ter conhecimento de eventuais irregularidades.

8.3.2 Desde que aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de ativos e passivos do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo.

8.4 O Cedente foi contratado, nos termos do Convênio de Cobrança, como (i) depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo para que guarde, na forma de depósito voluntário previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro, como se seus fossem; e (ii) Agente de Cobrança de tais Direitos Creditórios.

8.4.1 A contratação do Cedente descrita no item 8.4 acima não exclui as responsabilidades do Custodiante pela prestação dos referidos serviços, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do artigo 16 da Instrução CVM nº 89/88.



9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo tem como objetivo investir preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Cedente a Devedores.

9.1.1 O Fundo deverá, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após a primeira subscrição de Cotas do Fundo, observar a Alocação Mínima.

9.1.2 Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios elegíveis suficientes para atingir a Alocação Mínima, a Instituição Administradora poderá, conforme orientação da Gestora, solicitar à CVM prorrogação do prazo para enquadramento da Alocação Mínima por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral.

9.2 O Fundo observará limites mínimo e máximo de concentração dos Direitos Creditórios por Consignante, conforme descritos no Anexo II deste Regulamento.

9.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade. Ademais, a cessão dos Direitos Creditórios deve ser realizada em observância às Condições de Cessão.

9.4 O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser mantido em moeda corrente nacional e/ou aplicado exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- iii) cotas de fundos de investimento de renda fixa e de fundos de investimento classificados como referenciado DI longo prazo ou renda fixa, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos indicados nos itens (i) e (ii) acima, e cujos respectivos administradores sejam instituições que pertençam ao grupo econômico das Instituições Autorizadas.



9.4.1 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu Patrimônio Líquido (“Reserva de Liquidez”). Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

9.5 Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

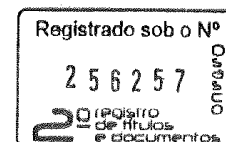
9.6 O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto pelos títulos referidos nos itens 9.4 (i) e (ii); e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos.

9.6.1 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e conforme orientação da Gestora, somente poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de proteger as posições detidas à vista, até o limite destas.

9.6.1.1 As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos somente poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, uma ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&FBovespa sob a modalidade “com garantia” e/ou (b) diretamente na BM&FBovespa, sob a modalidade “com garantia”, desde que comunicada à Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Instituição Administradora deverá disponibilizar cópia dos contratos das operações de *swap* realizadas pelo Fundo à Agência Classificadora de Risco.

9.6.2 Para efeito das operações referidas no item 9.6 (ii) acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente



incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

9.6.3 É vedado ao Fundo realizar operações de (i) *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro e (ii) operações de renda variável.

9.7 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos abaixo.

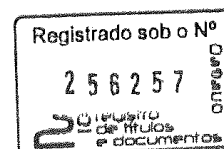
9.8 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Ademais, o Fundo, a Instituição Administradora, a Gestora e o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas e controladas ou sob controle comum, não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, tampouco pela solvência dos Devedores de tais créditos.

9.9 O remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser aplicado exclusivamente nos ativos previstos nos itens 9.4 e 9.6 e seus respectivos incisos.

10. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

10.1 O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam, exclusiva e cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de concessão de empréstimo, com taxas de juros prefixadas, celebrados entre o Cedente e os Devedores;
- ii) os Direitos Creditórios devem ser devidos por Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos Creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;



- iii) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes aos empréstimos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos, não poderão ter data de vencimento posterior ao encerramento do prazo de vencimento da última Série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo;
- iv) as parcelas a serem cedidas ao Fundo, referentes a empréstimos celebrados com um mesmo Devedor, não podem superar o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais);
- v) os Direitos Creditórios tenham por Devedor pessoa com idade entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos à época da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo; e
- vi) a aquisição dos Direitos Creditórios não faça com que o Fundo se desenquadre em relação ao Limite máximo de Concentração por Consignante.

10.2 O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente.

10.2.1 Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados pelo Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente estabelecido pelo Custodiante.

11. CONDIÇÕES DE CESSÃO

11.1 Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade descritos na cláusula 10 acima, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às seguintes Condições de Cessão:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza;



- ii) os Direitos Creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem representar 1 (uma) ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- iii) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha de pagamento do Devedor e repassada ao Cedente;
- iv) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos originados pelo Cedente, de acordo com as políticas de cadastro e concessão de crédito por ele adotadas;
- v) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos que não contenham qualquer parcela inadimplida pelo Devedor;
- vi) os Direitos Creditórios devem ter sido celebrados com mutuários que estejam integralmente adimplentes em relação às suas obrigações com o Cedente e o Fundo;
- vii) os Direitos Creditórios não podem ser devidos por mutuários que sejam credores de Consignantes que estejam inadimplentes para com o Fundo em relação a repasses de descontos em folha de pagamento relativos a pagamentos de parcelas de Direitos Creditórios em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- viii) o contrato de empréstimo que deu origem aos Direitos Creditórios deve ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (setenta e dois) meses;
- ix) o pagamento das parcelas do contrato de empréstimo que deram origem aos Direitos Creditórios, em se tratando de empréstimo concedido a Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- x) o Consignante deve ter convênio com o Cedente para realização do desconto de folha de pagamento ou de benefícios que esteja operacional por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses;



- xi) os Direitos Creditórios devem ser constituídos de acordo com as formalidades exigidas pelas normas em vigor;
- xii) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de empréstimo que tenham valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais); e
- xiii) os Direitos Creditórios oriundos de contratos de empréstimo celebrados com Devedores com idade superior a 60 (sessenta) anos na data da respectiva cessão não devem ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do total de Direitos Creditórios que serão cedidos em determinada data.

11.2 Caso haja Condições de Cessão adicionais previstas no Contrato de Cessão, essas também deverão ser observadas.

12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E POLÍTICA DE COBRANÇA

12.1 Nos termos do inciso (x) do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo III a este Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Cedente; e
- ii) no Anexo IV deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

12.2 As características dos Direitos Creditórios e os procedimentos de cobrança descritos nos Anexos III e IV deste Regulamento não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, estando sujeitos a alterações, a qualquer tempo, mediante deliberação adotada em Assembléia Geral.



13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES E APORTE ADICIONAL DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA

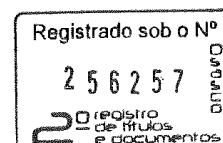
13.1 Os Direitos Creditórios Cedidos não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

13.2 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e dos demais ativos de sua titularidade serão de inteira responsabilidade do Fundo e, conseqüentemente, de seus Cotistas, não estando o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento dessas despesas.

13.2.1 O Agente de Cobrança, a Instituição Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas.

13.3 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu Patrimônio Líquido. A parcela que exceder este limite deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas Cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

13.3.1 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 13.3; e (ii) da assunção,



pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

13.4 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

14. FATORES DE RISCO

14.1 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

14.2 Riscos de Mercado

14.2.1 *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.



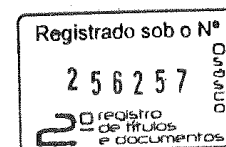
14.2.2 *Descasamento de Taxas* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores ou para as Cotas Subordinadas Mezanino podem ter como parâmetro outras taxas, como a Taxa – DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial de tais taxas; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

14.3 Risco de Crédito

14.3.1 *Ausência de Garantias* – As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Cedente ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora, a Gestora, o Cedente ou o Custodiante prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

14.3.2 *Risco de Concentração em Títulos Públicos* – É permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira, durante os primeiros 90 (noventa dias) dias de funcionamento, até 100% (cem por cento) de ativos emitidos pelo Tesouro Nacional, ou emitidos pelo Banco Central do Brasil. Após referidos 90 (noventa) dias, o investimento em referidos títulos poderá representar percentual menor que 50% (cinquenta por cento) da carteira do Fundo. Em qualquer dos casos se, por qualquer motivo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central do Brasil não honrar seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

14.3.3 *Fatores Macroeconômicos* – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico,



por exemplo. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais.

14.3.4 *Desligamento do Devedor* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são descontados pelo respectivo Consignante dos vencimentos dos Devedores. O desconto não será possível caso o Devedor se desligue de seu cargo, função ou emprego. Nessas hipóteses, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, a Instituição Administradora deverá incorrer em procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Essa dificuldade de cobrança dos créditos poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

14.3.5 *Morte do Devedor* – A morte do Devedor interrompe automaticamente a consignação em folha das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.

14.3.6 *Decisão Judicial Desfavorável* – A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Nesses casos, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

14.3.7 *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – No caso de os Devedores não cumprirem suas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

14.4 Risco Proveniente do Uso de Derivativos

14.4.1 *Oscilações no Patrimônio do Fundo* – A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento



de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas, bem como na necessidade de aporte adicional de recursos por parte dos Cotistas na hipótese de variação negativa do Patrimônio Líquido.

14.5 Risco de Liquidez

14.5.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Séries e as Cotas Subordinadas Mezanino só poderão ser resgatadas ao término do respectivo prazo de duração. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de Cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista. Adicionalmente, em razão de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado os Cotistas não terão liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perdas se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Cotas.

14.5.2 *Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo.

14.5.3 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos Devedores. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos



Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

14.6 Risco de Descontinuidade

14.6.1 *Recebimento Antecipado de Valores* – A amortização das Cotas dar-se-á na forma do estabelecido no Suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como a Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores de forma antecipada, o que eventualmente pode frustrar a expectativa inicial do investidor. Ademais, ocorrendo a liquidação antecipada do Fundo, pode não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

14.7 Risco do Cedente

14.7.1 *Rescisão do Contrato de Cessão e Originação de Direitos Creditórios* – O Cedente, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Cessão pode, a qualquer momento, deixar de ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações do Cedente com Direitos Creditórios elegíveis nos termos deste Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a remuneração das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o Suplemento de cada Série, bem como à vontade unilateral do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.

14.7.2 *Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente* – O Cedente foi contratado para realizar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo que os recursos serão depositados no Cedente e transferidos para o Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis do respectivo recebimento. Na hipótese de intervenção ou liquidação do Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, há



possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

14.8 Riscos Específicos

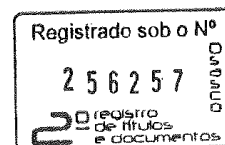
14.8.1 Riscos Operacionais

14.8.1.1 *Repasse do Consignante* – Os empréstimos são pagos por meio de consignação em folha realizada pelo Consignante a que o Devedor é vinculado. Caso, por qualquer razão, o Consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Devedores, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Devedores, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

14.8.1.2 *Interrupção da Prestação de Serviços de Agente de Cobrança* – O Cedente foi contratado, nos termos do Convênio de Cobrança, para efetuar a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos. Caso, por qualquer motivo, o Cedente deixe de prestar esses serviços, tanto a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, como o repasse dos respectivos montantes ao Fundo ficarão prejudicados enquanto não fosse contratado novo agente de cobrança. Não obstante, mesmo com a contratação de um novo agente de cobrança, nada garante que a sistemática de cobrança adotada seja tão eficiente quanto a consignação em folha. Além disso, poderá haver aumento de custos do Fundo com contratação desse serviço. Quaisquer desses fatos poderiam afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

14.8.1.3 *Falhas do Agente de Cobrança* – A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do Agente de Cobrança e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Cobrança e de agentes subcontratados poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

14.8.1.4 *Falhas no Sistema do Consignante* – O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao Agente de Cobrança são processados por



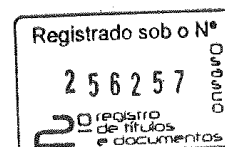
sistema interno de controle do Consignante, não tendo o Agente de Cobrança, a Instituição Administradora ou o Custodiante controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema do Consignante poderia atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Devedores, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorresse, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados.

14.9 Outros

14.9.1 *Rompimento dos Convênios* – O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado por convênio celebrado entre os Consignantes e a FBPP, em se tratando de empréstimos concedidos a Devedores vinculados a órgãos federais, ou entre o Cedente e os demais Consignantes, em se tratando dos demais casos de empréstimos concedidos a Devedores. O Cedente e a FBPP, em caráter especial, devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. O convênio pode ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento. O convênio pode ser rompido ainda por outros motivos como, por exemplo, alterações das normas autorizadoras da sua manutenção. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos. Ademais, a própria sistemática de desconto em benefício ou em folha de pagamento pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, o convênio for rompido, ou a sistemática de desconto em folha de pagamento for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderia levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixasse de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

14.9.2 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

14.9.3 *Guarda da Documentação* – O Cedente é, na qualidade de fiel depositário,



responsável pela guarda da documentação física representativa dos Direitos Creditórios Cedidos. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Cedente poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. O Custodiante e a Instituição Administradora não poderão ser responsabilizados por eventuais problemas com a constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos em decorrência da guarda dos documentos pelo Cedente.

14.9.4 *Risco de Concentração* – O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

14.9.5 *Alteração do Regulamento* – O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

14.9.6 *Risco de Concorrência* – O mercado de empréstimo com consignação em folha de pagamento vem se expandindo de forma significativa nos últimos anos, o que levou ao correspondente aumento de instituições que passaram a atuar nesse segmento. É possível que os concorrentes do Cedente, por diversos motivos, ofereçam condições e taxas mais vantajosas para esse produto. Se isso ocorrer, poderia haver migração da clientela do Cedente para instituições concorrentes, o que poderia levar à liquidação antecipada de parte dos contratos de empréstimo já existente, e/ou à redução do número de empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Cedente. A redução da clientela poderia resultar em quantidade insuficiente de Direitos Creditórios elegíveis para a manutenção da Alocação Mínima do Fundo, podendo ocasionar sua liquidação antecipada. Além disso, também em virtude da concorrência, é possível que o Fundo tenha que reduzir as taxas cobradas nos empréstimos com consignação em folha. Se essa redução for significativa, a rentabilidade do Fundo seria afetada negativamente.

14.9.7 *Risco de Pagamento Antecipado* – Os Devedores têm a faculdade legal de liquidar antecipadamente os empréstimos contraídos junto ao Cedente, sendo que na ocorrência desse fato, o saldo devedor é trazido a valor presente, descontando-se a taxa de juros que incidiria sobre as parcelas vincendas. O possível prejuízo que decorreria da



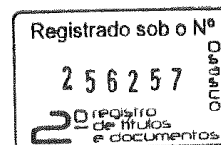
diferença positiva entre o valor a receber das parcelas liquidadas antecipadamente, trazido a valor presente pela taxa de cessão dos créditos ao Fundo, e a quantia paga pelo Devedor na liquidação antecipada deverá ser absorvida pelo Cedente. Caso o Cedente não honre sua obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

14.9.8 *Ausência de Notificação aos Devedores* – De início, a cessão de créditos ao Fundo não será informada aos Devedores por meio de notificação. Na hipótese de o Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Devedores não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

14.9.9 *Da Emissão de Novas Cotas* – O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Cotas ou Séries. Na hipótese de emissão de novas Cotas ou Séries, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou Séries que já estejam em circulação na ocasião.

14.9.10 *Fraude na Obtenção de Empréstimo* – O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de contratos de empréstimo pessoal com pagamento por meio de desconto em folha de pagamento. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo tomador do crédito tenha-se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção, identificando-se falsamente para obter empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros. Ocorrida essa hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos empréstimos por parte dos Devedores lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago na aquisição dos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

14.9.11 *Auditoria por Amostragem* – O Custodiante realizará a verificação da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação



documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios é realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

14.9.12 *Vícios Questionáveis* – Os Direitos Creditórios Cedidos são originados de contratos celebrados entre o Cedente e os Devedores. Esses contratos e demais documentos relativos aos Direitos Creditórios podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

15. COTAS DO FUNDO

15.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do respectivo prazo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

15.2 Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima de 17% (dezesete por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas em circulação, se houver.

15.2.1 A Relação Mínima admitida é de 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento). A Classe Junior deverá representar no mínimo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido.

15.2.2 A Relação Mínima deve ser apurada pelo Custodiante todo Dia Útil, informada mensalmente à Instituição Administradora e, anualmente, aos Cotistas.



15.2.3 Na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, o Cedente será imediatamente informado de tal fato pela Instituição Administradora, na forma do Anexo V deste Regulamento.

15.2.3.1 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretratável a, em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento do Aviso de Desenquadramento, subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Relação Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

15.3 As Cotas serão subscritas e integralizadas pelo valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

15.4 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

15.4.1 A qualidade de cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

15.4.2 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

15.5 As Cotas só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

15.6 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), exceto para pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo



109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, as quais deverão subscrever no âmbito da oferta pública com esforços restritos de Cotas do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, Cotas em valor total de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

15.7 Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas.

16. CLASSES DE COTAS

16.1 As Cotas serão divididas em Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

16.2 As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

16.3 As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas serão divididas em (i) 1 (uma) Classe Mezanino e (ii) 1 (uma) Classe Junior.

16.3.1 As datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos nos respectivos Suplementos, conforme modelos previstos no Anexo VI deste Regulamento, aplicável às Séries, e no Anexo VII deste Regulamento, aplicável às emissões da Classe Subordinada Mezanino que, uma vez assinados pela Instituição Administradora passam a ser parte integrante do presente Regulamento.

16.3.2 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

16.3.3 As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que poderão ter diferentes níveis de subordinação entre si.

16.3.4 As Cotas Subordinadas Junior são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.



17. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

17.1 Independentemente da classe ou Série, as Cotas serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo descrita nesta cláusula. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte à primeira subscrição de Cotas.

17.2 Todo Dia Útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Série, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, a remuneração definida no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor da Série no Dia Útil imediatamente anterior.

17.3 Também todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para cada Série, será incorporado ao valor das Cotas Subordinadas Mezanino a remuneração definida no respectivo Suplemento, incidente sobre o valor de referidas Cotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior.

17.4 Ainda todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Junior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior.

17.5 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

18. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

18.1 Os valores e prazos de amortização e resgate, inclusive de carência, aplicáveis às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série.

18.2 Se o Patrimônio Líquido assim permitir, e desde que previsto no



Suplemento, as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores, desde que: (i) realizada após as amortizações previstas para aquele mês das Cotas Seniores e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas Mezanino em questão, a Relação Mínima e a Reserva de Pagamento não fiquem desenquadrados.

18.2.1 Se o Patrimônio Líquido assim permitir, as Cotas Subordinadas Junior poderão ser amortizadas, a partir da primeira Data de Amortização de Cotas Seniores, desde que: (i) realizada após a amortização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino prevista para aquele mês e (ii) considerada *pro forma* a amortização das Cotas Subordinadas Junior, a Relação Mínima e a Reserva de Pagamento não fiquem desenquadrados.

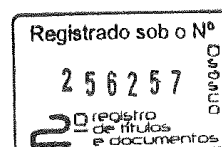
18.2.2 Não será realizada a amortização das Cotas Subordinadas Junior caso esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e/ou esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo.

18.3 A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Relação Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.

18.3.1 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir, conforme orientação da Gestora, pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização será definido de forma que seja suficiente para enquadrar o Fundo nos índices e limites previstos neste Regulamento.

18.3.2 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino, de forma proporcional aos seus respectivos investimentos no Fundo.

18.4 O previsto nesta cláusula 18 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.



19. RESERVA DE PAGAMENTO

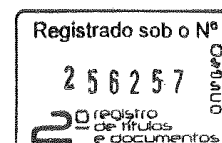
19.1 A Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, constituir reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 9.4.1 acima); e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez (item 9.4.1 acima).

19.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

19.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto no item 19.1 acima, a Instituição Administradora deverá, conforme orientação da Gestora, interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

19.4 Quando da execução dos procedimentos definidos nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações.



19.5 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

20. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

20.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

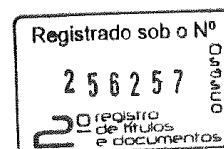
20.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os demais títulos, valores mobiliários e Ativos Financeiros de renda fixa terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de precificação do Custodiante.

20.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

20.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

20.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- ii) o Fundo é fechado;



- iii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios Cedidos na carteira do Fundo até as respectivas datas de vencimento; e
- iv) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados.

20.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 20.1.2 acima.

20.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

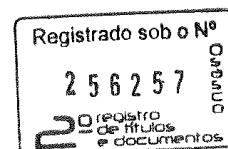
20.3 As provisões e as perdas com direitos creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

20.4 As Cotas de cada classe ou Série do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil.

20.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 17 deste Regulamento.

20.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino será o menor dos



seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item anterior, do Patrimônio Líquido, pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 17 deste Regulamento.

20.4.3 O valor unitário das Cotas Subordinadas Junior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, pelo número total de Cotas Subordinadas Junior.

20.4.5 Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

21. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

21.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;



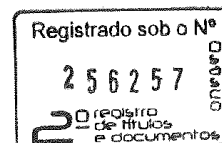
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

21.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

21.3 A Gestora deverá manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo. A Reserva para Despesas e Encargos destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

21.3.1 As Disponibilidades segregadas na Reserva para Despesas e Encargos não poderão ser utilizadas na constituição da Reserva de Pagamentos e/ou da Reserva de Liquidez.

21.4 A Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Disponibilidades na Reserva para Despesas e Encargos observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor das Disponibilidades segregadas, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para a referida despesa ou encargo.

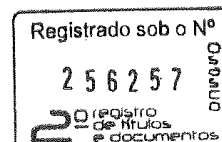


21.4.1 Na hipótese de a Reserva de Despesas e Encargos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item 21.4 acima, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva para Despesas e Encargos. A Gestora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor das Disponibilidades seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado para as despesas ou encargos do período em questão.

22. ASSEMBLÉIA GERAL

22.1 É da competência privativa da Assembléia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o presente Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição da Gestora;
- v) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vi) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos deste Regulamento;
- viii) deliberar sobre a alteração dos termos e condições de contrato de cessão celebrado entre o Fundo e o Cedente;



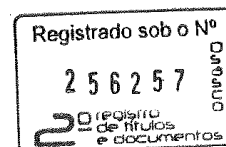
- ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xi) deliberar acerca da substituição da taxa utilizada para definir a remuneração das Cotas, no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e outros ativos da carteira do Fundo; e
- xiii) deliberar e homologar a substituição do Custodiante e do Agente de Cobrança.

22.1.1 O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembléia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

22.2 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

22.2.1 Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, no Cedente, na Gestora, no Custodiante ou em suas respectivas Partes Relacionadas.



22.2.2 Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados pela Assembléia Geral não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

22.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

22.4 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, do qual deve constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, ou ainda por meio de correio eletrônico, com a devida confirmação de recebimento.

22.4.1 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de:

- (i) publicação do primeiro anúncio; ou
- (ii) do envio da carta com aviso de recebimento aos Cotistas; ou
- (iii) da data do envio da convocação por meio de correio eletrônico.

Sendo considerada válida a data de referência do envio da última remessa.

22.4.2 Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, ou de correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

22.4.3 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação do anúncio ou envio de carta referente ou de correio eletrônico referente à primeira convocação.

22.4.4 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede. No entanto, quando se efetuar em outro local, os anúncios, as cartas endereçadas aos Cotistas ou o correio eletrônico devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da



localidade da sede da Instituição Administradora.

22.4.5 Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

22.4.6 As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em circulação e, em segunda convocação com qualquer número de Cotistas.

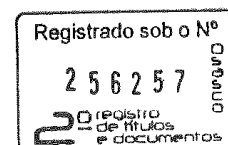
22.5 Na Assembléia Geral, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

22.5.1 A cada Cota corresponde 1 (um) voto na Assembléia Geral ou, conforme seja o caso, em votação em separado dos titulares de Cotas de determinada classe.

22.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas nos itens 22.1 (ii), (v), (vi), (viii), (ix), (x) e (xii) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

22.5.3 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Junior, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a alterações de disposições do Regulamento sobre:

- i) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos Creditórios;
- ii) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) inclusão ou exclusão de Evento de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;



- vi) cobrança de taxas;
- vii) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino;
- viii) alteração da Relação Mínima;
- ix) substituição do Custodiante;
- x) nova emissão de novas Cotas;
- xi) alteração dos prazos das emissões de Cotas.

22.5.3.1 As deliberações relativas aos itens 22.1 (iii) e (iv) estão sujeitas à aprovação de titulares de 70% (setenta por cento) do total de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas emitidas, tanto em primeira quanto em segunda convocação.

22.5.4 Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

22.5.5 Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora, a Gestora e seus empregados.

22.6 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

22.6.1 A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

22.7 As modificações aprovadas pela Assembléia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembléia Geral;
- ii) cópia da ata da Assembléia Geral; e



- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

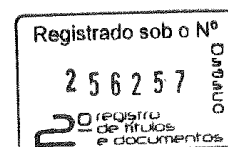
23. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

23.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto em demais normas aplicáveis e neste Regulamento, notadamente no presente item.

23.2 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor ou administrador indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados.

23.3 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico utilizado pelo Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o Patrimônio Líquido, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

23.4 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.



23.4.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

23.5 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

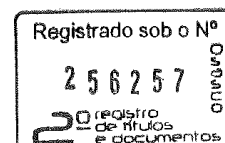
23.6 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor contratado pela Instituição Administradora para tal fim, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

23.6.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

23.6.2 O exercício social do Fundo encerra-se em 31 de março de cada ano.

23.6.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e



- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

24. PUBLICAÇÕES

24.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal “O Dia”, publicado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

24.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

25. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

25.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, ao término do seu prazo de duração, definido na cláusula 3 acima.

25.2 São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de qualquer Série e das Cotas Subordinadas Mezanino por um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o



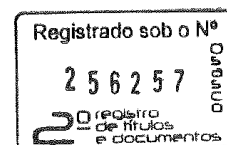
fizer no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- v) inobservância pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, desde que, se notificado pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Cobrança não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- vii) inobservância dos Limites de Concentração por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- viii) inobservância, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima;
- ix) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- x) resilição do Contrato de Custódia;
- xi) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino que estejam em circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- xii) renúncia do Custodiante;
- xiii) inobservância dos limites previstos para a Reserva de Pagamento, da Reserva de Despesas e Encargos e da Reserva de Liquidez por mais de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- xiv) caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o percentual do volume de Direitos Creditórios Cedidos cujos contratos tenham sido pré-pagos ou pagos



antecipadamente seja superior, no mês, a 20% (vinte por cento) do saldo da carteira de Direitos Creditórios calculado em relação ao mês anterior;

- xv) ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas à inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos:
- a) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 6 (seis) dias e 60 (sessenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 15% (quinze por cento);
 - b) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 61 (sessenta e um) dias e 90 (noventa) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 10% (dez por cento);
 - c) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 6% (seis por cento); e
 - d) caso o índice de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, calculado com base no total de Direitos Creditórios Cedidos em atraso superior a 181 (cento e oitenta e um) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Créditos Cedidos vencidos nesse mesmo período, supere o percentual de 4% (quatro por cento).
- xvi) caso o “Índice de Basiléia” do Cedente fique abaixo de 11% (onze por cento), conforme valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do CMN, informados mensalmente à Instituição Administradora;



- xvii) modificação do controle acionário do Cedente;
- xviii) inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido neste Regulamento;
- xix) realização de qualquer cessão ao Fundo em desacordo com o estabelecido no Contrato de Cessão;
- xx) quaisquer outros eventos que possam, na opinião da Instituição Administradora, impactar negativamente no desempenho do Fundo e de suas Cotas que tenham sido objeto de distribuição pública.

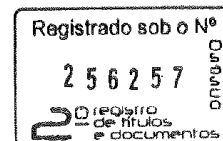
25.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 25.2.2 abaixo, na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, o Fundo suspenderá imediatamente o pagamento de amortização de Cotas Subordinadas. Concomitantemente, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo.

25.2.2 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que dado Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo.

25.2.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembléia Geral.

25.3 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade especificados neste Regulamento por período superior a 120 (cento e vinte) dias;
- ii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação



(a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) ao Custodiante; e/ou (e) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;

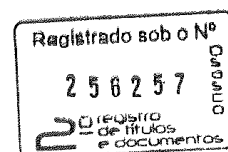
- iii) não pagamento total ou parcial da amortização de qualquer Série ou Classe Mezanino, na respectiva Data de Amortização;
- iv) na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo referente à substituição da taxa utilizada para calcular a rentabilidade de qualquer Cota, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corrido ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal; e
- v) resilição ou rescisão do contrato de cessão de créditos celebrado entre o Fundo e o Cedente.

25.4 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) convocará Assembléia Geral para tratar dos procedimentos para liquidação do Fundo, e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

25.5 Não sendo instalada, em primeira convocação, a Assembléia Geral por falta de quorum, a Instituição Administradora deverá dar início aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo de acordo com o disposto neste Regulamento.

25.6 Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, os Cotistas Dissidentes, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas Cotas resgatadas em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data da Assembléia Geral. O resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do Dia Útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

25.7 Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, as Cotas serão resgatadas observados os seguintes procedimentos:

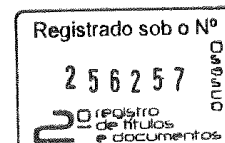


- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores;
- iii) as Cotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores;
- iv) as Cotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores e de todas as Cotas Subordinadas Mezanino, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva do eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

25.7.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas Mezanino.

25.7.2 Ainda em vista do procedimento de resgate de Cotas mencionado nos itens acima e da totalidade de recursos disponíveis do Fundo, a Data de Amortização e o prazo para resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme previstos nos respectivos Suplementos, poderão ser afetados, especialmente se as Cotas de mais de uma Série estiverem em circulação. Nesse contexto, os titulares de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino poderão ter as suas cotas resgatadas posteriormente ao prazo previsto nos respectivos suplementos.

25.8 Caso em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da liquidação do Fundo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos



Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, fora do ambiente da CETIP.

25.8.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas devido por cada cotista na ocasião, bem como a prioridade entre as classes de Cotas.

25.8.2 Antes da entrega de Direitos Creditórios Cedidos aos Cotistas, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo.

25.8.3 Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembléia Geral, a ser convocada no 121º (centésimo vigésimo primeiro) dia contado do início da liquidação do Fundo, deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação, sempre se respeitando a prioridade de recebimento entre as Cotas de diferentes classes.

25.8.4 Na hipótese de a Assembléia Geral referida no item anterior não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para fins de pagamento de resgate das Cotas, fica facultado à Instituição Administradora dar os Direitos Creditórios Cedidos em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada em função do valor total das Cotas Seniores em circulação, tendo-se como referência para definição do valor das Cotas Seniores a data em que foi decidida a liquidação do Fundo.

25.8.4.1 Eventuais Direitos Creditórios Cedidos remanescentes não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores deverão ser entregues aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, mediante a constituição de um condomínio, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo.

25.8.4.2 Após tal procedimento, se ainda existir saldo remanescente, este será distribuído aos titulares de Cotas Subordinadas Junior, na proporção de sua participação no remanescente do Patrimônio Líquido.



25.8.4.3 Observados tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

25.8.5 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas, se for o caso: (i) para que elejam um administrador para referidos condomínios de Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios Cedidos a que cada titular de Cotas fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

25.8.6 Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.8.5 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha a maioria das Cotas da respectiva classe em circulação.

25.8.7 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias a partir da constituição dos condomínios referidos acima, dentro do qual os administradores dos condomínios indicarão à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Cedidos e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

25.9 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:



- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) reenquadramento das contas de Reserva de Pagamento, Reserva de Liquidez e Reserva de Despesas e Encargos;
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas Mezanino;
- v) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e
- vi) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, serão alocados na seguinte ordem:

- i) pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto quanto ao pagamento da remuneração devida à Agência Classificadora de Risco;
- ii) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na amortização das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) no pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco; e
- v) na amortização de Cotas Subordinadas Junior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.



27. FORO

27.1 Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.



ANEXO I

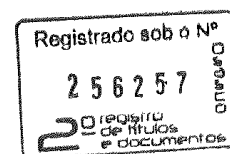
Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII datado de 25 de julho de 2011 por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII

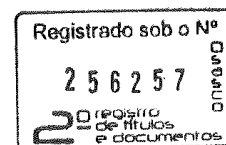
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino
Agente de Cobrança	Agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos, função que será inicialmente exercida pelo Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido a ser mantido em Direitos Creditórios
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Relação Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo
Ativos Financeiros	Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou derivativos e operações compromissadas



Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Instituição Administradora ao Cedente na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, na forma do Anexo V do Regulamento
Cedente	Banco BMG S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74
Classe Mezanino	Cotas Subordinadas Mezanino
Classe Junior	Cotas Subordinadas Junior
CMN	Conselho Monetário Nacional
Condições de Cessão	Condições para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a serem verificadas pelo Cedente, conforme estabelecido na cláusula 11 do Regulamento
Consignantes	<p>i) Prefeituras municipais de (a) São Paulo, (b) Rio de Janeiro, (c) Belo Horizonte, (d) Fortaleza, (e) Belém, (f) Porto Alegre e (g) São Luís;</p> <p>ii) Governos dos Estados de (a) Santa Catarina, (b) Paraná, (c) Minas Gerais, (d) Rio de Janeiro, (e) Goiás, (f) Mato Grosso, (g) Tocantins, (h) Amazonas, (i) Amapá, (j) Rondônia, (l) Maranhão, (m) Paraíba, (n) Pernambuco e (o) Bahia;</p>



	iii) Servidores Federais Cíveis;
	iv) Servidores Federais Militares (Forças Armadas);
	v) Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; e
	vi) Rioprevidência - Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro
Contrato de Cessão	Contrato celebrado entre o Fundo e o Cedente no qual estão estabelecidas as condições de cessão dos Direitos Creditórios
Convênio de Cobrança	Convênio celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência anuência do Banco Bradesco S.A., no qual, entre outras, estão estabelecidas as condições da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em relação aos quais os Devedores estejam inadimplentes, a serem exercidas pelo Agente de Cobrança
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil
Cotas	Em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo
Cotas Seniores	As Cotas que não se subordinam às demais



	Cotas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotas Subordinadas	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento
Cotas Subordinadas Mezanino	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Junior.
Cotas Subordinadas Junior	As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotistas	Tanto o titular de Cotas Seniores como o titular de Cotas Subordinadas, sem distinção
Cotistas Dissidentes	Os cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo
Crêterios de Elegibilidade	Crêterios para sele���o dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificados pelo Custodiante, estabelecidos na cláusula 10



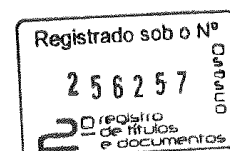
	do Regulamento
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme condições previstas no respectivo Suplemento
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de Cotas de uma determinada Série
Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos Limites de Concentração e demais índices do Fundo, que sempre será o último Dia Útil de cada mês
Devedor	Qualquer pessoa, servidor público ou pensionista, que recebe pagamentos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, que também seja devedor do Fundo em decorrência de contratos de empréstimo celebrados com o Cedente e parcialmente ou integralmente cedidos ao Fundo.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não



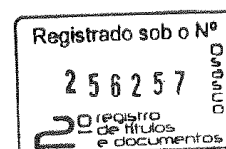
	houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional
Direitos Creditórios	Direitos de crédito oriundos dos contratos de empréstimo, com consignação em folha de pagamento ou remuneração, celebrados entre o Cedente e os Devedores
Direitos Creditórios Cedidos	Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo Cedente
Disponibilidades	Recursos em caixa ou ativos de liquidez diária
Eventos de Avaliação	Eventos definidos no Regulamento cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a fim de deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios
FBPP	Família Bandeirante Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de Belo



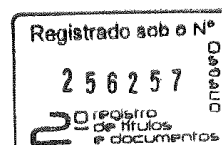
	<p>Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Matias Cardoso, nº 63, salas 305 a 308, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.874.219/0001-77</p>
Fundo	<p>BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII</p>
Gestora	<p>Integral Investimentos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 8662, de 21 de fevereiro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.576.569/0001-86, responsável pela gestão da carteira do Fundo</p>
Instituição Administradora	<p>BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede social na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob no 00.066.670/0001-00</p>
Instituições Autorizadas	<p>(i) Banco do Brasil S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., (iv) Banco Santander (Brasil) S.A.; (v) Banco Safra S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; e (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ou (viii) outras instituições que venham a ser aprovadas pela Agência Classificadora de Risco</p>



Investidores Autorizados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas
Limites de Concentração	Limites mínimos e máximos de concentração por Consignante que devem ser observados pelo Fundo para aquisição de Direitos Creditórios, definidos no Anexo II do Regulamento
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, correspondente ao somatório do valor dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes a despesas, encargos e provisões referidas no Regulamento
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 120,48% (cento e vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento)
Regulamento	Regulamento do Fundo
Reserva de Despesas e Encargos	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo
Reserva de Liquidez	Soma equivalente a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido (ou porcentagem maior, se assim for definido pela



	Instituição Administradora), que deverá ser mantida em Disponibilidades
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento
Suplemento	Documento que contém as características de cada emissão de Cotas Subordinadas Mezanino e de cada Série de Cotas Seniores que venham a ser emitida pelo Fundo
Taxa de Administração	Taxa devida à Instituição Administradora nos termos previstos na Cláusula 6 acima
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP



“ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado em 25 de julho de 2011 pela BEM DTVM Ltda.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR CONSIGNANTE

I. A concentração de Direitos Creditórios por Consignante observará o quadro abaixo. O percentual mínimo deverá ser observado em relação à carteira de Direitos Creditórios Cedidos. Já o percentual máximo deverá ser observado em relação ao Patrimônio Líquido.

<i>Consignante</i>	<i>Percentual mínimo</i>	<i>Percentual máximo</i>
<i>Servidores Federais Civis</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Servidores Federais Militares (Forças Armadas)</i>	<i>5%</i>	<i>10%</i>
<i>Servidores Estaduais</i>		
<i>Governo do Estado de Santa Catarina</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado do Paraná</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado de Minas Gerais</i>	<i>0%</i>	<i>10%</i>
<i>Governo do Estado do Rio de Janeiro</i>	<i>0%</i>	<i>10%*</i>
<i>Governo do Estado de Goiás</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado de Mato Grosso</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado de Tocantins</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado do Amazonas</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado do Amapá</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado de Rondônia</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Governo do Estado do</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>



<i>Maranhão</i>		
<i>Governo do Estado da</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Paraíba</i>		
<i>Governo do Estado de</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Pernambuco</i>		
<i>Governo do Estado da</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Bahia</i>		
<i>Polícia Militar do Estado</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>de Minas Gerais</i>		
<i>Fundo Único de</i>	<i>0%</i>	<i>5%*</i>
<i>Previdência Social do</i>		
<i>Estado do Rio de Janeiro -</i>		
<i>Rioprevidência</i>		
<i>Servidores Municipais</i>		
<i>Prefeitura de São Paulo</i>	<i>0%</i>	<i>10%</i>
<i>Prefeitura do Rio de</i>	<i>0%</i>	<i>5%*</i>
<i>Janeiro</i>		
<i>Prefeitura de Belo</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Horizonte</i>		
<i>Prefeitura de Fortaleza</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Prefeitura de Belém</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Prefeitura de Porto Alegre</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>
<i>Prefeitura de São Luís</i>	<i>0%</i>	<i>5%</i>

** Os Direitos Creditórios cujos Consignantes sejam o Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência, conjuntamente considerados, não poderão ser superiores a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.”.*



ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado de 25 de julho de 2011 pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

SERVIDORES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BMG.

1. Natureza - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de contratos de concessão de empréstimo, acompanhados, se assim previr o respectivo contrato, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos constitutivos de garantias.
2. Política de Concessão de Crédito - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de empréstimo. Os servidores públicos são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios) ou às Forças Armadas, que permitem que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores sejam descontadas em folha de pagamento. Na concessão dos empréstimos, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:
 - i) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado servidor público se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Servidor Público que pode ser comprometido por desconto em folha, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são normalmente descontados; assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
 - ii) cada mútuo deve ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais;



- iii) o prazo de duração dos empréstimos é de no mínimo 6 (seis) meses, e de no máximo 72 (setenta e dois) meses; e
- iv) em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais, tais tomadores de empréstimo devem necessariamente ser participantes de plano previdenciário da Família Bandeirante Previdência Privada ("FBPP"), entidade aberta de previdência complementar fundada em 19 de setembro de 1969, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Matias Cardoso, nº 63, salas 305 a 308, inscrita no CNPJ sob o nº 62.874.219/0001-77.



ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado em 25 de julho de 2011 pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONCEDIDOS A SERVIDORES PÚBLICOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos será feita pelo Cedente, contratado para efetuá-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:
 - i) os Consignantes descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
 - ii) os valores descontados são repassados ao Cedente por meio do banco oficial do Consignante, ou de banco conveniado com este, ou da FBPP (em se tratando de servidores públicos vinculados a órgãos federais); o repasse mensal para o Cedente pode ser, conforme o Consignante, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
 - iii) o Cedente, ao receber os valores, confronta-os com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Consignantes, informando quais Devedores (a) terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e (b) ficarão inadimplentes, geralmente nas hipóteses de sua exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
 - iv) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Cedente questiona o Consignante e/ou o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
 - v) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e



- vi) os valores decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos recebidos pelo Cedente são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados de tal recebimento.

2. O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- i) caso o servidor público tomador do empréstimo tenha se desligado do Consignante, o Cedente busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações; se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente; eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, se o valor compensar as despesas judiciais;
- ii) se a causa da inadimplência é a morte do servidor público, busca-se cobrar do espólio; e
- iii) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, que pode ocorrer nas hipóteses ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do servidor público.



ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado de 25 de julho 2011 pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

“MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

“Aviso de Desenquadramento

A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (“Instituição Administradora”), na qualidade de instituição administradora do “BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII” (“Fundo”), vem notificar o Banco BMG S.A. (“Banco BMG”) a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) Dias Úteis consecutivos, da Relação Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em [datas de desenquadramento].

O Banco BMG deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas Junior. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Relação Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.

[LOCAL], [DATA]

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



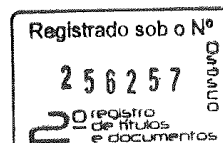
ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado em 25 de julho de 2011 pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

SUPLEMENTO DA SÉRIE DE COTAS SENIORES

“SUPLEMENTO DA [COMPLETAR] SÉRIE DE COTAS SENIORES”

1. O presente documento constitui o suplemento nº [completar] (“Suplemento”), referente à [COMPLETAR]ª Série de Cotas Seniores (“[COMPLETAR]ª Série”) emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ”) sob nº [COMPLETAR] (“Fundo”), com seu regulamento registrado sob o nº [COMPLETAR] no [COMPLETAR]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”). O Fundo é administrado por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede social na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, sem número, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob no 00.066.670/0001-00.
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores no valor de R\$[COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série (“Data de Subscrição Inicial”). Será emitido o máximo de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores e o mínimo de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores desta Série. Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo das Cotas Seniores da [NÚMERO] Série será de [COMPLETAR].
3. A remuneração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série será calculada da seguinte forma: [COMPLETAR]
4. A partir do [COMPLETAR] ([COMPLETAR]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a respectiva Data de Subscrição Inicial, sempre no dia



[COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) de cada mês (“Data de Amortização”) e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas: [COMPLETAR]

5. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde a data do término de duração das Cotas Seniores desta Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, [DATA]

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, datado de 25 de julho de 2011 pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

SUPLEMENTO DA SÉRIE DE COTAS SUBORDINADAS – CLASSE MEZANINO

SUPLEMENTO DA [COMPLETAR]* ([por extenso]) EMISSÃO DE COTAS MEZANINO

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] (“Suplemento”), referente à [COMPLETAR]^a ([POR EXTENSO]) emissão de Cotas Subordinadas Mezanino (“Cotas Mezanino”) emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ”) sob nº [COMPLETAR] (“Fundo”), com seu regulamento registrado sob o nº [COMPLETAR] no [COMPLETAR]^o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários Ltda., com sede social na Cidade de Deus, sem número, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob no 00.066.670/0001-00.
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, Cotas Mezanino no valor de R\$[COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas desta emissão (“Data de Subscrição Inicial”). Será emitido o máximo de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Mezanino e o mínimo de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Mezanino. Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo das Cotas Mezanino será de [COMPLETAR].
3. A remuneração das Cotas Mezanino desta emissão será calculada da seguinte forma: [COMPLETAR]
4. As Cotas Mezanino desta emissão serão amortizadas nas condições abaixo especificadas: [COMPLETAR]



5. As Cotas Mezanino desta emissão deverão ser resgatadas na última data de amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Mezanino desta emissão, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, [DATA]

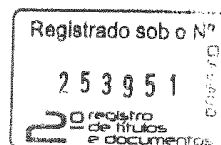
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



SUPLEMENTO DA 4ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 6 ("Suplemento"), referente à 4ª série de cotas seniores ("4ª Série" e "Cotas Seniores") emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.
2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 4ª Série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição da 4ª Série ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo da 4ª Série será de 60 (sessenta) meses.
3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), acrescida de taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)_{\frac{1}{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{360}} \right]$$



Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

IPCA = Variação percentual mensal do IPCA/IBGE referente ao mês vigente; no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANBIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial.

dum = número de dias úteis do mês vigente.

TAXA = taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contados desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{PrazoSerie - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por cota na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 4ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

$PrazoSerie$ = Número de meses do prazo de duração da 4ª Série, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Seniores da 4ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores desta 4ª Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer às disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia. As Cotas Seniores da 4ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como à remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011.

127098 - Raimundo de Souza Filho

120.186 / José Ary de Camargo Salles Neto

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



SUPLEMENTO DA 5ª SÉRIE DE COTAS SENIORES



1. O presente documento constitui o suplemento nº 7 ("Suplemento"), referente à 5ª Série de Cotas Seniores ("5ª Série") emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.

2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 5ª Série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição da 5ª Série ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo da 5ª Série será de 60 (sessenta) meses.

3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

$ACOMP_{t-1}$ = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data $t - 1$, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem " t ", calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{t}{360}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo " t "; e

S = sobretaxa, sendo igual a 115 (cento e quinze).



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{I}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

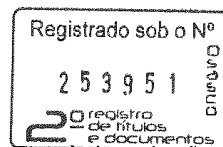
Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Sênior da 5ª Série na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 5ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da 5ª Série, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Seniores da 5ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores desta Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer às disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia. As Cotas Seniores da 5ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011

120.186 - José Ary de Camargo Salles Neto

127.998 - Raimundo de Souza Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



SUPLEMENTO DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE COTAS MEZANINO III

1. O presente documento constitui o suplemento nº 8 ("Suplemento"), referente à 1ª (primeira) emissão de Cotas Subordinadas da Classe Mezanino III ("Cotas Mezanino III") do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.

2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, até 43.380 (quarenta e três mil, trezentas e oitenta) Cotas Mezanino III, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas desta emissão ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo das Cotas Mezanino III será de 60 (sessenta) meses.

3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Mezanino III serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, por 125% (cento e vinte cinco por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = Valor da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCM_{t-1} = Valor da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

$ACOMP_{t-1}$ = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem "t", calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo "t"; e

S = sobretaxa, sendo igual a 125 (cento e vinte e cinco).



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Mezanino III serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoMII} - (M - 1)} \right) \times VCM_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Mezanino III na Data de Amortização;

VCM_t = Valor unitário da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

PrazoMII = Número de meses do prazo de duração das Cotas Mezanino III, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Mezanino III desta emissão deverão ser resgatadas na última data de amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Mezanino III, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Exceto em relação à remuneração e aos prazos e valores de amortização e resgate especificados neste Suplemento, as Cotas Mezanino III terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas às demais classes de Cotas Mezanino.

7. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

8. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

9. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011.

120.186 - José Ary de Camargo Sales Neto

122.058 - Raimundo de Souza Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Instituição Administradora



ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

• CONTRATO DE CESSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE CRÉDITOS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designado simplesmente “Cedente”, e

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 1º de abril de 2010, com seu regulamento registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco sob o nº 238.947, conforme aditado (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.804.504/0001-80, doravante designado simplesmente “Cessionário” ou “Fundo”, neste ato representado por sua instituição administradora **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social,

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, doravante denominada simplesmente “Instituição Administradora”; e

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no Núcleo Administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, na qualidade de prestador dos serviços de Custódia Qualificada de Títulos e Valores Mobiliários e de Controladoria do



Fundo, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designado simplesmente “Custodiante”; e,

INTEGRAL INVESTIMENTOS S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 8.662, de 21 de fevereiro de 2006, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.576.569/0001-86, neste ato representada na forma do seu estatuto social, doravante denominado **GESTOR**;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Cedente é instituição financeira que celebra contratos de empréstimo (“Contratos de Empréstimo”) com titulares de remuneração e benefícios de entidades públicas da esfera Municipal, Estadual e Federal (“Devedores”) sendo que as parcelas dos Contratos de Empréstimo constituem, desta forma, Direitos Creditórios do Cedente contra os Devedores (“Direitos Creditórios” ou “Créditos”);
- ii) o pagamento dos Créditos é realizado por meio de desconto direto em benefício ou remuneração dos Devedores (“Desconto em Folha de Pagamento”);
- iii) o Cedente pretende ceder Direitos Creditórios ao Fundo;
- iv) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e do regulamento do Fundo (“Regulamento”); e
- v) foi contratada pelo Fundo a **INTEGRAL INVESTIMENTOS S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.744, 1º andar, conjunto 12, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.576.569/0001.86, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo (“Gestor”).



RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições. Termos iniciados em maiúsculas e não definidos no presente instrumento terão o significado a eles atribuído no Regulamento.

1. PROCEDIMENTO DE CESSÃO

1.1 O Cedente poderá ceder ao Fundo quaisquer Créditos, ao longo do prazo de duração do Fundo, devendo observar o seguinte procedimento:

- i) o Cedente enviará ao Custodiante arquivo eletrônico contendo informações sobre os Créditos que deseja ceder ao Fundo (“Lista de Créditos”); o envio do arquivo eletrônico caracterizará oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão dos Créditos pelo Cedente ao Fundo;
- ii) o Gestor informará o Custodiante, mediante comunicação por correio eletrônico, (i) o volume máximo de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Créditos e (b) a taxa de cessão a ser aplicada à referida aquisição, calculada nos termos do item 2.1 abaixo;
- iii) após o recebimento do arquivo eletrônico e verificação de quais Créditos atendem aos Critérios de Elegibilidade, o que deverá ocorrer em até 1 (um) Dia Útil contados do recebimento do arquivo eletrônico, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e da Instituição Administradora, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Créditos que serão adquiridos pelo Fundo, individualmente identificados, com o respectivo valor de aquisição.

1.1.1 O Custodiante do Fundo será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Créditos ofertados pelo Cedente aos Critérios de Elegibilidade.

1.2 A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura, pelas Partes, de instrumento que descreva os Créditos bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo I, que constitui parte integrante do presente Contrato (“Termo de Cessão”). O Termo de Cessão deverá ter como anexo relatório descritivo dos Direitos Creditórios efetivamente cedidos.



1.3 Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seus anexos serão considerados parte integrante do presente Contrato, e o Fundo pagará ao Cedente o valor de aquisição dos Créditos, no prazo e na forma descritos na cláusula 2 abaixo.

1.4 Os Créditos serão cedidos ao Fundo incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, bem como todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

1.5 O presente Contrato não obriga as Partes a ofertar, ceder, ou adquirir quaisquer Créditos.

2. CONTRAPRESTAÇÃO E CÁLCULO DO VALOR DE CESSÃO

2.1 A contraprestação devida pelo Fundo pela cessão será o menor entre os seguintes valores: (i) o valor de face dos Créditos objeto da cessão trazido a valor presente por 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de juros ponderada dos contratos que deram origem aos Créditos cedidos; e (ii) o valor de face dos Créditos objeto da cessão trazido a valor presente por taxa equivalente a 22% (vinte e dois por cento) ao ano.

2.2 Os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados na conta reserva bancária de sua titularidade, a ser por ele indicada, por meio de transferência eletrônica disponível - TED, conforme os seguintes prazos:

- i) no próprio dia do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, desde que tal recebimento ocorra até as 16 (dezesseis) horas; ou
- ii) no primeiro Dia Útil seguinte ao do recebimento, pela Instituição Administradora ou por seu legítimo representante, da via devidamente assinada pelo Cedente do Termo de Cessão respectivo por fac-símile ou por correio eletrônico, caso tal recebimento ocorra após as 16 (dezesseis) horas



2.2.1 A via original do Termo de Cessão deverá ser entregue pelo Cedente à Instituição Administradora em até 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento da respectiva cessão.

2.3 O preço de cessão dos Direitos Creditórios deverá estar expresso no Termo de Cessão. As Partes, em comum acordo, poderão decidir pela não inclusão do preço de cessão no Termo de Cessão. Nesta hipótese, via original devidamente assinada do recibo de cessão, a ser preparado nos termos do modelo que se encontra no Anexo II a este Contrato, deverá ser encaminhada pelo Cedente à Instituição Administradora em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento dos valores relativos aos Direitos Creditórios.

2.4 O Fundo não efetuará quaisquer aquisições de Crédito enquanto não houver recebido via original devidamente assinada de Recibo de Cessão ou Termo de Cessão relativo à cessão de Créditos anterior.

3. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CEDENTE

3.1 Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento, o Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às seguintes Condições de Cessão:

- i) que se encontrem livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza;
- ii) os Direitos Creditórios relativos a determinado contrato de concessão de empréstimo devem representar 1 (uma) ou mais parcelas mensais e consecutivas de tal contrato;
- iii) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha de pagamento do Devedor e repassada ao Cedente;
- iv) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos originados pelo Cedente, de acordo com as políticas de cadastro e concessão de crédito por ele adotadas;



- v) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de contratos que não contenham qualquer parcela inadimplida pelo Devedor;
- vi) os Direitos Creditórios devem ter sido celebrados com mutuários que estejam integralmente adimplentes em relação às suas obrigações com o Cedente e o Fundo; e
- vii) os Direitos Creditórios não podem ser devidos por mutuários que sejam credores de Consignantes que estejam inadimplentes para com o Fundo em relação a repasses de descontos em folha de pagamento relativos a pagamentos de parcelas de Direitos Creditórios em montante superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- viii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de operações de empréstimo concedidos pelo Cedente a Devedores com idade entre 18 (dezoito) e 80 (oitenta) anos à época da cessão dos Direitos Creditórios;
- ix) o contrato de empréstimo que deu origem aos Direitos Creditórios deve ter prazo de vigência entre 6 (seis) e 72 (sessenta e dois) meses;
- x) o pagamento das parcelas do contrato de empréstimo que deram origem aos Direitos Creditórios, em se tratando de empréstimo concedido a Devedores, deve ser efetuado por meio de desconto em folha de pagamento;
- xi) o Consignante deve ter convênio com o Cedente para realização do desconto de folha de pagamento ou de benefícios que esteja operacional por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses;
- xii) os Direitos Creditórios devem ser constituídos de acordo com as formalidades exigidas pelas normas em vigor; e
- xiii) que estejam de acordo com o disposto no Regulamento.

3.1.1 As obrigações do Cedente constantes do item 3.1 acima não eximem a validação a ser feita pelo Custodiante dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na cláusula 10 do Regulamento.



3.1.2 Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Créditos cedidos, no momento em que foi realizada a cessão, não se enquadrava aos requisitos especificados no item 3.1 acima, a cessão de tal Crédito será prontamente resolvida, devendo o Cedente pagar ao Fundo o valor do Crédito respectivo, calculado conforme o item 2.1 acima, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

3.2 O Cedente se compromete a não ceder ao Fundo quaisquer Créditos caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

3.3 O Cedente será responsável:

- i) pela existência dos Créditos, nos termos do artigo 295 do Código Civil, e pela originação e correta formalização dos Créditos cedidos ao Fundo, bem como pela sua exigibilidade e certeza de seu valor;
- ii) pelo pagamento do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos Devedores dos Créditos contra o Cedente quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil;
- iii) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos; neste caso, a responsabilidade se limita à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa da cessão dos Créditos, conforme o caso) e a quantia paga na liquidação antecipada; e
- iv) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em decorrência de vícios dos Créditos que prejudiquem sua cobrança pelo Fundo.

3.3.1 Na hipótese de responsabilidade do Cedente por liquidação antecipada (item “iii” acima), o Cedente poderá compensar a quantia a pagar com quaisquer valores que tenha a receber do Fundo, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.

3.4 O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino a:



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

- i) não tomar a iniciativa de alterar o convênio do qual tenha se originado Créditos cedidos ao Fundo (“Convênios”) e informar imediatamente à Instituição Administradora (a) qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida dos Consignantes relacionada à manutenção do Convênio; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos do Convênio; e (c) qualquer alteração Convênios por iniciativa dos Consignantes que tenha o potencial de afetar a liquidez, certeza e adimplência dos Créditos cedidos ou que venham a ser cedidos ao Fundo;
- ii) cumprir seus deveres legais e contratuais que são requisitos para que o Desconto em Folha de Pagamento continue sendo efetuado;
- iii) não realizar qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a sistemática de recebimentos dos Direitos Creditórios então vigente sem a anuência da Instituição Administradora, em nome do Fundo, e do Custodiante ou fazer com que os Consignantes creditem valores relativos aos Créditos cedidos ao Fundo em contas correntes diversas das indicadas no Convênio; e
- iv) não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Folha de Pagamento relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Créditos sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Créditos.

3.4.1 Na hipótese de o Desconto em Folha de Pagamento em relação a qualquer Convênio se tornar impossível, por questões jurídicas ou fáticas, o Cedente deverá:

- i) notificar este fato imediatamente à Instituição Administradora, na qualidade de representante legal do Fundo, e ao Custodiante;
- ii) despender seus maiores esforços para imediatamente tornar o Desconto em Folha de Pagamento possível; e
- iii) adotar outros meios de cobrança dos Créditos, no período em que o Desconto em Folha de Pagamento não for possível.



A large, stylized handwritten signature.

3.5 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o Cedente também se obriga a:

- i) comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si ou contra qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em montante superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou, independentemente do valor, que possa dificultar ou impedir (a) o cumprimento de suas obrigações previstas no Contrato; e/ou (b) as cessões de Créditos;
- ii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora caso o próprio Cedente ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas venha a inadimplir obrigação em montante superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- iii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade ou de responsabilidade de qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas, em valor superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- iv) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- v) enviar aos Consignantes todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos dos Convênios, incluindo aquelas necessárias ao Desconto em Folha de Pagamento;
- vi) disponibilizar no site "www.bancobmg.com.br/RI", até o último dia do primeiro mês de cada trimestre, o "Índice de Basiléia" do Cedente referente ao trimestre anterior, conforme os respectivos valores de capital e patrimônio líquido ajustado, calculados conforme as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- vii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer alteração substancial nos procedimentos de cobrança e transferência de recursos em vigor na data deste Contrato;



[Handwritten signature and initials]

- viii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição, conforme definidos na cláusula 10 abaixo;
- ix) comunicar imediatamente à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, que tenha como objetivo ou que possa ocasionar a suspensão ou o cancelamento dos Descontos em Folha de Pagamento;
- x) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a modificação de seu controle acionário; e,
- xi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Créditos de titularidade do Cedente.

4. DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 O Cedente será o fiel depositário de todos os documentos relacionados aos Créditos (“Documentos Relacionados aos Créditos”) para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, responsabilizando-se o Cedente pela sua guarda até que todos os direitos e obrigações relacionados com os Direitos Creditórios estejam prescritos. O Cedente não terá direito a qualquer remuneração pela prestação desse serviço. As obrigações descritas nesta cláusula, são reguladas pelo Convênio de Cobrança.

4.1.1 Os Documentos Relacionados aos Créditos abrangem: (a) contrato de empréstimo impresso acompanhado, se assim previr o respectivo contrato, de instrumento constitutivo de garantia; (b) autorização para desconto em folha; e (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de servidor público ou beneficiário.

4.2 O Cedente se compromete a guardar todos os Documentos Relacionados aos Créditos com o máximo cuidado e diligência.

4.3 A cada cessão de Créditos, todos os Documentos Relacionados aos Créditos ficarão na posse do Cedente, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, até que todos os direitos e obrigações relacionados com os Direitos Creditórios estejam prescritos.



4.3.1 Uma vez decorrido o prazo referido no item acima, o Cedente deixará a partir de então de ser responsável pela guarda e conservação dos Documentos Relacionados aos Créditos, devendo observar as instruções que lhe der a Instituição Administradora e/ou o Custodiante quanto à destinação do referido documento.

4.4 O Cedente se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Relacionados aos Créditos dadas pela Instituição Administradora e/ou pelo Custodiante, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

5. COBRANÇA DOS CRÉDITOS

5.1 Os pagamentos relativos aos Créditos decorrentes da cobrança bancária realizada por meio de Desconto em Folha de Pagamento, recebidos pelo Cedente na qualidade de Agente de Cobrança, devem ser depositados por este, em até 5 (cinco) Dias Úteis do respectivo recebimento, em conta corrente de titularidade do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança.

5.2 Ocorrendo o recebimento dos valores relativos aos Créditos pelo Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, e não efetuando ele o respectivo repasse na forma e prazo do item 5.1 acima, o Cedente será obrigado a pagar multa de 2% (dois por cento) sobre o montante não transferido, juntamente com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

5.3 O Cedente fica constituído como fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Créditos cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo.

5.4 Os Créditos inadimplidos e não adquiridos pelo Cedente na forma descrita na cláusula 7 abaixo permanecerão sujeitos à cobrança extrajudicial ou judicial a ser realizada pelo Cedente, ora contratado pelo Fundo, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento.

5.5 Sem prejuízo do disposto no item acima, o Cedente somente poderá renegociar ou acordar junto aos respectivos Devedores qualquer alteração aos termos e condições dos Créditos inadimplidos, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Crédito inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento



do Crédito em questão.

5.6 O Cedente não fará jus a qualquer remuneração pelo exercício das atividades descritas nesta cláusula.

6. NOTIFICAÇÃO

6.1 As Partes acordam que a notificação dos Devedores dos Créditos, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será necessária enquanto o Cedente for o Agente de Cobrança dos Créditos.

6.2 Sem prejuízo do disposto no item anterior, o Cedente compromete-se a transferir em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Fundo todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Créditos eventualmente recebido dos Devedores ou de terceiros, mesmo na hipótese de deixar de ser o Agente de Cobrança dos Créditos.

7. DIREITO A RECOMPRA

7.1 O Cedente dos Créditos terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Crédito inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor contábil de tal crédito no Fundo.

7.1.1 A aquisição mencionada no item 7.1 acima deverá contemplar todas as parcelas de um mesmo contrato, não sendo possível, portanto, a recompra parcial de Créditos oriundos de um mesmo contrato.

7.2 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Créditos aos cotistas do Fundo, o Cedente terá a prioridade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Créditos integrantes da carteira do Fundo.

7.3 Em qualquer das hipóteses referidas nos itens acima, a recompra de Créditos deverá ser formalizada por meio de instrumento próprio, assinado pelas partes e devidamente registrado, conforme modelo do Anexo III.

7.4 No ato de pagamento da recompra de Créditos, o Fundo deverá transferir ao Cedente eventuais Documentos Relacionados aos Créditos que tenha recebido.



PA.
M

8. REGISTRO

8.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato, em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas de Osasco e Belo Horizonte, sendo que o Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora do Fundo deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cedente, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, caso a Instituição Administradora, ao término do prazo acordado, ainda não haja requerido o registro aqui mencionado, poderá o Cedente proceder ao registro aqui mencionado, correndo todos os custos e despesas por sua conta.

8.1.1 A obrigação de registro prevista no item 8.1 acima se aplicará também aos Termos de Cessão.

9. DECLARAÇÕES DAS PARTES

9.1 O Cedente, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura que, na data de assinatura deste Contrato:

- i) é uma instituição financeira legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, se for o caso;
- iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;



- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Cedente, de suas controladas e/ou controladoras diretas, ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;
- vii) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Créditos, não permitem e dispõem de controles que não permitirão a oferta ao Fundo de Créditos sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- viii) os Créditos oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato foram originados através de contratos celebrados por escrito com os respectivos Devedores e são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Créditos a este cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- ix) os Contratos de Empréstimo, os Convênios e os demais documentos que autorizam a concessão dos empréstimos com Desconto em Folha de



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Pagamento aos Devedores não contém qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Créditos do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;

- x) os Créditos oferecidos ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Folha de Pagamento dos valores de titularidade do Fundo, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;
- xi) não ter conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Resilição, com referência ao Cedente, na data em que esta declaração é prestada ou confirmada; ou, alternativamente, havendo ocorrido qualquer Evento de Resilição, declara que foi ele devidamente sanado;
- xii) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do Cedente e à celebração dos Contratos de Empréstimo foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
- xiii) os livros contábeis e societários do Cedente estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados;
- xiv) não utiliza trabalho ilegal, e compromete-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços;
- xv) não emprega menor de 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas e 5 (cinco) horas;
- xvi) não faz uso de práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a,



[Handwritten signature]

motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; e

- xvii) compromete-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

9.1.1 O Cedente se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas como tendo sido reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

9.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- ii) é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- iii) a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iv) as pessoas que assinam este Contrato em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;
- v) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima



referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e

- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

9.2.1 A Instituição Administradora se compromete a manter verdadeiras todas as declarações constantes do item anterior durante o período de vigência do presente Contrato, que serão consideradas reafirmadas nas datas de celebração dos Termos de Cessão.

10. RESILIÇÃO

10.1 Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses (“Eventos de Resilição”):

- i) realização, pelo Cedente, de qualquer negociação em relação a Créditos que não estejam expressamente permitidas nos termos do item 5.5 acima;
- ii) caso o Fundo entre em processo de liquidação;
- iii) caso não haja mais interesse na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo;
- iv) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 deste Contrato, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Séries, a critério da Instituição Administradora;



- v) caso se comprove que o Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo Créditos em desacordo com os critérios definidos no item 3.1 acima; e
- vi) caso o Cedente descumpra qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento.

10.2 Decorrido o prazo descrito no item 10.1 (vi) acima e, não tendo sido sanada a falta, este Contrato será considerado rescindido de pleno direito, respondendo, ainda, a Parte infratora pelas perdas e danos decorrentes do ato da rescisão.

10.3 Desde que o Cedente se encontre adimplente em relação a todas as suas obrigações, nos termos deste Contrato e dos demais documentos relacionados ao Fundo dos quais seja parte, poderá ele, a qualquer tempo, resilir este Contrato, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, por meio de comunicação enviada à Instituição Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

10.4 Na hipótese de rescisão deste Contrato, deverão permanecer válidas, existentes e eficazes suas disposições até a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, em especial as que estabelecem obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Cedente relacionadas aos Créditos cedidos ao Fundo.

11. PENALIDADES

11.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o respectivo valor devido; e, (iii) correção monetária calculada pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso, no cumprimento de tais obrigações, ou por outro índice que vier a substituí-lo.



11.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na cláusula 11.1 acima e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

11.3 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

12. CONFIDENCIALIDADE

12.1. As Partes e os Intervenientes Anuentes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das outras Partes e da Instituição Administradora, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados em razão deste Contrato. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial ou por autoridade fiscalizadora ou se fizer necessária para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relacionado às obrigações previstas neste Contrato.

12.1.1 Nas informações submetidas à confidencialidade a que se obriga cada uma das Partes e os Intervenientes Anuentes, estão compreendidas, dentre outras, aquelas relativas a clientes potenciais e já existentes das Partes ou dos Intervenientes Anuentes, além das informações que possam servir para beneficiar seu(s) concorrente(s).

12.1.2 Excluem-se deste Contrato as informações: (i) de domínio público; (ii) as que já eram do conhecimento da parte receptora; e (iii) as informações cuja revelação seja autorizada, por escrito, prévia e expressamente, pela Parte ou pelo Interveniente Anuente de que hajam provindo.

12.2 Caso uma das Partes ou dos Intervenientes Anuentes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, revelar algo



sigiloso, conforme acima especificado, imediatamente sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, dará notícia desse fato às demais Partes e aos Intervenientes Anuentes e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer das informações sigilosas.

12.3 É vedada a utilização das informações confidenciais para qualquer outro fim que não: (i) a normal execução deste Contrato; e (ii) a manutenção de registros e arquivos exigidos pela legislação.

12.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga o infrator ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação.

12.5 O pagamento de indenização não desobriga as Partes, a Instituição Administradora e/ou o Custodiante, seus dirigentes, funcionários e representantes a qualquer título de continuarem cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade conforme disposto neste Contrato.

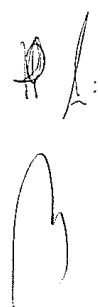
13. FORO

13.1 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Este Contrato tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Créditos a serem celebradas entre as Partes.

14.2 Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente ao notificado; (ii) após 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento ao notificado; ou (iii) no caso de comunicações feitas por fax ou por correio eletrônico, na data de recebimento da confirmação de que a mensagem foi efetivamente recebida, seja



por recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente, seja diretamente pelo destinatário por meio de telefonema gravado. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:

CEDENTE

BANCO BMG S.A.

At.: Jacques Rodarte / José Eustáquio Torres

Avenida Álvares Cabral, nº 1.707

30170-001 - Belo Horizonte – Minas Gerais

fax nº: (31) 3290-3433 / 3290-3166

correio eletrônico: Jacques.rodarte@bancobmg.com.br/ jet@bancobmg.com.br

FUNDO

**BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS
CONSIGNADOS VIII**, administrado por **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

At.: [COMPLETAR]

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara

06029-900 - Osasco - SP

fax nº: (11) 3684-5160

correio eletrônico: bemdtvm@bradesco.com.br

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

At.: Fabiano Bottignon Kosaka

Cidade de Deus, s/nº – Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara – Osasco– SP

CEP: 06029-900

Telefone : (11) 3684-9431

Fax : (11) 3684-5160

correio eletrônico: 4010.kosaka@bradesco.com.br

correio eletrônico: bemdtvm@bradesco.com.br

CUSTODIANTE

BANCO BRADESCO S.A.

At.: Luis Cláudio de Freitas C. Pereira

Cidade de Deus, s/nº – Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara – Osasco– SP

CEP: 06029-900

Telefone : (11) 3684-9403



Fax : (11) 3684-5160
correio eletrônico: 4010.lclaudio@bradesco.com.br
correio eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

14.3 Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida e eficaz se feita por meio de aditamento, assinado por ambas as Partes e com a interveniência do Custodiante. A assinatura dos Termos de Cessão, porém, não necessitarão da assinatura do Custodiante para que sejam válidos e eficazes.

14.4 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

14.5 Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.

14.6 As Partes se comprometem a resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou aos Termos de Cessão.

14.7 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil.

14.7.1 A Parte que for afetada em decorrência de caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

14.7.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

14.7.3 Caso a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudique apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes,



aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

14.8 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis previstas na Circular n.º 3.461/09 do BACEN, na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98

14.9 Ficam expressamente revogadas quaisquer disposições, cláusulas e condições anteriormente estabelecidas entre as Partes em tudo que contrarie o ajustado no presente Contrato.

14.10 Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

14.11 Os Anexos I, II e III devidamente rubricados pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcritos.

14.12 As Partes e os Intervenientes Anuentes reconhecem e concordam que as comunicações telefônicas, transmitidas nos termos deste Contrato e em seus Anexos, poderão ser gravadas por quaisquer das Partes e Intervenientes Anuentes, podendo, inclusive, ser utilizadas como meio de prova para todo e qualquer fim de direito.

14.13 As Partes declaram adotar procedimentos de segregação interna de sistemas, informações e atividades que possam gerar eventuais conflitos de interesses.

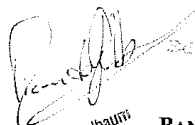
14.14 O Cedente declara estar ciente das disposições do Código de Conduta Ética da Organização Bradesco, cujo exemplar lhe é disponibilizado no site www.bradesco.com.br/ri, link Governança Corporativa / Códigos de Conduta Ética.

14.15 As referências a “Dia Útil” realizadas no presente contrato significam qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional.



E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Osasco, 18 de Maio de 2010.


Ricardo Gelbaum
REF.: 286
BANCO BMG S.A.

97239 - Fabiano Botignon Kosaka

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS
CONSIGNADOS VIII

67051 - Costasamor Simões

e, como Intervenientes Anuentes,

61987 - Luis Claudio de Freitas Costa Pereira


97239 - Fabiano Botignon Kosaka
BEM DTVM LTDA.
84.357 - Ronaldo Lopes Costa

BANCO BRADESCO S.A.

84.355 - Ademir Rufino dos Santos

INTEGRAL INVESTIMENTOS S.A.

Testemunhas:

Nome: **MARCELO GRAUPEN**
R.G.: 32.163.931-5



Renata Miyamoto
Nome: RENATA MIYAMOTO
R.G.: 36.723.584-5



ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, com interveniência anuência do Banco Bradesco S.A. e da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em [DATA] de maio de 2010.

MODELO DO TERMO DE CESSÃO

“TERMO DE CESSÃO DE CRÉDITOS Nº [COMPLETAR]

Pelo presente Termo de Cessão de Créditos, doravante denominado simplesmente “Termo de Cessão”,

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designado simplesmente “Cedente”,

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 1º de abril de 2010, com seu regulamento registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.804.504/0001-80, doravante designado simplesmente “Cessionário” ou “Fundo”, neste ato representado por sua instituição administradora **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:



- i) em [DIA] de [MÊS] de 2010 as Partes, o Custodiante e a Instituição Administradora, na qualidade de intervenientes anuentes, celebraram Contrato de Cessão de Créditos (o “Contrato”); o presente Termo de Cessão está sujeito às cláusulas do Contrato; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e
- ii) após a realização de todos os procedimentos descritos no item 1.1 do Contrato, são ora objeto de cessão os Créditos especificados no anexo a este termo, que constitui parte integrante do presente Termo de Cessão;

as Partes desejam formalizar a cessão dos Créditos especificados no anexo, conforme abaixo:

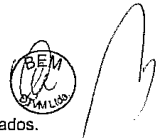
1. O Cedente declara que (i) todos os Créditos descritos no documento anexo observam os requisitos estabelecidos no item 3.1 do Contrato, bem como os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento; (ii) a cessão dos Créditos descritos no documento anexo não configura, na presente data, fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; e (iii) todas as declarações constantes do item 9.1 do Contrato permanecem verdadeiras.
2. A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 9.2 do Contrato.
3. As características gerais dos Créditos cedidos pelo Cedente ao Fundo, e a FSE aplicada encontram-se no anexo a este termo:

Osasco, [DATA].

[ASSINATURAS]



[INCLUIR COMO ANEXO TABELA, OU DOCUMENTO ELETRÔNICO, COM DADOS SUFICIENTES PARA IDENTIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS]



ANEXO II

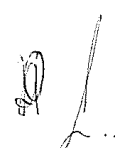
Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, com interveniência anuência do Banco Bradesco S.A. e da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em [DATA] de maio de 2010.

“RECIBO DE CESSÃO

Por meio do presente Recibo de Cessão, BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social, declara que recebeu, na data de assinatura do presente recibo, a soma de R\$[QUANTIA] ([POR EXTENSO] reais) em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios especificados abaixo e no Termo de Cessão de Créditos nº [COMPLETAR]. A cessão se deu nos termos do “Contrato de Promessa de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, com interveniência anuência do Banco Bradesco S.A., em [DATA].

[INCLUIR TABELA, COM VALORES. ESTE RECIBO NÃO SERÁ OBJETO DE REGISTRO]

[ASSINATURA DA CEDENTE]”



ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Créditos” firmado entre Banco BMG S.A. e BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, com interveniência anuência do Banco Bradesco S.A. e da BEM Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em [DATA] de maio de 2010.

MODELO DOS TERMOS DE RECOMPRA

“TERMO DE RECOMPRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº []”

Pelo presente Termo de Recompria de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Termo de Recompria”,

BANCO BMG S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designado simplesmente “Cedente”, e

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII, fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 1º de abril de 2010, com seu regulamento registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.804.504/0001-80, doravante designado simplesmente “Cessionário” ou “Fundo”, neste ato representado por sua instituição administradora **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:



- i) em [DATA] foi celebrado o Contrato de Cessão de Promessa de Direitos Creditórios ("Contrato de Cessão"), registrado no [NÚMERO DO CARTÓRIO]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, sob o nº [NÚMERO], em [DATA]; o presente Termo de Recompra está sujeito às cláusulas do Contrato de Cessão; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão;
- ii) a Cedente cedeu ao Fundo, por intermédio de Termo de Cessão celebrado em [DATA], os Direitos Creditórios especificados na lista anexa ("Lista de Direitos Creditórios Comprados"), que constitui parte integrante do presente Termo de Recompra;
- iii) a Cedente deseja, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Cessão, recomprar os Direitos Creditórios especificados na Lista de Direitos Creditórios Comprados;
- iv) o Fundo deseja exercer a faculdade de vender à Cedente tais créditos, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Cessão, mediante o pagamento do valor contabilizado pelo Fundo; e
- v) a Instituição Administradora, qualificada no Contrato de Cessão, possui poderes para praticar todo e qualquer ato necessário à cessão de Direitos Creditórios em nome e por conta do Fundo, para o pontual e integral cumprimento das termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão, inclusive celebrar Termos de Recompra necessários à formalização cessão dos Direitos Creditórios para a Cedente;

desejam realizar a cessão dos Direitos Creditórios especificados na Lista de Direitos Creditórios, conforme abaixo:

1. Preço dos Direitos Creditórios Comprados: em contraprestação à cessão dos Direitos Creditórios Comprados, cujas características e respectivos Devedores encontram-se descritos na Lista de Direitos Comprados anexa ao presente, a Cedente pagará ao Fundo a quantia de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).



2. Os Direitos Creditórios Comprados apresentam valor de face de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]).

3. O Fundo declara que a cessão dos Direitos Creditórios descritos neste anexo não configura, na presente data, fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

[CIDADE], [DATA].
[ASSINATURAS]”



ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII"

• **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BMG RELATIVAS A 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010**

(As demonstrações financeiras trimestrais e anuais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 podem ser obtidas no site do Banco BMG:
<http://www.bancobmg.com.br/RI>)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Banco BMG S.A. (Banco) e
Banco BMG S.A. e suas
Controladas (Conglomerado
Financeiro)
Relatório da administração,
Relatório do comitê de auditoria,
Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2011 e
Relatório dos auditores independentes**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

Relatório da administração	2
Relatório do comitê de auditoria	3
Parecer dos auditores independentes	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

A Administração do Banco BMG S/A e de suas controladas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre findo em 30 de junho de 2011, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Com as aquisições do Banco GE, GE Promotora, Banco Schahin, Schahin Corretora e Cífra Financeira, o BMG consolidará sua liderança no crédito consignado e aumentará sua participação em outros segmentos do crédito pessoal, assim como fortalecerá ainda mais a sua rede de distribuição. Essas aquisições ainda não estão compostas no Conglomerado Financeiro findo em 30 de junho de 2011.

O Banco BMG manteve o seu foco no crédito consignado, responsável pela geração de R\$3,308 bilhões de operações, representando 65% dos créditos originados no período (R\$5,060 bilhões). As demais operações compreenderam desconto/mútuo com fornecedores do setor público e grandes empresas do setor privado. Estas outras modalidades geraram ao longo do primeiro semestre de 2011 o volume de R\$1,751 bilhão.

O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2011 atingiu o valor de R\$2,139 bilhões. O Lucro Líquido do semestre totalizou R\$21,7 milhões. O Patrimônio de Referência do Banco BMG correspondeu a 13,4% dos ativos ponderados pelo risco (Acordo da Basileia), sendo 9,5% nível I e 3,9% nível II.

A carteira total de operações de crédito e de arrendamento mercantil apresentou um saldo em 30 de junho de 2011 de R\$24,497 bilhões, correspondente a uma expansão de 11,6% em relação ao mesmo período de 2010.

Enfatizamos como destaque a carteira própria de operações de crédito, que apresentou um crescimento de 19,2% em relação ao primeiro semestre de 2010 e saldo em 30 de junho de 2011 de R\$9,200 bilhões. Tal movimento corrobora com a estratégia da administração em reter mais carteira no balanço para assim fazer frente às mudanças regulatórias propostas para 2012.

Mesmo apresentando esse robusto crescimento, conseguimos manter o índice de inadimplência em patamares inferiores ao apresentado pelo mercado, encerrando o exercício com um índice de inadimplência de 1,9%.

Nesta data, o saldo dos recursos captados totalizaram R\$24,977 bilhões, sendo: 24,8% em depósitos a prazo e interfinanceiros junto a investidores institucionais, instituições financeiras, pessoas físicas e jurídicas, incluindo depósitos a prazo com garantias especiais (DPGE); 3,2% através de FIDC's (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) líquidos de cotas subordinadas detidas pelo Banco; 61,5% via cessões de créditos realizadas em parcerias celebradas com outros bancos e 9,9% através de captações externas.

O BMG manteve centralizado, com aperfeiçoamento, todo o processo de gerenciamento de risco em uma única diretoria especializada, com uma visão global e integrada dos diversos riscos a que está exposta a organização.

Os resultados obtidos ao longo do semestre devem ser atribuídos à dedicação da nossa equipe de executivos, funcionários e ao apoio e confiança depositados pelos nossos clientes, fornecedores e acionistas. Endereçamos a todos os nossos agradecimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2011

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco BMG, instituído pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2007, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, avaliar sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, bem como pela apreciação da conformidade das suas operações e negócios com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da sociedade, a supervisão das atividades da auditoria interna e de Compliance e o monitoramento da auditoria externa. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração, das fontes acima citadas, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Exercidas no Período

O Comitê de Auditoria realizou no primeiro semestre de 2011, 07 (sete) reuniões, contando com a participação da Auditoria Interna e Externa, Diretoria e demais áreas do BMG. Todas as reuniões constavam no seu programa de trabalho para o período.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

No primeiro semestre de 2011 o BMG continuou com o aprimoramento das políticas institucionais e fortalecimento do processo de governança corporativa, tendo avançado no aperfeiçoamento do processo de gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, buscando aperfeiçoá-los com a aquisição de sistemas adequados.

O Comitê de Auditoria avalia de forma positiva a efetividade dos Controles Internos do BMG, entendendo que esforços vem sendo feitos, com o engajamento da administração no sentido de adequá-los ao porte e complexidade operacionais da organização.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria recebeu todos os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o nível de independência da área.

Dentre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios do Conglomerado Financeiro BMG.

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2011.

Ernani Leite Vitorello
Eduardo Dominicale
Márcio Alaôr de Araújo
Paulo Augusto de Andrade

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representem de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento das principais conclusões dos trabalhos realizados e análise do respectivo parecer. O Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos foram adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração com data base de 30.06.2011 tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, constatando-se que as mesmas encontram-se alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, com fidedignidade, a situação econômica e financeira da instituição.

Conclusões

O Comitê de Auditoria não recebeu nesse período registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade do Conglomerado Financeiro BMG ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Financeiro BMG relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BMG S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as práticas de consolidação adotadas pelo Banco Central do Brasil para o Conglomerado Financeiro, do Banco BMG S.A. e suas controladas ("Conglomerado Financeiro") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2.1, no primeiro semestre de 2011, o Banco BMG alterou a prática contábil relacionada com o reconhecimento da despesa de comissões sobre operações de crédito refinanciadas, tendo reconhecido o ajuste de R\$81.512 mil, líquido dos efeitos fiscais, contra o resultado do referido semestre ao invés de fazê-lo retrospectivamente, ajustando as cifras comparativas. Não foi praticável nas circunstâncias apurar o montante da despesa que deveria ter afetado as informações financeiras de 2010 e períodos anteriores. Dessa forma o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 está a maior em R\$81.512 mil, assim como a comparabilidade com as cifras do ano anterior está afetada.

Conclusão com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos, decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMG S.A. ("Banco") e do Banco BMG S.A. e suas controladas ("Conglomerado Financeiro") em 31 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado do Banco BMG S.A. ("Banco") e do Banco BMG S.A. e suas controladas ("Conglomerado Financeiro"), cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pelo Banco, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP 197007/O-2 "S" MG



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
ATIVO				
Ativo circulante	5.884.684	5.449.394	5.828.416	5.400.404
Disponibilidades	2.582	69.443	1.761	68.323
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	837.699	1.111.583	837.699	1.147.827
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	4.504	165.303	4.504	165.303
Relações interfinanceiras	41.946	22.092	41.946	22.092
Operações de crédito (Nota 6)	3.959.545	3.155.967	3.959.545	3.155.967
Setor público	182.055	196.428	182.055	196.428
Setor privado	4.116.045	3.299.247	4.116.045	3.299.247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(338.555)	(339.708)	(338.555)	(339.708)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	49.982	75.898		
Arrendamentos a receber - Setor privado	57.054	88.114		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(7.072)	(12.216)		
Outros créditos (Nota 7)	451.910	536.924	448.165	533.834
Outros valores e bens (Nota 8)	536.516	312.184	534.796	307.058
Bens não de uso próprio	15.261	29.031	14.543	26.688
Despesas antecipadas	521.255	283.153	520.253	280.370
Não circulante	6.342.648	5.413.463	6.329.402	5.370.315
Realizável a longo prazo	6.263.516	5.345.199	6.155.045	5.209.464
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	206.662		206.662	13.899
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	412.251	623.641	407.115	619.017
Operações de crédito (Nota 6)	4.670.885	3.934.186	4.670.885	3.934.186
Setor privado	4.811.013	4.052.800	4.811.013	4.052.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(140.128)	(118.614)	(140.128)	(118.614)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	31.107	73.017		
Arrendamentos a receber - Setor privado	34.002	80.878		
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.895)	(7.861)		
Outros créditos (Nota 7)	683.638	584.745	611.839	513.937
Outros valores e bens (Nota 8)	258.973	129.610	258.544	128.425
Despesas antecipadas	258.973	129.610	258.544	128.425
Investimentos (Nota 9)	19.132	9.250	114.357	101.837
Participações em coligada e controladas:				
No exterior	5.222	6.026	797	1.098
No país	10.686		110.336	97.515
Outros investimentos	3.224	3.224	3.224	3.224
Imobilizado de uso (Nota 10)	33.093	26.674	33.093	26.674
Imóveis de uso	16.168	16.169	16.168	16.169
Outras imobilizações de uso	51.031	39.138	51.031	39.138
Depreciação acumulada	(34.106)	(28.633)	(34.106)	(28.633)
Diferido	26.907	32.340	26.907	32.340
Total do Ativo	12.227.332	10.862.857	12.157.818	10.770.719



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(continuação)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo circulante	3.792.994	4.509.746	3.766.443	4.486.382
Depósitos (Nota 11)	2.779.780	2.084.604	2.781.029	2.087.029
Depósitos à vista	186.263	94.802	187.512	97.227
Depósitos interfinanceiros	228.351	88.862	228.351	88.862
Depósitos a prazo	2.365.166	1.900.940	2.365.166	1.900.940
Captações no mercado aberto-Carteira de terceiros	237	99.543	237	99.543
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	66.111	399.279	66.111	399.279
Obrigações por títulos e valores mobiliários – No exterior	66.111	399.279	66.111	399.279
Relações interfinanceiras	3.474	18.729	3.474	18.729
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	53.605	73.004	41.500	55.607
Obrigações por repasses – Finame	53.605	73.004	41.500	55.607
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	195.798	118.667	195.798	118.667
Outras obrigações	693.989	1.715.920	678.294	1.707.528
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8.944	10.131	8.944	10.131
Sociais e estatutárias	3.280	27.337	3.280	27.337
Fiscais e previdenciárias (Nota 14 a)	44.655	239.234	30.963	232.993
Negociação e intermediação de valores		496		496
Diversas (Nota 14 b)	637.110	1.438.722	635.107	1.436.571
Não circulante – Exigível a longo prazo	6.295.711	4.194.085	6.252.807	4.125.370
Depósitos (Nota 11)	3.603.852	2.772.825	3.611.074	2.772.825
Depósitos interfinanceiros			7.222	
Depósitos a prazo	3.603.852	2.772.825	3.603.852	2.772.825
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	1.579.517	542.355	1.579.517	542.355
Obrigações por títulos e valores mobiliários – No exterior	1.579.517	542.355	1.579.517	542.355
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	74.980	129.639	64.051	107.027
Obrigações por repasses – Finame	74.980	129.639	64.051	107.027
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	60.900	84.416	60.900	84.416
Outras obrigações	976.462	664.850	937.265	618.747
Fiscais e previdenciárias (Nota 14 a)	62.931	78.023	32.101	39.810
Diversas (Nota 14 b)	913.531	586.827	905.164	578.937
Participação de acionistas não controladores	59	59		
Patrimônio líquido (Nota 16)	2.138.568	2.158.967	2.138.568	2.158.967
Capital social - De domiciliados no país	1.399.775	1.399.775	1.399.775	1.399.775
Reservas de lucros	738.283	758.676	738.283	758.676
Ajuste de avaliação patrimonial – Títulos disponíveis para venda	510	516	510	516
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	12.227.332	10.862.857	12.157.818	10.770.719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Receitas da intermediação financeira	1.150.208	1.977.539	1.146.509	1.980.855
Operações de crédito (Nota 17 a)	1.271.714	1.833.269	1.271.714	1.833.269
Operações de arrendamento mercantil (Nota 17 a)	3.771	(724)		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 17 b)	96.657	143.301	96.729	145.826
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 17 c)	(221.934)	1.693	(221.934)	1.760
Despesas da intermediação financeira	(556.600)	(612.047)	(560.650)	(622.388)
Captação no mercado (Nota 17 d)	(331.504)	(376.769)	(331.522)	(376.814)
Operações de empréstimos e repasses	(5.679)	(5.722)	(4.858)	(4.270)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(219.417)	(229.556)	(224.270)	(241.304)
Resultado bruto da intermediação financeira	593.608	1.365.492	585.859	1.358.467
Outras receitas (despesas) operacionais	(538.999)	(790.653)	(533.478)	(782.603)
Receitas de prestação de serviços (Nota 18)	25.845	24.100	25.845	24.100
Resultado de participações em coligada e controladas	(1.233)		1.246	2.893
Despesas de pessoal (Nota 19 a)	(35.749)	(31.227)	(35.177)	(30.610)
Outras despesas administrativas (Nota 19 b)	(435.099)	(701.300)	(433.630)	(698.921)
Despesas tributárias (Nota 20)	(8.458)	(13.434)	(8.202)	(13.123)
Outras receitas operacionais (Nota 21)	16.008	8.753	15.610	8.362
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(100.313)	(77.545)	(99.170)	(75.304)
Resultado operacional	54.609	574.839	52.381	575.864
Resultado não operacional	198	(3.519)	(57)	(5.410)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	54.807	571.320	52.324	570.454
Imposto de renda (Nota 22 d)	(13.770)	(121.817)	(12.450)	(121.342)
Contribuição social (Nota 22 d)	(7.063)	(73.764)	(6.264)	(73.375)
Participações estatutárias no lucro	(12.235)	(23.705)	(11.873)	(23.705)
Lucro líquido antes da participação dos acionistas não controladores	21.739	352.034	21.737	352.032
Participação dos não controladores nas controladas consolidadas	(2)	(2)		
Lucro líquido dos semestres	21.737	352.032	21.737	352.032
Lucro líquido por ação - R\$			1.510,24	24.458,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Incertivos Fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.399.775	132.815	630.520	7.047	420		2.170.577
Ajustes de avaliação patrimonial – Títulos disponíveis para venda					96		96
Pagamento de dividendos (R\$21.242,13 por lote de mil ações)			(305.738)			352.032	(305.738)
Lucro líquido do semestre:							352.032
Destinação do lucro líquido:							
Juros sobre capital próprio (R\$4.029,74 por lote de mil ações)		17.602	276.430			(58.000)	(58.000)
Constituição de reservas						(294.032)	(294.032)
Saldos em 30 de junho de 2010	1.399.775	150.417	601.212	7.047	516		2.158.967
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.399.775	163.101	766.519	7.047	503		2.336.945
Ajustes de avaliação patrimonial – Títulos disponíveis para venda					7		7
Reversão de juros sobre capital próprio			2.230			2.230	2.230
Reversão de dividendos			2.266			2.266	2.266
Reversão de Grupamento de ações prescritas			6.110			6.110	6.110
Distribuição de lucros (R\$10.739,73 por lote de mil ações)			(154.577)			(154.577)	(154.577)
Pagamento de dividendos (R\$5.280,77 por lote de mil ações)			(76.150)			(76.150)	(76.150)
Lucro líquido do semestre:							
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas		1.087	20.650			21.737	21.737
						(21.737)	
Saldos em 30 de junho de 2011	1.399.775	164.188	567.048	7.047	510		2.138.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos abaixo a Demonstração do fluxo de caixa elaborada pelo Método Indireto.

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das Atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos e participações	54.807	571.320	52.324	570.454
Ajuste ao lucro líquido				
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	35.612	(78.737)	35.612	(78.737)
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	220.014	229.556	224.270	241.304
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.233		(1.246)	(2.893)
Depreciações e amortizações	6.434	5.986	6.434	5.986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.972	15.234	840	16.098
Lucro líquido ajustado	320.072	743.359	318.234	752.212
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	7	96	7	96
Participações estatutárias no lucro	(12.235)	(23.705)	(11.873)	(23.705)
Variação de Ativos e Obrigações				
Redução (Aumento) em Depósitos no exterior	1.522	(559)	1.459	447
Redução (Aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	(154.819)	(16.351)	(135.582)	12.222
Redução de Títulos e valores mobiliários	199.331	45.596	199.600	45.787
(Aumento) em TVM - Ajuste de mercado - Disponível venda	(1)	(1)	(1)	(1)
Redução de Relações interfinanceiras	28.284	2.568	28.285	2.568
(Aumento) em Operações de crédito	(1.234.114)	(1.436.521)	(1.234.114)	(1.436.521)
Redução em Operações de arrendamento mercantil	34.001	31.602		
Redução (Aumento) de Outros créditos	94.368	(7.980)	87.702	(5.115)
Redução (Aumento) de Outros valores e bens	(302.095)	45.149	(303.117)	42.680
Aumento de Depósitos	1.144.893	940.199	1.150.821	941.080
(Redução) de Captações no mercado aberto	(32.578)	(31.282)	(32.578)	(31.282)
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses	(37.170)	25.297	(28.722)	18.711
Aumento de Relações interfinanceiras	2.367	17.795	2.367	17.795
(Redução) Aumento de Instrumentos financeiros derivativos	6.002	(18.419)	6.002	(18.419)
Aumento (Redução) de Outras obrigações	(834.361)	971.219	(827.461)	970.409
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.805)	(210.815)	(19.554)	(210.815)
Juros sobre o capital próprio Dividendos pagos	(220.121)	(363.738)	(220.121)	(363.738)
Participação dos acionistas não controladores	(2)	(2)		
Caixa líquido proveniente de (aplicado) em atividades operacionais	(1.019.454)	713.507	(1.018.646)	714.411
Fluxo de caixa das Atividades de investimentos				
Alienação de Bens não de uso próprio	4.119	13.901	3.326	12.838
Alienação de Imobilizado de uso	411	910	411	910
Alienação de investimentos	352	(202)		
Aquisição de Bens não de uso próprio	(2.499)	(5.694)	(2.177)	(4.494)
Aquisição de Imobilizado de uso	(7.543)	(3.765)	(7.543)	(3.765)
Aumento de capital da subsidiária	(8.991)		(8.991)	(1.038)
Caixa líquido (aplicado) proveniente de atividades de investimentos	(14.151)	5.150	(14.974)	4.451



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(continuação)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das Atividades de financiamentos				
(Redução) aumento de Recursos de aceites e emissão de títulos	728.958	(1.141.334)	728.958	(1.141.334)
(Redução) aumento de Instrumentos financeiros derivativos	6.002	(146.207)	6.002	(146.207)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	734.960	(1.287.541)	734.960	(1.287.541)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(298.645)	(568.884)	(298.660)	(568.679)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	899.067	1.480.594	899.056	1.480.366
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	600.422	911.710	600.396	911.687
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(298.645)	(568.884)	(298.660)	(568.679)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
1 – Receitas	972.644	1.780.836	963.694	1.772.013
1.1 Intermediação financeira	1.150.208	1.977.539	1.146.509	1.980.855
1.2 Prestação de serviços	25.845	24.100	25.845	24.100
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(219.417)	(229.556)	(224.270)	(241.304)
1.4 Outras receitas operacionais	16.008	8.753	15.610	8.362
2 – Despesas da intermediação financeira	337.183	382.491	336.380	381.084
3 – Materiais e serviços adquiridos de terceiros	527.473	773.716	527.846	771.014
3.1 Materiais, energia e outros	125.462	119.090	127.012	99.560
3.2 Serviços de terceiros	282.588	580.544	281.564	578.573
3.3 Outras	119.423	74.082	119.270	92.881
3.3.1 Comunicação	10.570	12.254	10.569	12.254
3.3.2 Propaganda, promoções e publicidade	71.053	29.201	70.940	48.120
3.3.3 Processamento de dados	11.122	9.654	11.117	9.632
3.3.4 Serviços técnicos especializados	14.787	8.610	14.768	8.528
3.3.5 Taxas e emolumentos bancários	10.516	12.534	10.503	12.518
3.3.6 Transporte	1.375	1.829	1.373	1.829
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	107.988	624.629	99.468	619.915
5 – Depreciação e amortização	6.434	5.986	3.761	5.986
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	101.554	618.643	95.707	613.929
7 – Valor adicionado recebido em transferência	(1.233)		1.246	2.893
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(1.233)		1.246	2.893
8 – Valor adicionado a distribuir (6 +7)	100.321	618.643	96.953	616.822
9 – Distribuição do valor adicionado	100.321	618.643	96.953	616.822
9.1 <i>Pessoal, encargos e participações</i>	<i>47.984</i>	<i>54.932</i>	<i>47.050</i>	<i>54.315</i>
9.1.1 Remuneração direta	34.003	41.836	33.069	41.285
9.1.2 Benefícios	3.937	3.359	3.937	3.295
9.1.3 FGTS	10.044	9.737	10.044	9.735
9.2 <i>Impostos, contribuições e taxas</i>	<i>29.291</i>	<i>209.015</i>	<i>26.916</i>	<i>207.840</i>
9.2.1 Federais	27.699	207.329	25.324	206.307
9.2.2 Estaduais	203	181	203	181
9.2.3 Municipais	1.389	1.505	1.389	1.352
9.3 <i>Remuneração de capitais de terceiros</i>	<i>1.307</i>	<i>2.662</i>	<i>1.250</i>	<i>2.635</i>
9.3.1 Aluguéis	1.307	2.662	1.250	2.635
9.4 <i>Remuneração de capitais próprios</i>	<i>21.739</i>	<i>352.034</i>	<i>21.737</i>	<i>352.032</i>
9.4.1 Juros sobre capital próprio / dividendos		58.000		58.000
9.4.2 Lucros retidos nos semestres	21.737	294.032	21.737	294.032
9.4.3 Participação dos não controladores nos lucros retidos	2	2		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN),

CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa
CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas
CPC 10 – Pagamento baseado em ações
CPC 24 – Eventos subsequentes
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, o Banco BMG finalizou o processo de revisão e conciliação das bases de operações de crédito refinanciadas em conexão com a elaboração das demonstrações financeiras em IFRS em 31 de dezembro de 2010.

É prática do segmento de operações consignadas, a realização de refinanciamento de operações de crédito, as quais são geradas através de correspondentes. Durante o referido processo de conciliação foram identificadas comissões pagas sobre parcelas de contratos refinanciados que foram contabilizadas como despesas imediatamente no resultado do exercício. Considerando que os ativos (operações de crédito) correspondentes ainda continuam gerando receitas proporcionalmente, o Banco entende que essas comissões integram o custo efetivo da operação e, dessa forma, como essa prática não conflita com as normas do plano de contas COSIF, deveriam ser ativadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do contrato e, dessa forma, alterou sua prática contábil com relação ao reconhecimento dessas comissões. Neste contexto, o ajuste identificado, líquido dos efeitos fiscais, de R\$ 81.512 mil foi registrado integralmente no resultado do primeiro trimestre de 2011, em contrapartida da conta do ativo de "Comissão sobre Operações de Crédito", no grupo de Despesas Antecipadas.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 26/08/2011.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do BMG. As operações da subsidiária no exterior é, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(c) Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e saldos em bancos	1.665	1.257	1.639	1.234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	598.757	910.453	598.757	910.453
Total	600.422	911.710	600.396	911.687

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99

Conforme definido no Cosif as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro-rata" ao resultado do exercício.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(h) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Refere-se à comissão sobre operações de crédito e correspondentes, além de comissão sobre captação de títulos e valores mobiliários no exterior, os quais estão de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência, e serão apropriados ao resultado pelo prazo de vigência dos contratos a que estão atrelados.

Os pagamentos antecipados correspondem à parcela já paga pelos direitos por serviços a serem recebidos, ou pelo uso futuro de bens ou recursos financeiros de terceiros.

(j) Investimentos

Os investimentos em controladas, com mais de 50% de participação ou que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentuais de participações na Nota 9). As controladas financeiras são consolidadas no Conglomerado Financeiro, com base nos critérios do BACEN.

(k) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por imparidade (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(l) Ativo diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação até 2008, deduzidos da amortização acumulada e da provisão para perdas por imparidade (*impairment*), quando aplicável.

(m) Redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*)

A redução do valor recuperável ("*impairment*") dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, e o processo é revisto no mínimo anualmente. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2011 e de 2010 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

A Administração revisa o valor contábil dos ativos, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Instituição, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e medir a potencial perda no valor recuperável.

Para averiguar a presença de "*impairment*" foram observados que os ativos não apresentaram obsolescência evidente e ou danos físicos e ainda desempenho econômico menor que a expectativa indicada.

Levou em consideração também à comparação do valor contábil estabelecido no Balanço Patrimonial com valor líquido provável de venda disponível no mercado ativo. Foi apontado o valor de venda como o maior valor entre os dois valores, o que não indicou uma perda de valor econômico. Sendo assim, a situação não mostrou à necessidade de reconhecimento contábil do "*impairment*".

(n) Passivos circulante e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa pelas respectivas alíquotas.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

(o) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão destes valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do trimestre. Em 30 de junho de 2011, a taxa de câmbio aplicável era: US\$1,00 = R\$1,5611 (2010 – R\$ 1,8015). As transações em moeda estrangeira no resultado foram convertidas pela cotação na data da transação (taxa spot).

(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535 do CMN e na Deliberação CVM nº 489/05 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON nº 02/06, da seguinte forma:

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota nº 15);

Passivos Contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos Tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (nota nº 15); e

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (nota nº 15).

(q) Princípios de consolidação - Conglomerado financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do consolidado do Conglomerado Financeiro. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. Essas demonstrações financeiras incluem o Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd. e a controlada BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

O conglomerado financeiro de acordo com as regras de consolidação do BACEN não incluiu a consolidação dos fundos de investimentos em direitos creditórios conforme nota explicativa nº 5 (c) (iii). Para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as operações de arrendamento mercantil foram classificadas pelo método financeiro, registradas pelo valor presente das contraprestações futuras com o valor residual antecipado recebido apresentado como redutor do arrendamento mercantil a receber.

As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., são originalmente preparadas em moeda local (US\$) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial dos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 das empresas que compõem o Conglomerado financeiro:

BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Banco BMG S.A.	BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	BMG Bank (Cayman) Ltd.	Eliminações	Conglomerado financeiro	
					2011	2010
Ativo circulante	5.828.416	56.940	797		5.884.684	5.449.394
Disponibilidades	1.761	1.273	797	(1.469)	2.582	69.443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	837.699			(1.249)	837.699	1.111.583
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.504				4.504	165.303
Relações interfinanceiras	41.946				41.946	22.092
Operações de crédito	3.959.545				3.959.545	3.155.967
Operações de arrendamento mercantil		49.982			49.982	75.898
Outros créditos	448.165	3.965		(220)	451.910	536.924
Outros valores e bens	534.796	1.720			536.516	312.184
Não circulante	6.329.402	120.915		(107.669)	6.342.648	5.413.463
Realizável a longo prazo	6.155.045	115.693		(7.222)	6.263.516	5.345.199
Aplicações interfinanceiras de liquidez	206.662	7.222		(7.222)	206.662	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiro derivativos	407.115	5.136			412.251	623.641
Operações de crédito	4.670.885				4.670.885	3.934.186
Operações de arrendamento mercantil		31.107			31.107	73.017
Outros créditos	611.839	71.799			683.638	584.745
Outros valores e bens	258.544	429			258.973	129.610
Investimentos, imobilizado, diferido e intangível	174.357	5.222		(100.447)	79.132	68.264
Total do Ativo	12.157.818	177.855	797	(109.138)	12.227.332	10.862.857
Passivo circulante	3.766.443	28.020		(1.469)	3.792.994	4.509.746
Depósitos	2.781.029			(1.249)	2.779.780	2.084.604
Captações no mercado aberto	237				237	99.543
Recursos de aceites e emissão de títulos	66.111				66.111	399.279
Relações interfinanceiras	3.474				3.474	18.729
Obrigações por empréstimos e repasses	41.500				53.605	73.004
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	195.798	12.105			195.798	118.667
Outras obrigações	678.294	15.915		(220)	693.989	1.715.920
Não circulante - Exigível a longo prazo	6.252.807	50.126		(7.222)	6.295.711	4.194.085
Depósitos	3.611.074			(7.222)	3.603.852	2.772.825
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.579.517				1.579.517	542.355
Obrigações por empréstimos e repasses	64.051	10.929			74.980	129.639
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	60.900				60.900	84.416
Outras obrigações	937.265	39.197			976.462	664.850
Participação de acionistas não controladores				59	59	59
Patrimônio líquido	2.138.568	99.709	797	(100.506)	2.138.568	2.158.967
Total do Passivo e Patrimônio líquido	12.157.818	177.855	797	(109.138)	12.227.332	10.862.857

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização

Conforme Resolução CMN nº 3.490/07 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	30.06.2011	30.06.2010
Patrimônio de referência nível I	2.126.706	2.141.519
– Patrimônio líquido	2.138.628	2.159.025
– Redução dos ativos permanente diferido	11.898	17.478
– Redução dos ganhos/perdas de ajuste a marcação a mercado	24	28
Patrimônio de referência nível II	858.189	540.238
– Dívidas subordinadas	858.165	540.210
– Adição dos ganhos/perdas de ajuste a marcação a mercado	24	28
Patrimônio de referência – PR (a) (nível I + nível II)	2.984.895	2.681.757
Patrimônio de referência exigido – PRE (b)	2.458.209	2.124.940
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	2.275.032	1.910.492
– Risco de mercado	152.508	195.154
– Risco operacional	30.669	19.294
Margem de alocação de capital (a – b)	526.686	556.817
Ativo ponderado pelo risco (d)	22.347.352	19.317.636
Índice de solvabilidade (a / d)	13,36%	13,88%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificados na carteira de negociação conf. Resolução nº 3.464 do BACEN – Parcela RBAN (c)	264.370	124.688
Índice de imobilização	2,31%	1,97%
Folga de imobilização	1.423.239	1.287.890

Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), o Banco Central do Brasil publicou as Circulares nºs 3.360 a 3.366, 3.368, 3.383, 3.388 e 3.389, que definem as metodologias das parcelas de Capital necessárias para os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, respectivamente, bem como a Resolução nº 3.444, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais.

O Banco efetuou operações de emissão de “Instrumentos de Dívida Subordinada – Notes” no valor de US\$550.000 e em consonância com a Resolução nº 3.444/07, esses instrumentos são utilizados integralmente para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência. (Vide nota explicativa 14 (c)).

(*) A Resolução nº 3.825/09 do CMN, revogou a partir de abril de 2010 a Resolução nº 3.674/07 do CMN que permitia a adição integral da provisão adicional para devedores duvidosos na apuração do patrimônio de referência.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	319.994	880.452	319.994	880.452
Letras do Tesouro Nacional - LTN	148.763		148.763	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	130.000	30.001	130.000	30.001
Posição financiada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	237	99.543	237	99.543
Sub-total	598.994	1.009.996	598.994	1.009.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
CDI Rural	25.386	21.429	25.386	21.429
Aplicações em depósitos interfinanceiros	419.981	80.158	419.981	130.301
Total	1.044.361	1.111.583	1.044.361	1.161.726
Circulante	837.699	1.111.583	837.699	1.147.827
Não-Circulante	206.662		206.662	13.899



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como seguem:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Títulos de renda fixa				
<u>Livres</u>				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	97.958	101.299	92.822	96.675
Títulos Privados				
- Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	164.426	359.155	164.426	359.155
- Cotas de fundos de investimento em participações	50.485	51.278	50.485	51.278
<u>Vinculados a prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	95.391	262.187	95.391	262.187
<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>				
Títulos Privados				
- Swap a receber	8.495	15.025	8.495	15.025
Total	416.755	788.944	411.619	784.320
Circulante	4.504	165.303	4.504	165.303
Não-Circulante	412.251	623.641	407.115	619.017

Em 30 de junho de 2011, as operações com instrumentos financeiros derivativos apresentam também R\$256.698 (Conglomerado financeiro e Banco) de diferencial a pagar de operações de "swap" (2010 – R\$203.083 – Conglomerado financeiro e Banco), conforme notas explicativas nº 5(d) e 25.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Descrição	Conglomerado financeiro				Banco			
	Valor pela curva - Custo amortizável		Valor contábil		Valor pela curva Custo amortizável		Valor contábil	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Títulos/Vencimentos								
Títulos disponíveis para venda								
- LFT	193.294	363.429	193.349	363.486	188.158	358.805	188.213	358.862
Acima de 360 dias	193.294	363.429	193.349	363.486	188.158	358.805	188.213	358.862
Títulos para negociação								
- Cotas de fundos de investimentos	50.485	51.278	50.485	51.278	50.485	51.278	50.485	51.278
Indeterminado	50.485	51.278	50.485	51.278	50.485	51.278	50.485	51.278
Títulos mantidos até o vencimento								
- Cotas de fundos de investimentos	164.426	359.155	164.426	359.155	164.426	359.155	164.426	359.155
De 181 a 360 dias	3.732	102.630	3.732	102.630	3.732	102.630	3.732	102.630
Acima de 360 dias	150.995	256.525	150.995	256.525	150.995	256.525	150.995	256.525
Indeterminado	9.699		9.699		9.699		9.699	
Instrumentos financeiros derivativos								
- "Swap" – Diferencial a receber								
Até 30 dias			8.495	15.025			8.495	15.025
De 31 a 60 dias			90	5.618			90	5.618
De 61 a 90 dias			72	542			72	542
De 91 a 180 dias			63	498			63	498
De 181 a 360 dias			171	1.350			171	1.350
Acima 360 dias			376	3.387			376	3.387
			7.723	3.630			7.723	3.630
Total geral	408.205	773.862	416.755	788.944	403.069	769.238	411.619	784.320
Total contábil			416.755	788.944			411.619	784.320
Circulante			4.504	165.303			4.504	165.303
Não-Circulante			412.251	623.641			407.115	619.017



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Classificação dos títulos e valores mobiliários

(i) Títulos Disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) foram marcadas a mercado conforme cotação divulgada pela Anbima.

Conglomerado financeiro					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela Curva - Custo amortizável	Ajuste a valor justo refletido no Patrimônio	Valor contábil
Títulos públicos					
LFT	07.03.2013	7.715	36.621	(1)	36.620
LFT	07.03.2014	18.159	86.184	8	86.192
LFT	07.09.2014	245	1.163		1.163
LFT	07.03.2015	14.123	66.986	48	67.034
LFT	07.09.2015	493	2.340		2.340
Total – 2011			193.294	55	193.349
Total – 2010			363.429	57	363.486

Banco					
Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela Curva - Custo amortizável	Ajuste a valor justo refletido no Patrimônio	Valor contábil
Títulos públicos					
LFT	07.03.2013	7.715	36.621	(1)	36.620
LFT	07.03.2014	17.077	81.048	8	81.056
LFT	07.09.2014	245	1.163		1.163
LFT	07.03.2015	14.123	66.986	48	67.034
LFT	07.09.2015	493	2.340		2.340
Total – 2011			188.158	55	188.213
Total – 2010			358.805	57	358.862

(ii) Títulos para negociação

Em 30 de junho de 2011, as cotas de Fundos de Investimentos em Participações são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos.

Conglomerado financeiro e Banco		
Descrição	Valor pela curva - Custo amortizável	Valor contábil
Títulos privados		
Cotas de fundos de investimentos em participações	50.485	50.485
Total - 2011	50.485	50.485
Total - 2010	51.278	51.278



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

As cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC's) referem-se a cotas subordinadas de fundos lançados pela Instituição e demais Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC's) para os quais a Instituição realizou operações de cessão de crédito. As cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios referem-se a cotas seniores, e foram registradas pela cotação das mesmas informadas pelos administradores. O custo atualizado (acrescido dos rendimentos) para fins de divulgação dos títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento pode ser assim sumariado:

Conglomerado financeiro e Banco		
Descrição	Valor pela curva - Custo amortizável	Valor Contábil
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios – cotas subordinadas	154.727	154.727
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios – cotas seniores	9.699	9.699
Total – 2011	164.426	164.426
Total – 2010	359.155	359.155

Apresentamos abaixo os principais Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC's lançados pela Instituição para os quais as cotas subordinadas estão registradas em 30 de junho de 2011:

Denominação	Administradora	Data de constituição	Tipo de cessão	Prazo de duração
BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados Públicos VII	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	26/03/2008	Crédito consignado	10 anos, contados da primeira emissão.
BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII	BEM distribuidora de títulos e valores mobiliários Ltda	31/03/2010	Crédito consignado	20 anos, contados da primeira integralização

Além da sua participação através das cotas subordinadas, o Banco BMG realiza operações de cessão de créditos sem coobrigação para os Fundos, conforme detalhado na nota explicativa nº 6 (a).

O Banco BMG S.A. é responsável pela cobrança dos direitos creditórios cedidos aos Fundos, podendo utilizar-se de eventuais agentes cobradores subcontratados, cabendo-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Ademais, o Banco BMG S.A. foi contratado como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelos Fundos.

Os Fundos estão sujeitos aos riscos de flutuações de mercado, risco de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis aos direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira dos fundos.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Conglomerado financeiro e Banco			
Diferencial a receber (a pagar) líquida			
Descrição	Valor pela curva - Custo amortizável	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizadas
Swap – Pré x CDI	1.211	1.211	
Swap – CDI x IGP-M	(8.696)	(7.785)	911
Swap – Dólar x CDI	(275.605)	(244.316)	31.289
Swap – Outros	12.193	2.687	(9.506)
Total – 2011	(270.897)	(248.203)	22.694
Total – 2010	(281.008)	(188.058)	92.950

Conglomerado financeiro e Banco			
Valor referencial – Exposição líquida			
Descrição	Valor pela curva – Custo amortizável	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizadas
Ajuste a receber “Swap”			
Pré	58.805	58.805	
CDI	155.813	155.813	
Dólar	2.756.104	2.787.392	31.288
Outros	555.509	546.004	(9.505)
Ativo	3.526.231	3.548.014	21.783
Ajuste a pagar “Swap”			
CDI	(3.632.620)	(3.632.620)	
Outros	(164.508)	(163.597)	911
Passivo	(3.797.128)	(3.796.217)	911
Total – 2011	(270.897)	(248.203)	22.694
Total – 2010	(281.008)	(188.058)	92.950

As operações de swap foram marcadas a mercado pelas cotações da BM&F.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Os valores contabilizados como ajuste a mercado podem ser demonstrados da seguinte forma:

Conglomerado financeiro e Banco			
	Títulos e valores mobiliários	Instrumentos financeiros derivativos	Total
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2009	(38)	14.213	14.175
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2010		78.737	78.737
Ajuste no P. líquido do semestre findo em 30.06.2010	95		95
Total do ajuste no semestre findo em 30.06.2010	57	92.950	93.007
Total do ajuste no exercício findo em 31.12.2010	45	58.306	58.351
Ajuste no resultado do semestre findo em 30.06.2011		(35.612)	(35.612)
Ajuste no P. líquido do semestre findo em 30.06.2011	10		10
Total do ajuste no semestre findo em 30.06.2011	55	22.694	22.749

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Cessões de crédito

O Banco BMG S.A., de acordo com as Resoluções nºs 3.627, 3.673, 3.809 e 3.895 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN até 1º de janeiro de 2012, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008 será obrigatória, optou por manter durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 2.568 de 4 de maio de 1995 do Conselho Monetário Nacional - CMN, adotadas uniformemente até 31 de dezembro de 2011.

(i) Instituições financeiras e fundos de recebíveis

No semestre findo em 30 de junho de 2011 foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com fundos de recebíveis no montante de R\$3.416.470 (2010 - R\$6.426.625) sendo R\$2.811.279 com coobrigação (2010 - R\$5.917.845) e R\$605.191 sem coobrigação (2010 - R\$508.780), que nas datas de suas realizações totalizavam R\$2.518.945 e R\$539.326, respectivamente (2010 - R\$4.945.019 e R\$458.251, respectivamente). O lucro das cessões foi registrado na rubrica "Receitas da Intermediação Financeira – Operação de crédito" no montante de R\$358.199 (2010 - R\$1.023.355). Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos de crédito pessoal consignado e financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até agosto de 2017.

O saldo em 30 de junho de 2011 dos contratos cedidos é de R\$15.297.039 para as cessões de crédito com coobrigação e R\$997.728 para as cessões de crédito sem coobrigação (2010 – R\$13.270.848 e R\$968.918, respectivamente). Avaliados a valor presente à taxa de cessão.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Crédito pessoal consignado:			
Com coobrigação	2.811.279	2.518.945	292.334
Sem coobrigação	605.191	539.326	65.865
Total – 2011	3.416.470	3.058.271	358.199
Total – 2010	6.426.625	5.403.270	1.023.355

O BMG possui limites e acordos operacionais para realização de cessões de crédito com o Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Cetelem, Itaú e Santander. Além de estruturação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs)

Adicionalmente, são realizadas cessões pontuais com outras instituições financeiras.

(b) Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e recuperação de créditos

Os dados relativos a Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Saldo no início	444.678	484.837	429.034	452.286
Constituição / reversão de provisão	226.077	221.025	231.401	232.743
Efeito no resultado	226.077	221.025	231.401	232.743
Créditos de liquidação duvidosa				
baixados a débito de provisão	(182.105)	(227.463)	(181.752)	(226.707)
Saldo no fim do período	488.650	478.399	478.683	458.322
Créditos recuperados	57.158	46.343	55.882	45.498
Total efeito no resultado	168.919	174.682	175.519	187.245



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Classificação por produto

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Crédito pessoal	22.188.291	19.550.557	22.188.292	19.550.557
Empréstimos pessoas físicas	803	5.670	803	5.670
CDC – Veículos	255.068	766.936	255.068	766.936
Carteira comercial	1.961.989	1.465.078	1.961.989	1.465.078
Arrendamento mercantil	91.057	168.992		
Sub-Total	24.497.208	21.957.233	24.406.152	21.788.241
Cessão de Crédito	(15.297.039)	(14.239.766)	(15.297.039)	(14.239.766)
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.200.169	7.717.467	9.109.113	7.548.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(488.650)	(478.399)	(478.683)	(458.322)
Total	8.711.519	7.239.068	8.630.430	7.090.153
Circulante	4.009.527	3.231.865	3.959.545	3.155.967
Não-Circulante	4.701.992	4.007.203	4.670.885	3.934.186

(d) Classificação por setor de atividade

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Setor privado:				
Indústria	100.421	75.517	96.567	70.790
Comércio	30.496	28.525	28.410	22.964
Intermediários financeiros	21.246	67.589	21.246	67.589
Outros serviços	1.820.504	1.294.930	1.771.275	1.211.918
Pessoas físicas	11.728.290	9.718.014	11.692.403	9.642.322
(-) Rendas a apropriar	(4.682.843)	(3.663.536)	(4.682.843)	(3.663.536)
Subtotal	9.018.114	7.521.039	8.927.058	7.352.047
Setor público:				
Administração direta municipal	182.055	196.428	182.055	196.428
Subtotal	182.055	196.428	182.055	196.428
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.200.169	7.717.467	9.109.113	7.548.475



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Composição da carteira de crédito por produto e seus respectivos vencimentos (Conglomerado financeiro):

Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Empréstimos	Carteira Comercial	Arrendamento Mercantil	Total
A vencer até 30 dias	855.324	17.057	149	216.884	5.530	1.094.944
A vencer de 31 a 60 dias	193.358	15.026	106	193.805	5.074	407.369
A vencer de 61 a 90 dias	186.261	14.183	77	110.547	4.970	316.038
A vencer de 91 a 180 dias	531.454	37.402	89	318.239	13.582	900.766
A vencer de 181 a 360 dias	932.069	54.778	50	351.441	23.178	1.361.516
A vencer após 360 dias	4.008.565	87.122	32	715.293	34.003	4.845.015
Total de parcelas a vencer	6.707.031	225.568	503	1.906.209	86.337	8.925.648
Vencidas até 14 dias	6.450	4.163	52	11.138	802	22.605
Vencidas de 15 a 30 dias	31.510	3.396	28	21.629	722	57.285
Vencidas de 31 a 60 dias	23.166	4.889	50	8.740	864	37.709
Vencidas de 61 a 90 dias	19.278	3.763	39	2.121	680	25.881
Vencidas de 91 a 180 dias	15.372	2.851	30	615	406	19.274
Vencidas de 181 a 360 dias	88.446	10.438	101	11.536	1.246	111.767
Total de parcelas vencidas	184.222	29.500	300	55.779	4.720	274.521
Total da carteira – 2011	6.891.253	255.068	803	1.961.988	91.057	9.200.169
Total da carteira – 2010	5.529.893	548.157	5.347	1.465.078	168.992	7.717.467



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado financeiro

		2011			2010		
Nível	%	Provisão para risco de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos		Excesso de provisão para risco de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		Provisão para créditos de liquidação duvidosa
		Carteira	Provisão para risco de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos		Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
A	0,50	7.597.568	37.988	75.790	6.485.979	97.725	97.725
B	1,00	729.576	7.296	1.059	396.045	4.979	4.979
C	3,00	228.623	6.858	799	194.130	7.368	7.368
D	10,00	172.178	17.218	408	180.874	19.941	19.941
E	30,00	110.340	33.102	278	132.413	41.141	41.141
F	50,00	72.616	36.308	319	73.883	38.708	38.708
G	70,00	62.757	43.930	131	54.812	40.180	40.180
H	100,00	226.511	226.511	655	199.331	228.357	228.357
Total		9.200.169	409.211	79.439	7.717.467	478.399	478.399

Os excessos de provisão ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99 em 30 de junho de 2011, no montante de R\$79.439 (2010 – R\$103.733) referem-se, basicamente, a parcelas de contratos cedidos com coobrigação, nos quais sobre o montante da carteira cedida é aplicada a taxa de 0,5%. Sobre os contratos que tiveram recompra de parcelas, as parcelas vencidas assumem o *rating* pelo atraso destas parcelas recompradas.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii)	Banco	2011				2010			
		Nível	%	Carteira	Provisão para risco de crédito nos percentuais mínimos exigidos	Excesso de provisão para risco de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
		A	0,50	7.546.302	37.732	75.790	6.392.443	97.257	
		B	1,00	719.720	7.197	1.059	377.091	4.790	
		C	3,00	222.260	6.668	799	174.463	6.778	
		D	10,00	161.937	16.194	408	168.035	18.657	
		E	30,00	104.814	31.444	278	127.866	39.777	
		F	50,00	71.263	35.631	319	68.918	36.225	
		G	70,00	61.463	43.024	131	52.197	38.349	
		H	100,00	221.354	221.354	655	187.462	216.489	
		Total		9.109.113	399.244	79.439	7.548.475	458.322	

Os excessos de provisão ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99 em 30 de junho de 2011, no montante de R\$79.439 (2010 – R\$103.733) referem-se, basicamente, a parcelas de contratos cedidos com cobrança, nos quais sobre o montante da carteira cedida é aplicada a taxa de 0,5%. Sobre os contratos que tiveram recompra de parcelas, as parcelas vencidas assumem o *rating* pelo atraso destas parcelas recompradas.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(g) Em operação de captação em Certificados de Depósitos Bancários – CDB realizada com o Fundo Garantidor de Crédito – FGC no montante inicial de R\$729.940, foram oferecidas garantias lastreadas em contratos de operações de créditos de consignados e de cartão. Esses créditos estão registrados em sub-grupo de controle interno do saldo de “Operações de Créditos”.

No semestre findo em 30 de junho de 2011 os valores registrados como garantias compreendem o montante de R\$2.760.885 (2010 – R\$1.803.522).

7 OUTROS CRÉDITOS

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Créditos tributários	275.748	304.656	236.677	270.474
Devedores por depósitos em garantia	200.415	86.955	185.098	67.266
Impostos a compensar	32.260	86.558	23.090	77.867
Impostos a recuperar	197.714	186.055	187.778	176.592
Devedores diversos – País	269.512	287.006	268.779	286.516
Opções por incentivos fiscais	189	189	127	127
Outros	159.710	170.250	158.455	168.929
Total	1.135.548	1.121.669	1.060.004	1.047.771
Circulante	451.910	536.924	448.165	533.834
Não-Circulante	683.638	584.745	611.839	513.937

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos aspectos demonstrados na nota 22 (a).

(b) Os saldos de Devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal e tributária (vide nota 14) e outros valores dados em garantias. Em 09 de maio de 2011 o Banco celebrou contrato de cessão fiduciária sobre direitos de Ativos e Outras avenças, transferindo como garantia uma quantidade de 5.070,92 certificados de Ouro, representado montante de R\$96.709.

(c) O saldo de Impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

(d) Impostos a recuperar compreendem, substancialmente, os montantes registrados em decorrência de questionamento da constitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98, o qual teria operado indevida ampliação da base de cálculo do COFINS, cujo trânsito em julgado, publicado em 6 de abril de 2009, teve desfecho favorável ao Banco BMG S.A.

(e) O saldo de Devedores diversos – País refere-se principalmente a saldos de “Baixas sem financeiro”, valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados, no montante de R\$82.726 (2010 – R\$101.520), “Cessão de crédito para a Caixa Econômica Federal” no montante de R\$97.847 (2010 – R\$144.615), e “Cessão de crédito para o Bradesco” no montante de R\$8.053 (2010 – R\$18.322).



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(f) O saldo de Outros refere-se principalmente a desembolsos antecipados para pagamentos de comissões a correspondentes no montante de R\$151.283 (2010 – R\$164.622).

8 OUTROS VALORES E BENS

(a) Outros valores e bens

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Bens não de uso próprio (i)	14.512	27.262	13.794	24.919
(Provisões para desvalorização)	(60)	(60)	(60)	(60)
Material em estoque	809	1.829	809	1.829
Total – Circulante	15.261	29.031	14.543	26.688

(i) Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(b) Despesas antecipadas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Comissões sobre operações de crédito e correspondentes	713.593	368.544	712.162	364.594
Comissões sobre captação de títulos e valores mobiliários no exterior	57.581	32.596	57.581	32.596
Outros	9.054	11.623	9.054	11.605
Total	780.228	412.763	778.797	408.795
Circulante	521.255	283.153	520.253	280.370
Não-Circulante	258.973	129.610	258.544	128.425



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 INVESTIMENTOS

Participações em coligadas e controladas

						Conglomerado financeiro	
						2011	2010
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do semestre	Resultado de equivalência e variação cambial do semestre	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	4.335	4.325	3.460	3.468	
CB Intermediação de negócios Ltda.	4.509.000	90,00%	8.021	(6.884)	(6.196)	7.219	
(ii) Indiretas (Ramo não financeiro)							
Cinpar Holdings S.A.	3.238.638	47,07%	11.095	226	106	5.221	6.026
Total						15.908	6.026

						Banco	
						2011	2010
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do semestre	Resultado de equivalência e variação cambial do semestre	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo financeiro)							
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.417	100%	797	(8)	(8)	797	1.098
BMG Leasing S.A – Arrendamento Mercantil	52.851.928	99,94%	99.709	2.542	2.540	99.649	97.515
(ii) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	4.335	4.325	3.460	3.468	
CB Intermediação de negócios Ltda.	4.509.000	90,00%	8.021	(6.884)	(6.196)	7.219	
Total						111.133	98.613



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em julho de 1995, iniciaram-se as operações da filial do Banco BMG S.A. localizada em Grand Cayman, que foi transformada em subsidiária em 2001, com a denominação de BMG Bank (Cayman) Ltd.. A referida subsidiária adota o regime de competência para registro de suas receitas e despesas. As demonstrações financeiras do BMG Bank (Cayman) Ltd. são originalmente preparadas em moeda local, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. De acordo com as normas do BACEN, está registrada no grupo de investimentos e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, as sociedades investidas (banco e conglomerado financeiro) não apresentavam operações em aberto com coobrigações bem como não mantinham em aberto operações relacionadas a avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor de qualquer entidade. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a subsidiária BMG Bank (Cayman) Ltd. manteve operações com instrumentos financeiros derivativos, enquanto a controlada BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil não contratou instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

As demonstrações financeiras da investida (ramo não financeiro e indireta) foram revisadas por nossos auditores independentes em 30 de junho de 2011, na extensão julgada necessária, em conjunto com o exame das demonstrações financeiras da Instituição.

Em 25 de Agosto de 2010, foi constituída a empresa do ramo não financeiro, denominada CB Intermediação de Negócios LTDA. O capital social foi subscrito e integralizado no valor de R\$10, divididos em 10.000 quotas. O Banco BMG é detentor de 90% das quotas integralizadas. Em 31 de Maio de 2011 foi deliberado aumento de capital social de R\$5.010 para R\$15.000, com emissão de 9.990.000 de novas ações.

Em 03 de Novembro de 2010, foi constituída a empresa do ramo não financeiro, denominada ME Promotora de vendas Ltda. O capital social foi subscrito e integralizado no valor de R\$10 divididos em 10.000 quotas. O Banco BMG é detentor de 80% das quotas integralizadas.

O saldo patrimonial da investida indireta "Cinpar Holdings S.A." foi provisionado R\$5.222 em conta do passivo não-circulante em decorrência da expectativa de não realização do investimento.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 IMOBILIZADO DE USO		Conglomerado financeiro e Banco						
	Taxa anual (%)	30.06.2011			30.06.2010			Movimentações
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Saldo residual em 31.12.2010	Aquisições	
Imóveis de uso		16.168	(10.334)	5.834	6.340	6.088		
Terrenos		3.192		3.192	3.193	3.193		(253)
Edificações	4	12.976	(10.334)	2.642	3.147	2.895		(253)
Outras imobilizações de uso		51.031	(23.772)	27.259	20.334	23.634	7.543	(411)
Instalações	10	6.327	(1.870)	4.457	2.414	4.081	817	(166)
Móveis e equipamentos de uso	10	13.508	(5.014)	8.494	6.526	6.164	3.019	(633)
Sistema de comunicação	10	1.775	(1.287)	488	615	558		(71)
Sistema de processamento de dados	20	21.723	(12.664)	9.059	7.406	8.042	2.908	(1.891)
Sistema de transporte	20	7.698	(2.937)	4.761	3.373	4.789	799	(637)
Total imobilizado de uso		67.199	(34.106)	33.093	26.674	29.722	7.543	(3.761)



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 DEPÓSITOS

(a) Depósitos interfinanceiros

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Pós-fixados	228.351	88.862	235.573	88.862
Total	228.351	88.862	235.573	88.862
Circulante	228.351	88.862	228.351	88.862
Não-Circulante			7.222	

(b) Depósitos a prazo

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2011	2010
Pré-fixados	63.954	46.337
Pós-fixados	5.905.064	4.627.428
Total	5.969.018	4.673.765
Circulante	2.365.166	1.900.940
Não-Circulante	3.603.852	2.772.825

(c) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

	Conglomerado Financeiro					
	Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo (*)		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Até 30 dias	15.372		248.549	217.571	263.921	217.571
De 31 a 60 dias	2.197	44.282	507.619	213.562	509.816	257.844
De 61 a 90 dias	50.470	1.072	341.748	234.019	392.218	235.091
De 91 a 180 dias	41.523	33.312	487.848	415.245	529.371	448.557
De 181 a 360 dias	118.789	10.196	779.402	820.543	898.191	830.739
Após 360 dias			3.603.852	2.772.825	3.603.852	2.772.825
Total	228.351	88.862	5.969.018	4.673.765	6.197.369	4.762.627



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Banco					
	Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo (*)		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Até 30 dias	15.372		248.549	217.571	263.921	217.571
De 31 a 60 dias	2.197	44.282	507.619	213.562	509.816	257.844
De 61 a 90 dias	50.470	1.072	341.748	234.019	392.218	235.091
De 91 a 180 dias	41.523	33.312	487.848	415.245	529.371	448.557
De 181 a 360 dias	118.789	10.196	779.402	820.543	898.191	830.739
Após 360 dias	7.222		3.603.852	2.772.825	3.611.074	2.772.825
Total	235.573	88.862	5.969.018	4.673.765	6.204.591	4.762.627

(*) Do montante de R\$5.969.018 (2010 – R\$4.673.765) de depósitos a prazo, R\$2.025.958 (2010 – R\$1.424.607) tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução nº 3.692 do BACEN de 26 de março de 2009.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

(a) Captações no exterior

	Conglomerado financeiro e Banco	
	2011	2010
Programa de Short Term Notes / Medium Term Notes		
Em julho de 2005, extensão dos valores repactuados em julho de 2002, por 5 anos de US\$10.190, a 6,75% ao ano, com vencimento em julho de 2010 e juros semestrais		354
Em dezembro de 2005, de US\$300.000 mil a 9,15% ao ano, com vencimentos em janeiro de 2012, janeiro de 2013, janeiro de 2014, janeiro de 2015 e janeiro de 2016 e juros semestrais – principal e juros swapados	490.525	566.101
Em maio de 2008, de US\$200.000 mil, a 7,375% ao ano, com vencimento em maio de 2011 e juros semestrais		365.518
Em março de 2011, de US\$300.000 mil a 6,5% ao ano, com vencimento em março de 2014 e juros semestrais	478.328	
Em abril de 2011, de US\$300.000 mil a 8,0% ao ano, com vencimento em abril de 2018 e juros semestrais	477.006	
Em maio de 2011, de US\$36.000 mil a 2,5% ao ano + libor de 6 Meses, com vencimento em maio de 2013 e juros semestrais	56.433	
Em junho de 2011, de US\$50.000 mil a 5,5% ao ano, com Vencimento em junho de 2013 e juros semestrais	78.206	
Subordinated Notes (*)		
Juros semestrais a 9,95% ao ano de US\$300.000 mil em novembro de 2009, com vencimento em novembro de 2019	8.132	9.661
Juros semestrais a 8,875% ao ano de US\$250.000 mil em agosto de 2010, com vencimento em agosto de 2020	15.936	
Total	1.604.566	941.634
Circulante	66.111	399.279
Não-Circulante	1.538.455	542.355

Para emissão realizada em dezembro de 2005, no valor US\$300.000 mil, foi realizado operação de swap, com o objetivo de eliminar a exposição ao risco cambial. O valor swapado corresponde a R\$704.910, antes das amortizações.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações de swap foram realizadas em negociação associada, pelos mesmos prazos e com a mesma contraparte da operação de captação (instituição líder da operação de captação). O registro contábil das operações de swap foi realizado de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Circular nº 3.150 de 11 de setembro de 2002.

Os saldos incluem a provisão para imposto de renda, calculado a alíquota de 12,5% sobre os encargos.

(i) O Banco BMG efetuou em novembro de 2009, lançamento de títulos no exterior no montante de US\$300.000 mil, com prazo de vencimento em 10 anos. Os títulos estão registrados pelo valor de emissão, atualizados pela variação do dólar acrescido de juros à taxa de 9,95% a.a..

(ii) O Banco BMG efetuou em agosto de 2010, lançamento de títulos no exterior no montante de US\$250.000 mil, com prazo de vencimento em 10 anos. Os títulos estão registrados pelo valor de emissão atualizado pela variação do dólar acrescido de juros à taxa de 8,875% a.a..

Com o enquadramento da operação na categoria de dívida subordinada - capital de nível II, de acordo com a Resolução nº 2.837/01 (revogada pela Resolução nº 3.444/07), esses instrumentos são utilizados integralmente (*principal* - US\$550.000 mil), atualizados pela variação do dólar para efeito de cálculo do PR.

Dessa forma apenas o valor de principal foi reclassificado para Outras Obrigações – Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital permanecendo os juros em recursos de aceites e emissão de títulos (Vide nota nº 14 c).

(b) Obrigações por emissão de letras financeiras

Em setembro de 2010 e Abril de 2011 foi feita emissão de Letras financeiras, cujo vencimento ocorrerá até Abril de 2021.

Conglomerado financeiro e Banco	
	2011
Letras financeiras do Tesouro	41.062
Total	41.062
Não-circulante	41.062



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos ao vencimento das Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e obrigações por emissão de letras financeiras:

	Programa de Short Term Notes / Medium Term Notes		Interest Subordinated Notes		Letras Financeiras	Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2011	2010
Até 30 dias	22.435	26.245				22.435	26.245
De 31 a 60 dias			15.936			15.936	
De 61 a 90 dias	10.239					10.239	
De 91 a 180 dias	9.369	3.233	8.132	9.661		17.501	12.894
De 181 a 360 dias		360.140					360.140
Após 360 dias	1.538.455	542.355			41.062	1.579.517	542.355
Total	1.580.498	931.973	24.068	9.661	41.062	1.645.628	941.634

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - FINAME

Refere-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Até 30 dias	5.375	6.029	4.196	4.538
De 31 a 60 dias	4.936	5.872	3.770	4.360
De 61 a 90 dias	4.821	5.967	3.682	4.460
De 91 a 180 dias	13.724	18.341	10.507	13.816
De 181 a 360 dias	24.749	36.795	19.345	28.433
Após 360 dias	74.980	129.639	64.051	107.027
Total	128.585	202.643	105.551	162.634



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	32.991	219.450	19.610	213.522
Outros impostos e contribuições a recolher	11.656	19.784	11.353	19.471
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	26.457	37.979	146	10.742
Provisões para passivos contingentes (ii)	36.482	40.044	31.955	29.068
Total	107.586	317.257	63.064	272.803
Circulante	44.655	239.234	30.963	232.993
Não-Circulante	62.931	78.023	32.101	39.810

(i) A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a ajustes temporários contemplados no cálculo do lucro tributável, conforme demonstrado na nota nº 22.

(ii) Vide nota nº 15.

(b) Diversas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Provisões para pagamentos a pessoal	5.130	4.118	4.801	3.828
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	229.555	219.630	227.900	217.906
Credores diversos (ii)	402.260	1.214.548	402.022	1.214.201
Valores a pagar sociedades ligadas			220	209
Provisão para passivos contingentes (iii)	55.367	46.616	46.999	38.727
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	858.165	540.210	858.165	540.210
Outras	164	427	164	427
Total	1.550.641	2.025.549	1.540.271	2.015.508
Circulante	637.110	1.438.722	635.107	1.436.571
Não-Circulante	913.531	586.827	905.164	578.937

(i) O Saldo de Provisão para pagamentos a efetuar refere-se, basicamente, a provisão de comissão referente à aproximação de negócios.

(ii) O saldo de Credores diversos refere-se, substancialmente, a liquidação antecipada de contratos cedidos, registrados pelo valor presente da obrigação na data base.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) O saldo de Provisão para passivos contingentes refere-se a contingências relacionadas a causas de natureza cível e trabalhista.

(c) Dívidas Subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 05 de novembro de 2009 no montante de US\$300.000 mil, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologado pelo BACEN em 23 de fevereiro de 2010 e passou a elegível a capital nível II da Basileia. Desta forma, a referida captação foi classificada em recursos de aceites e emissão de títulos em novembro de 2009 e em "Outras Obrigações – Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital" em fevereiro de 2010.

Em 05 de Agosto de 2010 foi emitido novo título no mercado internacional "Subordinated Notes", no montante de US\$250.000 mil, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologado pelo BACEN em 30 de setembro de 2010 e passou a ser elegível a capital nível II da Basileia. Desta forma, a referida captação foi classificada em recursos de emissão de títulos em Agosto de 2010 e em "Outras Obrigações – Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital" em setembro de 2010.

A captação efetuada mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, é a seguinte:

Nome do papel	Valor da operação	Data de		Taxa a.a.	Saldo de principal em	
		Emissão	Vencimento		US\$ mil	R\$ mil
<i>No Exterior:</i>						
Dívida subordinada (Dólar)	R\$516.238	Nov 2009	Nov 2019	9,95%	300.000	540.210
Dívida subordinada (Dólar)	R\$431.836	Ago 2010	Ago 2020	8,86%	250.000	438.579
Total						978.789

Seguem informações sobre os prazos relativos ao vencimento das Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Conglomerado financeiro e Banco):

Subordinated Notes	2011	2010
Acima de 360 dias	858.165	540.210
Total	858.165	540.210



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota nº 2 (p). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Banco BMG e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidos em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Passivos contingentes – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

2011			
Conglomerado financeiro		Banco	
Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões Para contingências
Contingências tributárias e previdenciárias	56.279	47.847	31.955
Contingências trabalhistas	5.554	5.439	7.461
Reclamações cíveis	41.873	35.103	39.538
Total	103.706	88.389	78.954
2010			
Conglomerado financeiro		Banco	
Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões Para contingências
Contingências tributárias e previdenciárias	54.870	41.277	29.067
Contingências trabalhistas	4.514	4.433	5.557
Reclamações cíveis	27.571	21.556	33.171
Total	86.955	67.266	67.795

A administração da Instituição revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme requerido. Em 30 de Junho de 2011, a principal contingência provisionada está relacionada com o recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica com base nos critérios definidos pela Lei nº 9.430/96 (dedutibilidade da PCLD) depositada judicialmente.

Contingências classificadas como prováveis: são reconhecidas contabilmente e estão representadas por: Ações Cíveis pleiteando indenização por danos materiais e morais principalmente relacionadas a inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível; Ações Trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros; Fiscais e Previdenciárias representadas principalmente por processos judiciais de tributos federais.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns tributos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados.

Os principais questionamentos são:

IRPJ / CSLL – questiona a adição das Provisões para Perdas em operações de crédito nos termos da Lei nº 9.430/96; **INSS** – questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações aos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91. Depositados judicialmente.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BANCO)

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social subscrito e integralizado está representado por 14.393 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reservas

Reservas de capital:

- De acordo com a Resolução do Bacen nº 3.605 o saldo de reservas de capital contabilizados nas contas de incentivo fiscal (R\$7.047) e conta de atualização de títulos patrimoniais (R\$448) foram transferidos para reserva de lucros e conta de ajuste de avaliação patrimonial.

Reservas de lucros:

- Legal:** É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social
- Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral, inclusive com relação ao resultado do semestre findo em 30 de Junho de 2011.

(c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como Dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

No primeiro semestre de 2010 foram pagos R\$58.000 de juros sobre o capital próprio (R\$ 49.300 líquido de IRRF). O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249.

No primeiro semestre de 2011 não ocorreu pagamento de juros sobre capital próprio.

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta “Despesas financeiras” e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificadas para a conta de “Lucros acumulados”.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 29 de março de 2010, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$155.738 sobre a "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

Em 3 de fevereiro de 2010, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$100.000 sobre a "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

Em 4 de janeiro de 2010, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$50.000 sobre a "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

Em 6 de janeiro de 2011, foi deliberado distribuição de lucros no montante de R\$154.577 sobre a "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

Em 6 de janeiro de 2011, foi deliberado pagamento de dividendos no montante de R\$76.150 sobre a "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária".

Reversão de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 01 de fevereiro de 2011 foi efetuada reversão de dividendos e juros sobre capital próprio decorrentes de dividendos não reclamados pelos acionistas, no prazo previsto em lei, conforme facultado pelo estatuto social.

Em 30 de junho de 2011 foi efetuada reversão de grupamento de ações decorrentes de crédito oriundos do cancelamento de frações de ações grupadas não reclamados no prazo previsto em lei, conforme facultado pelo estatuto social.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
CDC Crédito pessoal	658.383	611.703	658.383	611.703
CDC Empréstimos Pessoas Físicas	202	921	202	921
CDC Veículos	28.241	63.974	28.241	63.974
Carteira comercial	170.807	87.818	170.807	87.818
Arrendamento mercantil	2.495	(1.569)		
Recuperação de créditos	57.158	46.343	55.882	45.498
Resultado de cessão de crédito	358.199	1.023.355	358.199	1.023.355
Total	1.275.485	1.832.545	1.271.714	1.833.269

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações interfinanceiras de liquidez	52.000	45.644	52.341	48.360
Títulos e valores mobiliários	44.649	97.657	44.380	97.466
Aplicações no exterior	8		8	
Total	96.657	143.301	96.729	145.826

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Resultado de ajuste de swap	(174.783)	22.063	(174.783)	22.063
Resultado de marcação a mercado de swap	(35.613)	(17.329)	(35.613)	(17.329)
Resultado de operações com futuro	(11.538)	(3.041)	(11.538)	(2.974)
Total	(221.934)	1.693	(221.934)	1.760



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Operações de captação no mercado

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
(Despesas) Receitas com títulos e valores mobiliários no exterior	30.465	(160.173)	30.519	(160.218)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(7.093)	(4.769)	(7.165)	(4.769)
Despesas de depósitos a prazo	(341.019)	(199.776)	(341.019)	(199.776)
Outras despesas de captação	(13.857)	(12.051)	(13.857)	(12.051)
Total	(331.504)	(376.769)	(331.522)	(376.814)

Conforme demonstrado acima e na nota explicativa nº 17(c), o custo efetivo das captações externas hedgeadas deve ser agregado aos resultados receita de ajustes de "Swap" e despesas com Títulos e valores mobiliários no exterior, resultando numa despesa de R\$334.956 (2010 – R\$138.110), referente às captações de US\$1.027,8 milhões realizadas pela Instituição, conforme demonstrado abaixo:

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2011	2010
Despesa de ajuste de Swap	(174.783)	22.063
Receita com títulos e valores mobiliários no exterior	30.465	(160.173)
Resultado total	(144.318)	(138.110)

18 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No semestre findo em 30 de junho de 2011 o saldo refere-se basicamente a rendas de Tarifas Bancárias e de cobrança no montante de R\$21.200 (2010 – R\$18.827) e que é integralmente apropriada ao resultado quando da liberação dos empréstimos.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(a) Despesas de pessoal

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Proventos	18.938	15.670	18.605	15.279
Encargos sociais	10.151	9.838	10.044	9.735
Treinamento	258	131	258	131
Benefícios	4.068	3.417	3.937	3.295
Honorários	2.334	2.171	2.333	2.170
Total	35.749	31.227	35.177	30.610

(b) Outras despesas administrativas

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Comissões de agentes	225.401	525.456	224.381	523.486
Marketing	66.755	19.029	66.641	18.919
Promoções e relações públicas	4.298	29.201	4.298	29.201
Despesas de comunicações	10.570	12.254	10.569	12.254
Processamento de dados	11.122	9.654	11.117	9.632
Despesas com seguros	217	335	217	335
Serviços de terceiros	57.186	55.088	57.183	55.087
Serviços técnicos especializados	14.787	8.610	14.768	8.528
Materiais diversos	4.120	4.227	4.120	4.227
Despesas taxas e emolumentos bancários	10.517	12.534	10.503	12.518
Despesas com transportes	1.375	1.829	1.373	1.829
Outros	28.751	23.083	28.460	22.905
Total	435.099	701.300	433.630	698.921

20 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

No semestre findo em 30 de junho de 2011 o saldo refere-se basicamente as despesas de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$6.419 (2010 – R\$11.362).



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	23	1.313	23	1.309
Variação monetária e cambial ativa	6.323	4.898	5.951	4.773
Reversão de provisões operacionais	2.931	194	2.931	
Outras	6.731	2.348	6.705	2.280
Total	16.008	8.753	15.610	8.362
Outras despesas operacionais				
Variação monetária e cambial passiva	(1.242)	(25)	(1.127)	
Despesas de cobranças	(16.290)	(22.006)	(15.799)	(20.882)
Despesa de interveniência de repasse de recursos	(45.122)	(15.553)	(45.122)	(15.300)
Despesa de provisões operacionais	(28.148)	(24.432)	(27.614)	(23.593)
Outras	(9.511)	(15.529)	(9.508)	(15.529)
Total	(100.313)	(77.545)	(99.170)	(75.304)

Na rubrica "Variação monetária e cambial ativa" está registrada, basicamente, a variação cambial de empréstimos e repasses indexados ao US\$.

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
No realizável a longo prazo (vide nota explicativa nº 7)				
Créditos Tributários:				
Sobre adições temporárias	243.852	279.350	236.130	269.927
Sobre prejuízos fiscais / Base negativa	30.063	23.380		
Contribuição social – MP 2.158-35	1.833	1.926	547	547
Total	275.748	304.656	236.677	270.474

O Conglomerado financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de Junho de 2011 esses saldos possuem as seguintes características:



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- O Conglomerado financeiro possui prejuízo fiscal para fins de Imposto de Renda no montante de R\$ 95.343 e de base negativa de contribuição social no montante de R\$41.648 (R\$10.183 referente à MP 2.158-35), que será recuperado, segundo expectativa da administração, com lucros tributários futuros.
- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(b) A movimentação dos créditos tributários no semestre findo em 30 de junho de 2011 pode ser demonstrada como segue:

Conglomerado financeiro				
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais base negativa	Total
Saldo inicial em 1/01/2011	1.926	243.984	31.634	277.544
Constituição		40.374		40.374
Reversão	(93)	(40.506)	(1.571)	(42.170)
Saldo final em 30/06/2011	1.833	243.852	30.063	275.748

Banco			
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	547	235.251	235.798
Constituição		36.093	36.093
Reversão		(35.214)	(35.214)
Saldo final em 30/06/2011	547	236.130	236.677

(c) O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias registrado no exigível a longo prazo, referem-se, principalmente, a superveniência de depreciação.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

Conglomerado financeiro				
	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	54.807	54.807	571.320	571.320
Juros sobre o capital próprio			(58.000)	(58.000)
Participações minoritárias	(2)	(2)	(2)	(2)
Participações estatutárias	(12.235)	(12.235)	(23.705)	(23.705)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.233	1.233		
Outros	12.933	3.194	2.707	2.147
Base de cálculo	56.736	46.997	492.320	491.760
Alíquota base	8.510	7.063	73.848	73.764
Alíquota adicional	5.662		49.220	
Incentivos fiscais	(402)		(1.251)	
Despesa (Receita) com imposto de renda e contribuição social	13.770	7.063	121.817	73.764
Banco				
	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	52.324	52.324	570.454	570.454
Juros sobre o capital próprio			(58.000)	(58.000)
Participações estatutárias	(11.873)	(11.873)	(23.705)	(23.705)
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	(1.246)	(1.246)	(2.893)	(2.893)
Outros	12.251	2.555	4.564	3.311
Base de cálculo	51.456	41.760	490.420	489.167
Alíquota base	7.718	6.264	73.563	73.375
Alíquota adicional	5.134		49.030	
Incentivos fiscais	(402)		(1.251)	
Despesa (Receita) com imposto de renda e contribuição social.	12.450	6.264	121.342	73.375



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 PARTES RELACIONADAS (BANCO)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 3.750, de 30/06/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

(a) Transações com partes relacionadas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2011	2010	2011	2010
Empresas consolidadas				
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>		50.143	56	2.716
Depósitos à vista				
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>	(1.249)	(2.425)		
Depósitos interfinanceiros				
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>	(7.222)			
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior				
<i>BMG Bank (Cayman) Ltd.</i>			(279)	(32)
Outras obrigações				
<i>BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil</i>	(220)	(209)		
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à prazo				
<i>Controladores e pessoal chave da administração</i>	(177.897)	(213.456)	(3.829)	(8.294)
Depósitos à vista				
<i>Controladores e pessoal chave da administração</i>	(370)	(1.324)		

(i) Em Abril de 2011 encerrou-se o prazo da aplicação feita pelo acionista controlador, em junho de 2010 este montante representava R\$50.143

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Benefícios de curto prazo a administradores:

	2011	2010
Proventos	2.061	2.040
Gratificações	11.986	14.869
Encargos sociais	5.086	3.922
Total	19.133	20.831

(ii) Outros benefícios

O Banco BMG não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

(iii) Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(iv) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no BMG em 30 de junho de 2011:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Membros do Conselho / Diretoria Executiva	12.878	89,47
Outros	1.515	10,53
Total	14.393	100,00

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para: operações de tesouraria; operações de crédito; operações de captações no mercado, incluindo depósitos, títulos emitidos no exterior. Adicionalmente, a Instituição também opera com instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 25).

Ademais a Instituição possui estrutura de gerenciamento de risco conforme descrito na nota nº 28.

Os ativos e passivos são avaliados em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2011 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de políticas e estratégias operacionais, com o objetivo de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e valores mobiliários

Conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 2 (c) e (d), 4 e 5 o Conglomerado possui perfil de investimentos em títulos públicos, visando rentabilidade e liquidez.

(ii) Operações de crédito

O Conglomerado tem foco nas operações de crédito consignado, financiamento de veículos na modalidade de operações de arrendamento mercantil além de operações estruturadas lastreadas em recebíveis. O risco do crédito é diluído pelo grande volume da carteira, e pelas garantias obtidas, desconto em folha de pagamento, alienação fiduciária e carteira de recebíveis.

(iii) Instrumentos de captação

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo, emissão de títulos no exterior e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela administração.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) e contratos de futuro com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

Os "swaps" registrados na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F (R\$196.226 de valor referencial) têm garantias de Títulos públicos federais (LFT's) no valor de R\$49.943, reduzindo o risco de crédito.

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais, tendo como contrapartida contas de resultado.

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2011	2010	2011	2010
Contas de compensação (valor referencial):				
- Swap	3.598.709	2.383.329	3.598.709	2.383.329
- Futuros.		144.863		144.863
Diferencial a receber:				
Circulante	772	11.395	772	11.395
Não-Circulante.	7.723	3.630	7.723	3.630
Diferencial a pagar:				
Circulante	(1.351)	118.667	(1.351)	118.667
Não-Circulante	(255.347)	84.416	(255.347)	84.416
Resultado de operações com Swap:				
Semestre	(210.396)	4.734	(210.396)	4.734
Resultado de operações com Futuros:				
Semestre	(11.538)	(3.041)	(11.538)	(2.974)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Operações de swap que não atendem aos critérios de Hedge

O quadro a seguir resume o valor referencial, atualizado ao preço de mercado, e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular nº 3.082/02 do BACEN, em 30 de junho de 2011 (Banco e Conglomerado financeiro):

Conglomerado financeiro e Banco				
		Valores referenciais atualizados ao preço de mercado		Exposição líquida no balanço patrimonial
		2011	2010	
Derivativos de taxas de juros e índices e Derivativos cambiais “Contratos de Swaps”				
		2011	2010	2011
				2010
Derivativo cambial	- Ativo Dólar	2.787.392	1.634.682	5.028
	- Passivo CDI	(3.031.708)	(1.830.698)	(201.045)
Derivativo de juros	- Ativo Pré	58.805	204.651	1.211
	- Passivo CDI	(57.594)	(197.906)	6.745
Derivativo de índices	- Ativo IGPM	23.939	10.996	940
	- Passivo CDI	(22.999)	(10.845)	152
	- Ativo IPCA	522.064	264.871	1.747
	- Passivo CDI	(520.317)	(263.157)	2.569
	- Ativo CDI	155.813	183.127	531
	- Passivo IGPM	(163.598)	(183.779)	(1.183)
Total ativo		3.548.013	2.298.327	3.898
Total passivo		(3.796.216)	(2.486.385)	(252.101)
Total líquido		(248.203)	(188.058)	(248.203)
				(188.058)

O quadro a seguir resume a classificação, por prazo, das exposições líquidas de balanço atualizadas a preço de mercado, para os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de “hedge” estabelecidos na Circular nº 3.082/02 do BACEN, em 30 de junho de 2011 (Banco e Conglomerado financeiro):



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Conglomerado financeiro e Banco					
		2011			Exposição líquida no balanço		
		Até 30 dias	De 31 até 180 dias	De 181 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2010
Contratos de "Swaps"							
Derivativos de taxas de Juros e índices:							
- Ativo	90	306	376	(1.351)	7.723	8.495	15.025
- Passivo					(11.031)	(12.382)	(2.038)
Derivativos cambiais:							
- Passivo	(8.634)	(111.218)	(74.595)	(49.869)	(42.193)	(244.316)	(201.045)
Total líquido	(8.544)	(110.912)	(75.570)	(53.177)	(36.575)	(248.203)	(188.058)

As operações de "swap" cujo único objetivo é a de proteção contra riscos dos ativos financeiros têm como lastro as próprias operações ativas.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Conglomerado financeiro e Banco						
	Valor referencial						2010
	2011						
	Até 30 dias	De 31 até 180 dias	De 181 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total		Total
"Contratos de Swaps"							
Valor Nocional	132.026	1.562.208	722.681	1.181.794	3.598.709	520.828	2.383.328
Custo atualizado (curva) amortizável	(4.920)	(100.103)	(66.840)	(99.034)	(270.897)	(37.047)	(281.008)
Derivativos de taxas de Juros e índices							
- Ativo	3.460	15.629	60.319	690.720	770.128	11.757	667.545
- Passivo	(3.370)	(15.323)	(61.938)	(684.789)	(765.420)	(11.167)	(656.734)
Derivativos cambiais:							
- Ativo	126.338	1.502.759	635.034	491.972	2.756.103	488.650	1.635.266
- Passivo	(131.348)	(1.603.168)	(700.255)	(596.937)	(3.031.708)	(526.287)	(1.927.085)
Atualizado ao preço de mercado (valor justo)	(8.544)	(110.912)	(75.570)	(53.177)	(248.203)	(36.575)	(188.058)
Derivativos de taxas de Juros e índices							
- Ativo	3.460	15.629	60.282	681.251	760.622	11.757	663.646
- Passivo	(3.371)	(15.323)	(61.256)	(684.559)	(764.509)	(11.167)	(655.687)
Derivativos cambiais:							
- Ativo	122.715	1.491.950	625.659	547.068	2.787.392	489.122	1.634.681
- Passivo	(131.348)	(1.603.168)	(700.255)	(596.937)	(3.031.708)	(526.287)	(1.830.698)

As operações de "swap" cujo único objetivo é a de proteção contra riscos dos ativos financeiros têm como lastro as próprias operações ativas.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação e patrimoniais

	Conglomerado financeiro e Banco					
	Valor de Nominal (nominal)		Custo atualizado (curva)		Valor de mercado (valor justo)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos de Futuros:						
Compromisso de compra		144.863				
Outros		144.863				
Contratos de "Swaps":						
Posição ativa	3.598.709	2.383.329	3.526.231	2.302.811	3.548.014	2.298.327
Moeda estrangeira	2.917.521	1.768.444	2.756.103	1.635.266	2.787.392	1.634.682
Índices	495.136	256.726	555.510	279.767	546.004	275.867
Pré	46.929	176.593	58.805	204.651	58.805	204.651
CDI	139.123	181.566	155.813	183.127	155.813	183.127
Posição passiva	(3.598.709)	(2.383.329)	(3.797.128)	(2.583.819)	(3.796.217)	(2.486.385)
CDI	(3.459.586)	(2.201.762)	(3.632.620)	(2.398.992)	(3.632.620)	(2.302.606)
Índices	(139.123)	(181.567)	(164.508)	(184.827)	(163.597)	(183.779)

(c) Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência nominal					
	Conglomerado financeiro e Banco					
	2011			2010		
	Bolsas	Cetip	Total	Bolsas	Cetip	Total
Contratos de "Swaps"	470.960	3.127.749	3.598.709	807.027	1.576.302	2.383.329
Contratos de Futuros				144.863		144.863

(d) Operações de futuros

Os ganhos e perdas acumulados nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 com as operações de futuros podem ser assim sumariados:

	Findos em 30 de junho					
	Ganhos		Perdas		Resultado líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Conglomerado						
Financeiro		1.895	(11.538)	(4.936)	(11.538)	(3.041)
Banco		1.873	(11.538)	(4.847)	(11.538)	(2.974)



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 EVENTOS SUBSEQUENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão de 9 de junho de 2011, manifestou-se favorável à aquisição do controle do Banco GE Capital S.A. A operação foi concluída em 1 de julho de 2011.

b) Da mesma forma, em sessão de 3 de agosto de 2011, o Banco Central do Brasil foi favorável à aquisição do controle do Banco Schahin S.A., e de suas controladas Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. A operação foi concluída em 18 de agosto de 2011.

A administração está procedendo a apuração dos impactos advindos das aprovações das operações mencionadas nos item (a) e (b) acima nas demonstrações financeiras do segundo semestre de 2011, para divulgação oportuna.

27 OUTRAS INFORMAÇÕES

Compromissos e garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Banco a clientes montam em 30 de junho de 2011 R\$118.542 (2010 – R\$101.968) e estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias pelos beneficiários.

28 SEGUROS

A administração contratou cobertura de seguros no montante de R\$84.429 em 30 de junho de 2011 (2010 – R\$80.580), para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. Adicionalmente, parte da carteira de créditos consignados está coberta por seguros.

29 GESTÃO DE RISCOS

Os acionistas e administradores do Conglomerado BMG consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno.

Por isso, com o intuito de obter sinergia no processo de gerenciamento de riscos, o Banco BMG destaca a Diretoria de Riscos Corporativos e Cobrança, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional, o Banco BMG instituiu a Gerência de Riscos Corporativos – GECOR, uma estrutura que trata de todas as necessidades do gerenciamento de riscos, em toda a organização, de maneira estruturada e comum, de modo que seja possível medir, agregar e estimar o relacionamento dessas informações em uma base corporativa.

O Conglomerado BMG, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

I - Risco de Crédito – As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, o Banco constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação.

II - Risco de Liquidez – A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

III - Risco de Mercado – O Conglomerado BMG emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.



BANCO BMG S.A. (BANCO) E BANCO BMG S.A. E SUAS CONTROLADAS (CONGLOMERADO FINANCEIRO)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IV - Risco Operacional – O BMG adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios.

A íntegra da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bancobmg.com.br/RI/>)

* * *



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES

Conselheiros

ÂNGELA ANNES GUIMARÃES

ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES NETO

JOÃO ANNES GUIMARÃES

REGINA ANNES GUIMARÃES

RICARDO ANNES GUIMARÃES

DIRETORIA

Diretores Executivos

Diretor Presidente

RICARDO ANNES GUIMARÃES

Diretor Vice-Presidente

MÁRCIO ALAÔR DE ARAÚJO

Diretores

Diretor de Administração e Controle

ERNANI LEITE VITORELLO

Diretor Comercial

FÁBIO LUCAS BELISARIO

Diretor de Cobrança

JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DOMINICALE

Diretor Comercial

LOURIVAL ROCHA JÚNIOR

Diretor Comercial

NÉLIO BRANT MAGALHÃES

Diretor Financeiro

RICARDO GELBAUM

CONTADOR RESPONSÁVEL

RONALDO NUNES FARIA

CRC-MG 18.971/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

• RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 7 de outubro de 2011

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating preliminar 'brAAA (sf)' às 4ª e 5ª séries de cotas seniores do BMG FIDC VIII

Analistas principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com e Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, gustavo_belger@standardandpoors.com

Diretor analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Market Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

Resumo

- O rating preliminar atribuído indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.
- A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAA (sf)' às 4ª e 5ª séries de cotas seniores do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII (BMG FIDC VIII). Ao mesmo tempo, atribuímos o rating final 'brAAA (sf)' à 2ª e 3ª séries de cotas seniores.
- O BMG FIDC VIII é estruturado como um condomínio fechado multisséries, cujos direitos creditórios são empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

São Paulo (Standard & Poor's), 7 de outubro de 2011 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating preliminar 'brAAA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil, às 4ª e 5ª séries de cotas seniores a serem emitidas pelo BMG FIDC VIII, no montante agregado de até R\$ 300 milhões. Ao mesmo tempo, atribuímos os ratings 'brAAA (sf)' final à 2ª e 3ª séries de cotas seniores.

O rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às cotas seniores do BMG FIDC VIII expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, bem como indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito e a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Os mecanismos de reforço de crédito presentes no FIDC incluem a proteção de crédito derivada da subordinação de cotas (nível mínimo de 17%) e o spread excedente resultante da taxa mínima de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios (equivalente ao maior entre 22% ao ano e 75% da taxa de juros definida no contrato de empréstimo a ser adquirido).

As 4ª e 5ª séries de cotas seniores vencerão 60 meses após sua subscrição inicial e serão amortizadas em 36 pagamentos mensais, após um período de carência de 24 meses. A rentabilidade-alvo da 4ª série de cotas seniores será igual ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescida de um spread de 6,5% a.a., enquanto a rentabilidade-alvo da 5ª série de cotas seniores será igual a 115% da Taxa DI Over.

A Standard & Poor's realizou uma análise do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating atribuído, submetemos nossa análise de fluxo de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se no caso base o índice de perda de 3,0%. Multiplicamos esse índice de perda por um fator de estresse de crédito, que é determinado de acordo com o nível de rating considerado e com base na análise de informações qualitativas, como os critérios de elegibilidade do FIDC e as práticas de origem e cobrança do

cedente. Para se determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, submetemos então o reforço de qualidade de crédito a outros testes de estresse, utilizando-se diferentes variáveis, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas. O índice de severidade de perda de crédito total testado foi de 15,0% (3,0% x 5,0) para as cotas seniores.

Resumo das Ações de Rating

Instrumento	Rating	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
1ª Série de Cotas Seniores	'brAAA (sf)'	333,8**	Junho de 2014
2ª Série de Cotas Seniores	'brAAA (sf)'	269,6**	Outubro de 2015
3ª Série de Cotas Seniores	'brAAA (sf)'	130,9**	Outubro de 2015
4ª Série de Cotas Seniores	'brAAA (sf)' (Preliminar)	100,0	60 meses após a emissão
5ª Série de Cotas Seniores	'brAAA (sf)' (Preliminar)	200,0	60 meses após a emissão
Cotas Subordinadas – Classe Mezanino	'brA (sf)'	48,8**	Junho de 2014

* Os ratings de crédito são preliminares, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final condiciona-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

** Valor aproximado do patrimônio líquido em circulação em 29 de julho de 2011.

Informações adicionais sobre o BMG FIDC VIII podem ser encontradas no relatório de rating preliminar emitido em 9 de abril de 2010 ou no relatório de monitoramento emitido no dia 27 de junho de 2011, clique [aqui](#).

Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de aplicação em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra.

O Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com/1111189.pdf>.

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

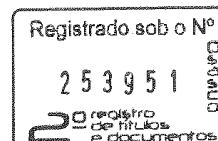
Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

- **ATA DA DELIBERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DE 11 DE OUTUBRO DE 2011**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS
CONSIGNADOS VIII
CNPJ nº 11.804.504/0001-80**

DELIBERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA



BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara - parte, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00 ("Instituição Administradora"), instituição administradora do "**BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII**", fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 1º de abril de 2010, com seu regulamento registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco sob o nº 238.947, conforme aditado ("Regulamento"), inscrito no CNPJ sob o nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), resolve, conforme permitido pelo item 15.2 do Regulamento:

1. Deliberar a emissão de (a) no mínimo 10.000 (dez mil) e no máximo 100.000 (cem mil) cotas seniores da 4ª série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada ("Cotas Seniores da 4ª Série"), perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003; (b) no mínimo 10.000 (dez mil) e no máximo 200.000 (duzentas mil) cotas seniores da 5ª série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada ("Cotas Seniores da 5ª Série"), perfazendo o volume total de emissão de no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e no máximo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003; e (c) até 43.380 (quarenta e três mil, trezentas e oitenta) cotas subordinadas da classe mezanino III, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada ("Cotas Mezanino III"), perfazendo o volume total de emissão de até R\$43.380.000,00 (quarenta e três milhões, trezentos e oitenta mil reais), a serem colocadas de forma privada.
2. Aprovar os suplementos constantes dos anexos I, II e III, relativos, respectivamente, às Cotas Seniores da 4ª Série, às Cotas Seniores da 5ª Série e às Cotas Mezanino III, contendo os termos e condições específicos a que tais cotas estão sujeitas no que diz respeito a remuneração, prazos e valores de resgate e amortização. Os suplementos em questão passam, a partir desta data, a integrar o Regulamento.
3. Este documento será registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011

120.186 - José Ary de Camargo Salles Neto

127.008 - Raimundo de Sá Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

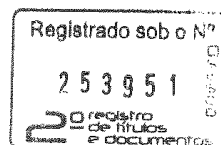
SUPLEMENTO DA 4ª SÉRIE DE COTAS SENIORES



SUPLEMENTO DA 4ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 6 ("Suplemento"), referente à 4ª série de cotas seniores ("4ª Série" e "Cotas Seniores") emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.
2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 4ª Série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição da 4ª Série ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo da 4ª Série será de 60 (sessenta) meses.
3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), acrescida de taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)^{\frac{1}{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{360}} \right]$$



Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

ACOMP_{t-1} = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

IPCA = Variação percentual mensal do IPCA/IBGE referente ao mês vigente; no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANBIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial.

dum = número de dias úteis do mês vigente.

TAXA = taxa de juros equivalente a 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contados desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{PrazoSerie - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por cota na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 4ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

$PrazoSerie$ = Número de meses do prazo de duração da 4ª Série, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Seniores da 4ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores desta 4ª Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer às disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia. As Cotas Seniores da 4ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como à remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011.

127098 - Raimundo de Souza Filho

120.186 / José Ary de Camargo Salles Neto

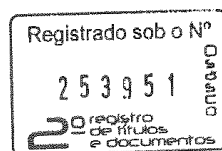
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



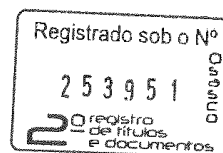
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

SUPLEMENTO DA 5ª SÉRIE DE COTAS SENIORES



SUPLEMENTO DA 5ª SÉRIE DE COTAS SENIORES



1. O presente documento constitui o suplemento nº 7 ("Suplemento"), referente à 5ª Série de Cotas Seniores ("5ª Série") emitida pelo BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.

2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, no mínimo 10.000 (dez mil) Cotas Seniores e no máximo 200.000 (duzentas mil) Cotas Seniores da 5ª Série, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição da 5ª Série ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo da 5ª Série será de 60 (sessenta) meses.

3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, por 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = Valor da Cota Senior diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

$ACOMP_{t-1}$ = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data $t - 1$, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem " t ", calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{t}{360}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo " t "; e

S = sobretaxa, sendo igual a 115 (cento e quinze).



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{I}{\text{PrazoSérie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

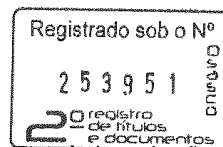
Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Sênior da 5ª Série na Data de Amortização;

VCS_t = Valor unitário da Cota Sênior da 5ª Série diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

PrazoSérie = Número de meses do prazo de duração da 5ª Série, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Seniores da 5ª Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização da respectiva Série, que corresponde à data do término de duração das Cotas Seniores desta Série do Fundo, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer às disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia. As Cotas Seniores da 5ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011

120.186 - José Ary de Camargo Salles Neto

127.998 - Raimundo de Souza Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

SUPLEMENTO DA 1ª EMISSÃO DE COTAS MEZANINO III



SUPLEMENTO DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE COTAS MEZANINO III

1. O presente documento constitui o suplemento nº 8 ("Suplemento"), referente à 1ª (primeira) emissão de Cotas Subordinadas da Classe Mezanino III ("Cotas Mezanino III") do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Créditos Consignados VIII, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), com seu regulamento registrado em 1º de abril de 2010, sob o nº 238.947, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00.

2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, até 43.380 (quarenta e três mil, trezentas e oitenta) Cotas Mezanino III, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas desta emissão ("Data de Subscrição Inicial"). Contando-se a partir da Data de Subscrição Inicial, o prazo das Cotas Mezanino III será de 60 (sessenta) meses.

3. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita, as Cotas Mezanino III serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial, por 125% (cento e vinte cinco por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - ACOMP_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = Valor da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t;

VCM_{t-1} = Valor da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t - 1;

$ACOMP_{t-1}$ = Valor da Amortização Compulsória, por cota, na data t - 1, se houver;

AMT_{t-1} = Valor da amortização, por cota, na data t - 1, se houver;

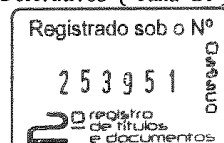
$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI no dia de ordem "t", calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI, do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo "t"; e

S = sobretaxa, sendo igual a 125 (cento e vinte e cinco).



4. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente ("Data de Amortização"), as Cotas Mezanino III serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoMII} - (M - 1)} \right) \times VCM_t$$

Sendo:

AMT = Valor da amortização por Cota Mezanino III na Data de Amortização;

VCM_t = Valor unitário da Cota Mezanino III diária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data de amortização "t";

PrazoMII = Número de meses do prazo de duração das Cotas Mezanino III, conforme definido neste Suplemento; e

M = Número do mês, contado a partir Data de Subscrição Inicial, da ordem da parcela de amortização a ser calculada.



5. As Cotas Mezanino III desta emissão deverão ser resgatadas na última data de amortização, que corresponde à data do término de duração das Cotas Mezanino III, pelo seu respectivo valor contábil.

6. Exceto em relação à remuneração e aos prazos e valores de amortização e resgate especificados neste Suplemento, as Cotas Mezanino III terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas às demais classes de Cotas Mezanino.

7. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

8. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

9. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco.

Osasco, 11 de outubro de 2011.

120.186 - José Ary de Camargo Sales Neto

122.058 - Raimundo de Souza Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Instituição Administradora



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do “Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série do BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Créditos Consignados VIII”

• DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

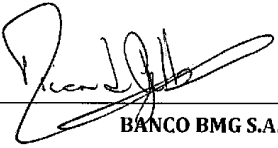


DECLARAÇÃO
(Art. 56, §§1º e 5º, da LCVM 400/03)

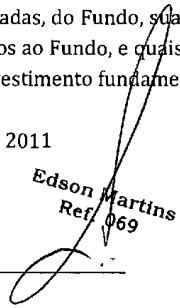
BANCO BMG S.A., instituição financeira autorizada a distribuir títulos e valores mobiliários com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Álvares Cabral, nº 1707, inscrito no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Instituição Líder"), contratado como instituição líder da oferta das 4ª e 5ª séries de cotas seniores do BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII ("Oferta"), fundo de investimento inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo") declara, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que tomou todas as cautelas e agiu com os mais elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) todas as informações prestadas pelo Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o prospecto da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Instituição Líder declara também que o prospecto da Oferta (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e que (b) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das cotas ofertadas, do Fundo, das atividades e sua situação econômico-financeira, dos riscos relacionados ao Fundo, e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2011



BANCO BMG S.A.
Ricardo Gelbaum
REF.: 286


Edson Martins
Ref. 069

Av. Álvares Cabral, 1707 • Santo Agostinho • MG • CEP: 30170-001
Tel.: (31) 3290-3000 • Fax: (31) 3290-3100
www.bancobmg.com.br





DECLARAÇÃO
(Art. 20, §1º, I, da ICVM 356/01)

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00, na qualidade de instituição administradora do **BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGANDO VIII** (“Fundo”), inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 (“Fundo”), declara, nos termos do art. 20, §1º, I, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, que firmou contrato com instituição legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição das 4ª e 5ª séries de cotas do Fundo.

Osasco, 24 de outubro de 2011.

87051 - Castoamor Simões

116089 Marcelo Ronaldo Poli

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



DECLARAÇÃO
(Art. 56, §§1º e 5º, da ICVM 400/03)

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, sem número, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 00.066.670/0001-00, na qualidade de instituição administradora do BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII, inscrito no CNPJ sob nº 11.804.504/0001-80 ("Fundo"), declara, nos termos do art. 56, §5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que (a) o prospecto ("Prospecto") de distribuição pública da 4ª e 5ª série de cotas seniores do Fundo ("Cotas") (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores sobre a oferta das Cotas ("Oferta"), sobre as Cotas, sobre o Fundo, suas atividades e sua situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas; e (b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Osasco, 11 de outubro de 2011

120.186 - José Ary de Camargo Sales Neto

127.098 - Raimundo de Souza Filho

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BMG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITOS CONSIGNADOS VIII

CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

BANCO BMG S.A.

Avenida Álvares Cabral, nº 1.707, Belo Horizonte - MG

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Cidade de Deus, Prédio Prata, s/nº, 4º andar, Vila Yara, Osasco - SP

CUSTODIANTE

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco - SP

GESTORA

INTEGRAL INVESTIMENTOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, São Paulo - SP

ESTRUTURADOR

INTEGRAL TRUST - SERVIÇOS FINANCEIROS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 1º andar, São Paulo - SP

AUDITORIA

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo - SP

ASSESSORIA JURÍDICA

PERLMAN VIDIGAL ADVOGADOS

Rua Bela Cintra, nº 904, 2º andar, São Paulo - SP



(11) 3121-5555